



**POLITÉCNICO
DE LEIRIA**

ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CIDADÃ DOS JOVENS DO CONCELHO DE TORRES NOVAS

Relatório de Projeto

Luísa Maria Vieira Grais Martins

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Antónia Barreto

Instituto Politécnico de Leiria

Torres Novas, agosto de 2023

Mestrado em Ciências da Educação e Desenvolvimento Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza é sempre um esforço coletivo e, por isso, gostaria de expressar a minha gratidão a todos os que, das mais diversas formas, contribuíram para a sua conclusão.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Antónia Barreto, pela motivação, orientação e disponibilidade, sempre presentes ao longo de todo o processo, e agradecer, de igual forma, a partilha do seu inesgotável conhecimento.

Depois, agradecer à minha família pelo constante apoio e motivação, nunca me deixando desistir e por acalentarem sempre os meus sonhos. Aos meus pais, em especial, pelo tanto que me deram e pelo muito que me ensinaram.

A todos os meus colegas de turma, pela colaboração, e em particular ao Carlos, à Melissa e à Sandra, companheiros nas partilhas de ensejos, receios e boas aventuras.

Agradeço, igualmente, a todos os participantes neste estudo, jovens e menos jovens, pela disponibilidade e atenção.

Por último, agradeço em especial à minha jovem favorita, a minha filha Catarina, por me ter tornado na pessoa que sou hoje e por me fazer querer ser cada dia melhor.

Obrigada.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho consiste em estudar e refletir sobre a participação política e cidadã dos jovens do concelho de Torres Novas, na perspetiva de conhecer os seus hábitos de participação, o que os motiva para um maior envolvimento na comunidade, como e quando participam e quais as temáticas que mais lhes interessam e despertam para a participação. Pretende, ainda, compreender a visão que os jovens do concelho têm sobre as políticas municipais para a juventude e qual a perceção face à importância da sua participação na definição e implementação das políticas públicas.

Para tal, realizámos um estudo exploratório-descritivo, optando, metodologicamente pela abordagem mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos, na ótica de obter uma compreensão mais completa do fenómeno investigado. A população do nosso estudo é constituída pelos jovens residentes no concelho de Torres Novas, com idades entre os 15 e os 24 anos. Os instrumentos de recolha utilizados foram a entrevista semiestruturada, o inquérito por questionário e a pesquisa documental.

Os resultados obtidos levam-nos a concluir que os jovens de Torres Novas sentem que a sua ação participativa não é valorizada e que as suas opiniões não são consideradas na definição e implementação das políticas municipais. Os jovens consideram, igualmente, que não são ouvidos pelos adultos e não existem, no concelho, mecanismos formais onde possam intervir e envolver-se de forma ativa nos processos decisórios. Referem, ainda, a necessidade premente de utilização de linguagem clara e informal, por parte das instituições, para explicar o seu funcionamento e a aposta de disciplinas e conteúdos escolares sobre a participação política e cidadã.

Palavras-chave

jovens, juventude, participação política e cidadã, políticas municipais, políticas públicas, Torres Novas

ABSTRACT

The main objective of this work is to study and reflect upon the political and civic participation of young people in the municipality of Torres Novas, with the aim of understanding their participation habits, what motivates them to be more engaged in the community, how and when they participate, and which topics interest them the most and inspire them to participate. It also seeks to comprehend the perspective that young people in the municipality have about municipal youth policies and their perception of the importance of their involvement in defining and implementing public policies.

To achieve this, we conducted an exploratory-descriptive study, opting methodologically for a mixed approach, combining quantitative and qualitative elements, in order to gain a more comprehensive understanding of the investigated phenomenon. The population of our study consists of young residents in the municipality of Torres Novas, aged between 15 and 24 years old. The data collection instruments used were semi-structured interviews, questionnaire surveys, and documentary research.

The obtained results lead us to conclude that young people in Torres feel that their participatory actions are not valued and their opinions are not considered in the definition and implementation of municipal policies. Similarly, young people believe that they are not heard by adults and that there are no formal mechanisms in the municipality where they can actively participate and engage in decision-making processes. They also emphasize the urgent need for institutions to use clear and informal language to explain their functioning and advocate for subjects and educational content related to political and civic participation.

Keywords

municipal policies, political and civic participation, public policies, Torres Novas, young, youth

ÍNDICE GERAL

A participação política e cidadã dos jovens do concelho de Torres Novas.....	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Índice Geral.....	v
Índice de Gráficos	vii
Índice de Tabelas	viii
Abreviaturas	ix
Introdução	1
I Enquadramento teórico	5
1.1 Capítulo 1 – Juventude: um conceito multidimensional	5
1.2 Capítulo 2 – Políticas públicas para a juventude	9
1.3 Capítulo 3 – A participação dos jovens	23
1.4 Capítulo 4 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a participação dos jovens.....	32
II Metodologia	44
2.1 Problemática	44
2.2 Tipo de estudo.....	47
2.3 Participantes.....	48
2.4 Técnicas e Instrumentos de recolha de dados.....	50
2.5 Técnicas de análise de dados	55
III Contexto do Estudo – caracterização do concelho e políticas municipais para a juventude em Torres Novas	58
IV Apresentação e discussão de resultados	63

Conclusões.....	92
Limitações ao estudo e estudos futuros	94
Referências bibliográficas.....	97
Anexos	105
Anexo 1.....	106
Anexo 2.....	117
Anexo 3.....	120
Anexo 4.....	122
Anexo 5.....	130
Anexo 6.....	135

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos participantes	69
Gráfico 2 - Envolvimento dos jovens em atividades	71
Gráfico 3 - Ter participação social e política ativa.....	73
Gráfico 4 - Primeiro contacto com questões políticas	74
Gráfico 5 - Opinião dos inquiridos sobre a atual regularidade de participação dos jovens.....	75
Gráfico 6 - Temas que mais motivam os jovens para participação.....	75
Gráfico 7 - Formas de participação	77
Gráfico 8 - Papel das redes sociais na participação dos jovens	77
Gráfico 9 - Redes sociais mais utilizadas pelos jovens	78
Gráfico 10 - Razões dos jovens não participarem mais ativamente na vida social e política	79
Gráfico 11 - Opinião sobre Torres Novas ser um bom concelho para se viver	80
Gráfico 12 - Perceção dos jovens sobre poderem dizer o que pensam em todos os lugares	80
Gráfico 13 - Valorização da opinião dos jovens pelos políticos locais	81
Gráfico 14 - Percentagem dos inquiridos que já apresentaram a sua opinião a políticos	82
Gráfico 15 - Percentagem de inquiridos que considera que os jovens são envolvidos na definição das políticas municipais em Torres Novas.....	82
Gráfico 16 - Existência de políticas direcionadas para a juventude, em Torres Novas..	83
Gráfico 17 - Conhecimento do Conselho Municipal de Juventude.....	84
Gráfico 18 - Conhecimento do papel do Conselho Municipal de Juventude.....	84
Gráfico 19 - Conhecimento dos Fins do Conselho Municipal de Juventude.....	84
Gráfico 20 - Nível de concordância com a afirmação: “Em Torres Novas, as políticas de juventude e as atividades dinamizadas para os jovens vão ao encontro dos interesses e das preocupações dos jovens”	86
Gráfico 21 - Ações que podem motivar e aumentar a participação dos jovens.....	86

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre objetivos específicos e técnicas de recolha e análise	56
Tabela 2 – Categorias de análise das atas do Conselho Municipal de Juventude	67
Tabela 3 - Caracterização por género, residência, habilitações literárias e ocupação atual	70
Tabela 4 - Conhecimento relativo aos ODS, à ENED e ao conceito de Cidadania Global	88

ABREVIATURAS

CERV - Citizens, Equality, Rights and Values

CESOP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião

CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

CMJ – Conselho Municipal de Juventude

CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

CNJ – Conselho Nacional da Juventude

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ENED – Estratégia nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESS – European Social Survey

EUHRENET - European Human Rights Network of Towns

FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGD – Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PNJ – Plano Nacional para a Juventude

RNAJ - Registo Nacional do Associativismo Jovem

INTRODUÇÃO

A participação é um dos pilares centrais dos sistemas políticos democráticos e as suas manifestações são diversas (Lobo & Sanches, 2017, p. 136).

A participação cidadã e política dos jovens tem emergido, nos últimos tempos, como um tópico de destaque e de interesse crescente na sociedade atual, entendendo-se como fundamental para a defesa dos valores democráticos.

Desta forma, os jovens devem ser entendidos como agentes ativos na sociedade, cuja opinião deve ser ouvida, considerada e reconhecida. São diversos os documentos oficiais, nacionais e internacionais, como a Estratégia da União Europeia para a Juventude, o Plano Nacional para a Juventude e a Carta Europeia da Juventude e Democracia, que enfatizam a importância da participação ativa dos jovens, defendendo que os processos de diálogo aberto participado entre jovens e os diferentes atores políticos e a sociedade civil são fundamentais para a construção de cidadãos críticos e conscientes, pedras basilares para a proteção dos sistemas democráticos.

Paralelamente à preocupação de envolvimento participado dos jovens nos processos de tomada de decisão quanto à definição, implementação e avaliação das políticas e programas públicos, sobretudo os que influenciam diretamente as suas vidas, deve relevar-se o facto de estarmos numa era de conectividade instantânea e que os jovens têm à sua disposição meios poderosos para expressar ideias, mobilizar ações e influenciar mudanças. A dimensão digital, das redes sociais em particular, mostra-se, cada vez mais, como um aspeto importante a considerar pelas sociedades atuais na sua relação com os jovens, promovendo a adaptação de linguagens e desenvolvendo novas estratégias comunicacionais, que consigam ir ao encontro destas novas formas de participação emergentes. Atualmente, a participação cívica e política dos jovens manifesta-se de várias formas, muitas delas alinhadas com o mundo digital, como comentar ou partilhar conteúdos nas redes sociais ou assinar petições, por exemplo.

Acresce a tudo isto a atual pertinência da Agenda 2030 e a concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Se o propósito das Nações Unidas é não deixar ninguém para trás, o primeiro investimento tem de ser feito essencialmente nos grupos que durante muito tempo têm sido relegados para segundo plano, que não têm sido ouvidos ou considerados nos processos de tomada de decisão. A participação dos jovens no desenho e desenvolvimento das políticas públicas não se tem afirmado como prática comum, sendo que, na maioria dos casos, os jovens assumem-se como meros recetores destas mesmas políticas. Por isso, é muito importante ouvi-los e perceber, de forma clara e concreta, quais são as suas necessidades, materializando-as, posteriormente, em todos os atos que tenham reflexo nas suas vidas atuais e futuras.

A escolha do tema sobre a participação dos jovens para o presente estudo partiu da nossa preocupação face aos elevados números da abstenção, transversais aos diversos atos eleitorais. O problema manifesta-se a nível nacional e comumente é referido que os maiores “culpados” dos elevados níveis de abstenção são os jovens, que se mostram cada vez mais desligados das questões políticas e da participação ativa na sociedade. Considerando o território onde nos situamos, optámos por investigar com maior detalhe a participação dos jovens do concelho de Torres Novas, através da realização de um estudo exploratório-descritivo, tentando perceber os seus hábitos de participação.

No entanto, se numa primeira fase tínhamos como foco perceber se os jovens torrejanos estavam realmente alheados das questões políticas e se eram os maiores contribuidores para a elevada abstenção, cedo percebemos, através da pesquisa bibliográfica e revisão de literatura que fomos fazendo, tanto pela leitura de artigos científicos, relatórios, legislação ou notícias na comunicação social e nas redes sociais, como pelos inúmeros podcasts, webinars e vídeos disponíveis no canal Youtube, que esta questão não se limitava apenas ao ato eleitoral e à participação através do voto. A revisão de literatura não comprova a teoria de que os jovens são os únicos que estão afastados da vida política, nem os que mais contribuem para as elevadas taxas de abstenção nas eleições. Pedro Magalhães (2022), no relatório “Um retrato comparativo longitudinal 2009-2019”, elaborado a partir do estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, realizado em 2021, sobre “A participação política da juventude em Portugal”, refere que no caso dos

jovens não houve quebra nos níveis de participação eleitoral, ao contrário dos restantes grupos populacionais, em que se verificou esse decréscimo:

Na maior parte das formas de participação analisadas, os jovens seguiram as tendências gerais do resto da população. Há apenas duas exceções. Por um lado, enquanto a participação eleitoral baixou para outros grupos etários - particularmente entre os 60 e os 80 anos -, ela manteve-se estável, a níveis baixos, para os mais jovens (Magalhães, 2022, p. 4).

Todas estas constatações levaram-nos a direcionar as nossas preocupações para o campo das perceções e a tentar perceber de que forma os jovens do concelho viam a sua participação na vida cidadã e política e qual consideravam ser a sua intervenção a nível das políticas públicas, o que resultou na pergunta de partida: “Qual a perceção dos jovens de Torres Novas relativamente à importância da sua participação nas políticas públicas?”. A par desta ideia, abrimos, de igual forma, o espectro dos nossos objetivos específicos, na perspetiva de identificar e analisar de que formas participam os jovens torrejanos, o que os motiva para essa participação e que perceção têm sobre as políticas municipais para a juventude no concelho de Torres Novas. Pretendemos, também, conhecer o ponto atual das políticas municipais para a juventude em Torres Novas e qual a representação dos movimentos associativos juvenis no concelho.

A partir destas questões, dividimos o nosso estudo em diferentes partes. Na primeira parte, do enquadramento teórico, focamo-nos na revisão de bibliografia, que sustenta os conteúdos teóricos apresentados, contextualizando a temática de investigação. Aqui, não obstante a importância de todos os contributos, atribuímos significativa relevância aos diversos estudos que têm sido feitos ao longo dos últimos anos, com especial enfoque para o “Estudo sobre a Participação Política da Juventude em Portugal”, de 2022, da Fundação Calouste Gulbenkian. Para além das questões diretamente relacionadas com a participação cidadã e política dos jovens, focamo-nos, igualmente, noutras que consideramos fundamentais para a problemática do estudo, como a perspetiva atual das políticas públicas municipais para a juventude (dado que trabalhamos em específico o território do Município de Torres Novas), assim como a importância da participação dos jovens para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030.

O capítulo II observa os processos da fase empírica do nosso estudo. Na parte da metodologia de investigação, apresentamos a problemática, o tipo de estudo que realizámos, os participantes e as técnicas de recolha e análise de dados utilizados ao longo da investigação. Relativamente ao tipo de estudo, e dado que pretendíamos conhecer e compreender os comportamentos dos jovens do concelho de Torres Novas e descrever as suas perceções relativamente às políticas municipais para a juventude, optámos pela realização de um estudo exploratório-descritivo, assente no paradigma misto (qualitativo e quantitativo). Quanto à recolha de dados, aplicámos diversos instrumentos, entre eles entrevistas semi-estruturadas a eleitos locais e um questionário aplicado aos jovens do concelho de Torres Novas, entre os 15 e os 24 anos. Procedemos, igualmente, à análise documental das atas das reuniões do Conselho Municipal de Juventude, realizadas entre 2016 e 2020.

No capítulo III, para contextualizar o território, fizemos uma breve caracterização do concelho e apresentámos as várias políticas e programas municipais de base local em vigor, atualmente, no Município de Torres Novas.

O capítulo IV é dedicado à apresentação e discussão dos dados obtidos nas fases precedentes, sendo que esta análise interpretativa permitiu-nos avançar com a resposta à pergunta de partida e para cada um dos objetivos específicos delineados. Na parte final deste capítulo, apresentamos uma breve síntese dos resultados.

Por fim, apresentamos as conclusões retiradas no âmbito da nossa investigação e focamos as limitações encontradas ao longo do estudo. Neste ponto, sugerimos, ainda, possibilidades de futuras investigações, relacionadas com a problemática do presente estudo.

I ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 CAPÍTULO 1 – JUVENTUDE: UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL

1.1.1 O conceito de juventude

O conceito de juventude é relativamente recente e só surgiu nos anos 60 do século XX. Durante muito tempo, não lhe foram atribuídos nem espaço, nem identificação próprios, ao nível da sociologia, considerando-se que era apenas uma fase da vida que acontecia entre a infância e a vida adulta. Porém, a vertigem de mudanças que as sociedades têm presenciado e a própria complexidade social decorrente das rápidas transformações, às quais os indivíduos destas faixas etárias não ficaram indiferentes, levou a que se começassem a identificar necessidades específicas relativamente ao grupo, passando, por isso, a ser mais frequentemente objeto de estudo, porque, como referido por José Machado Pais (1990), é preciso “explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (...), mas também, e principalmente - as diferenças que entre eles existem” (Pais, 1990, p.140), de forma a que se compreenda a centralidade da sociologia da juventude.

Ainda assim, a definição do conceito não tem sido pacífica e o único consenso, do ponto de vista sociológico, que parece existir sobre o mesmo é o de que ele se insere numa categoria social muito complexa e de difícil aceção. Vários autores reiteram a dificuldade de definição do conceito e reforçam a sua pluralidade, como é o caso de Alpizar e Bernal, citados em Maia (2010), que categorizaram a definição de juventude em sete correntes principais:

- 1) a juventude como uma etapa do desenvolvimento psicobiológico humano; 2) a juventude como um momento chave para a integração social; 3) juventude como um dado sociodemográfico; 4) juventude como agente de mudança; 5) juventude como problema para o desenvolvimento; 6) gerações juvenis; 7) juventude como uma construção social (Maia 2010. p. 52).

No último ponto, Maia (2010) reforça, ainda, que a visão da juventude como um constructo social evidencia “as nuances presentes na juventude a partir de uma relativização cultural que admite o carácter simbólico da construção da juventude em cada sociedade” (pp. 52-53), o que justifica, em termos sociológicos, a utilização mais frequente do conceito de juventudes, e não só de juventude.

Não obstante a dificuldade de consensualização em torno do conceito, Machado Pais (1990) refere existirem duas tendências sociológicas que se destacam: a corrente geracional e a corrente classista. Teoricamente, a primeira defende que a unificação do grupo advém do critério etário e do facto de estarem todos na mesma fase da vida. A esta corrente importa, essencialmente, estudar os aspetos comuns a uma geração. No caso da corrente classista, entende-se não existir uma única cultura juvenil, em que todos estão no mesmo patamar, mas várias culturas juvenis, cujo comportamento social surge “em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais” (Pais, 1990, p. 140). A existência de distintas teorias, segundo o mesmo autor, consubstancia a pluralidade do conceito, e defende a impossibilidade de subsistir “um único conceito de juventude que possa abranger os campos semânticos que lhe aparecem associados” (p. 151). Para Machado Pais (1990), a juventude é um “problema social” (p. 141) e os jovens são afetados pelos problemas que mais lhe dizem respeito (por exemplo educação e formação, emprego, etc.) e que condicionam os seus comportamentos sociais. Independentemente de se analisar a juventude à luz da teoria classista ou geracional, os jovens devem ser estudados tendo em conta os “seus contextos vivenciais, quotidianos – porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e de entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e acção” (p. 164).

Outro aspeto que não tem merecido consenso é o balizamento do intervalo de idades que compreende este grupo social. Para a UNICEF, os indivíduos com idades entre os zero e os dezoito anos integram o grupo “crianças”; para a UNESCO, a juventude abarca as pessoas entre os 15 e os 29 anos; a ONU, em 1985, no Ano Internacional da Juventude, balizou este grupo social entre as idades dos 15 aos 24 anos. Em Portugal, o

Observatório Permanente da Juventude situa a juventude entre os 15 e os 30 anos e a Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, que estabelece o regime jurídico do associativismo jovem, refere que são grupos informais de jovens os que forem constituídos exclusivamente por indivíduos com idades compreendidas entre os 12 e os 30 anos e que, no caso das associações socioprofissionais, o limite de enquadramento é de 35 anos.

Tem sido objeto de análise na Sociologia da Juventude o momento de transição para a vida adulta. Se na década de 80 do século passado, os autores viam esta questão com uma linearidade própria, baseada na sucessão de acontecimentos sucessivos na vida dos jovens, estremados cronologicamente e estandardizados para a globalidade, como o fim do percurso escolar, encontrar o primeiro emprego, o casamento e o nascimento do primeiro filho, as mudanças aceleradas, tecnológicas e sociais, das sociedades, levaram à quebra desta normalização e a entrada na vida adulta passou a estar associada a um processo mais individualizado. Pais (1990) defende que as trajetórias dos jovens devem ser entendidas com base na diversidade e quando assim é “as vertentes de acesso mostram-se bastante flutuantes, flexíveis e elas próprias diversificadas” (p. 150). Pese embora a individualidade, as decisões dos jovens são influenciadas pelas dinâmicas sociais mais dominantes, que atualmente passam, entre outros fatores, pela entrada tardia no mercado de trabalho e pela garantia de estabilidade financeira, o que lhes condiciona a autonomia. De facto, a dependência financeira dos pais pode não significar a perda total de autonomia, nos modos como escolhem e agem, mas os jovens podem “ver-se impedidos de agir, por falta de recursos adequados, o que interfere com a capacidade de concretização da sua autonomia” (Pappámikail, 2010, p. 404).

Apesar das dificuldades de consenso assinaladas, não parecem restar dúvidas, atualmente, sobre a importância dos jovens nos processos democráticos e do seu papel crucial para o desenvolvimento comunitário, tanto a nível local, como nacional e mesmo global. A assunção desta importância, e das necessidades específicas dos jovens, encontra-se refletida em diversos parâmetros da sociedade, tanto ao nível das políticas sociais, económicas, de emprego ou educativas, entre outras, e, particularmente, nas políticas de juventude, consubstanciadas pela legislação nacional e internacional, que

defendem e demonstram as crescentes influência e preponderância dos jovens nas sociedades atuais.

1.1.2 “Retrato” da juventude em Portugal

Como referimos anteriormente, a juventude só começou a ser vista como categoria social num passado ainda recente, na segunda metade do século XX, e os estudos sobre este grupo social também só começam a aparecer depois desta altura. Em Portugal, os comportamentos da juventude passam a ser objeto de estudo um pouco mais tarde. Houve o Inquérito Nacional à Juventude, desenvolvido, em 1982, pelo Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, e desde então foram realizados vários estudos e inquéritos. A cronologia apresentada no estudo “Os jovens em Portugal, hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem”, publicado em 2021, pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, identifica, entre 1980 e 2000, a realização de quase uma dezena de inquéritos e estudos, que permitiram o conhecimento mais aprofundado de quem são os jovens portugueses e quais os seus comportamentos, atitudes e formas de estar. Neste estudo, foram analisadas as dinâmicas dos jovens em várias dimensões das suas vidas, como a educação, o trabalho, os tempos livres, as amizades, a conjugalidade e partilha de vida comum, a autonomia financeira, a sua relação com o ambiente e a sua participação cívica na sociedade, entre outros aspetos.

Considerando os dados dos Censos de 2021¹, disponibilizados no site Pordata (2022), a população jovem residente em território nacional, com idades entre os 15 e os 24 anos, corresponde atualmente a 10,5% da população total. Se estendermos o limite de idade até aos 35, temos um valor 21,2%. Comparativamente aos Censos de 2011², verifica-se que, tal como a população total residente, o número de jovens sofreu um decréscimo, embora não muito significativo, verificando-se, nessa data, taxas de 10,9% e 24,4%, respetivamente para os grupos etários dos 15-24 e 15-34 anos. Se entendermos o casamento como um dos critérios para a transição para a vida adulta, constata-se que a média de idade do primeiro casamento continua a registar aumento, situando-se, em 2021, em 34,3 anos para os homens e em 32,9 para as mulheres. Nos Censos de 2011, a

¹ <https://www.pordata.pt/censos/resultados/populacao-torres+novas-569>

² <https://www.pordata.pt/municipios/populacao+residente+segundo+os+censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-22>

média de idades era, respetivamente, de 31,1, nos homens, e 29,5, nas mulheres. Também se continua a verificar um aumento na idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, que em 2011 era de 29,2 anos e em 2021 passou para os 30,9 anos de idade. Estes fatores indicam que a transição para a vida adulta, associada ao equilíbrio e estabilidade financeira, continua a ocorrer cada vez mais tardiamente.

Em resumo, os Censos de 2021 (Pordata.2022) apresentam números absolutos superiores a 2 milhões de habitantes jovens, em Portugal, o que representa uma faixa bastante notável de população, merecendo, por isso, uma abordagem focada e uma análise crítica, face às várias dimensões estruturantes das suas vidas. Interessa conhecê-los na sua especificidade, na perspetiva de responder assertivamente às suas necessidades.

1.2 CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

1.2.1 Políticas públicas

As políticas públicas pautam a ação do Estado, que é o responsável pela sua elaboração e implementação. No entanto, esta tarefa não é competência exclusiva dos governos e restantes órgãos estatais, sendo cada vez mais partilhada com outras organizações da sociedade. Por serem públicas, estas políticas vão influenciar a vida das populações, em geral, ou de grupos sociais, em específico.

Como disciplina académica, a política pública surge nos EUA e enfatiza os seus estudos sobre a ação dos governos (Souza, 2006, p. 22), não se alinhando com a perspetiva europeia, que se debruçava mais sobre o papel do Estado enquanto produtor de políticas públicas. Esta dicotomia continua a prevalecer, não existindo consenso, nem definição única para o conceito de política pública. É certo, no entanto, que a política pública é determinante para a manutenção da ordem social e pedra basilar das sociedades democráticas.

A elaboração das políticas públicas, de acordo com Souza (2006), vai ao encontro da visão e dos objetivos traçados pelos governos e refletem as convicções políticas de cada um. Após a sua definição, são elaborados planos, projetos ou programas, entre outros, que quando são implementados também vão ser sujeitos a “sistemas de acompanhamento e avaliação” (Souza, 2006, p. 26).

Esta mesma autora apresenta um conjunto de seis elementos principais, transversais às diversas definições e modelos sobre políticas públicas (2006, p. 36). Em primeiro lugar, refere que a política pública permite distinguir a visão do governo; por outro lado, a política pública faz-se em diversos patamares de decisão e envolvendo vários atores, mantendo, ainda assim, destaque para o papel basilar dos governos; em terceiro lugar, identifica o carácter abrangente das políticas públicas, que não se restringem a “leis e regras”; em quarto e quinto lugares, respetivamente, refere que há uma intencionalidade clara na política pública, com objetivos específicos a alcançar, e que os impactos são sempre a longo prazo, embora possam existir alguns de menor força, a curto prazo. Em último lugar, a autora reitera a obrigatoriedade das políticas assumirem uma posição mais prática, o que implica a sua implementação, execução e constante avaliação.

1.2.2 A produção de políticas públicas

Uma das formas mais comuns para apresentar o modelo de produção de políticas públicas é a abordagem cíclica, em que o processo se encontra ordenado por etapas (Carneiro, 2007). De acordo com Carneiro (2007), esta teoria foi primeiramente defendida por Lasswell, mas tem sido alvo de inúmeras alterações e revisões, de acordo com os contextos que modelam as políticas. O primeiro passo para a produção de políticas públicas consiste na identificação de um dado problema ou necessidade, que pode ser feita pelos órgãos estatais ou por quaisquer outros agentes da sociedade civil. De seguida, dá-se a sua entrada na agenda pública e, conseqüentemente, a sua discussão e procura de soluções. Determinada a alternativa ou solução mais viável, inicia-se a implementação. Em simultâneo com a fase de execução da política pública vai-se procedendo à sua avaliação, que tem como objetivo fornecer *inputs*, gerados por várias entidades, como partidos políticos, *mass media*, *stakeholders*, técnicos

governamentais, que possam apoiar na redefinição e no reajustamento das medidas e das soluções encontradas. Não existem balizas temporais para definir um momento exclusivo para cada uma das fases, sendo que “as políticas públicas sofrem uma constante redefinição, de forma continuada, através do processo de retroacção e em função das mudanças ocorridas no contexto em que se inserem” (Carneiro, 2007, p. 20).

1.2.3 Políticas e programas para a juventude: alguns marcos importantes

Em 6 de dezembro de 2022, na cerimónia de encerramento do Ano Europeu da Juventude, realizada em Bruxelas, pela Comissão Europeia, foi aprovado o documento denominado “Carta Europeia da Juventude e Democracia” (*The Charter on Youth and Democracy*³, no original), que apresenta 49 recomendações específicas para reforçar a participação democrática dos jovens, em contexto multinível: local, nacional e europeu, garantindo que as opiniões dos jovens não deixem de ser ouvidas e consideradas na definição de políticas, tal como é referido na sua nota introdutória:

It strives to build and consolidate a youth friendly democratic space to ensure the voices of young people are formally, continuously and permanently represented in the European Union. The Charter follows a participatory approach, which involves youth via numerous youth organisations, including youth branches of both national and European political parties, as well as the community of the European Committee of the Regions’ Young Elected Politicians -program (2022).

A “Carta Europeia da Juventude e Democracia” é apenas um dos muitos exemplos de documentos oficiais que têm sido publicados ao longo dos últimos 60 anos, abordando a temática da juventude e “são de diferentes naturezas, desde Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, adoção de declarações com peso político, a

³ <https://cor.europa.eu/en/our-work/Documents/Charter%20on%20Youth%20and%20Democracy/cor-2022-04574-02-01-ppsp-tra-en.pdf>

momentos comemorativos da Juventude” (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2020, p. 15).

O aparecimento destes instrumentos políticos surgiu a par das preocupações já referidas, no que se refere às necessidades próprias e específicas dos jovens e da sua importância em termos sociais, cuja responsabilidade tem sido partilhada por diversos organismos e entidades como a Organização para as Nações Unidas, a União Europeia, a Comissão Europeia ou o Conselho da Europa. Paralelamente, e geralmente na linha das diretivas ou recomendações emanadas por estes organismos, os governos nacionais definem políticas e programas próprios, adaptados aos seus territórios.

Assim, os primeiros documentos oficiais publicados sobre questões relacionadas com a juventude datam de 1960, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas realizou uma conferência dedicada a este grupo social, a qual emanou a resolução A/RES/1572 (XV) “Medidas desenhadas para promover entre a Juventude os ideais de paz, respeito mútuo e entendimento entre os povos”, que se consubstanciou, em 1965, na “Declaração para a Promoção entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Entendimento entre os Povos”, adotada pelos Estados-Membros das Nações Unidas.

Em 1978, também em Assembleia Geral das Nações Unidas, foi abordada a possibilidade de se comemorar o Ano Internacional da Juventude⁴, o que se concretizou, pela primeira vez, em 1985, no âmbito do 20.º aniversário da “Declaração para a promoção entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Entendimento entre os Povos”, sob a temática “Participação, Desenvolvimento e Paz”. A comemoração de um ano internacional dedicado à juventude teve, essencialmente, como objetivo alertar para as problemáticas associadas à juventude e reforçar a importância de se desenvolverem programas especificamente dedicados aos jovens, tendo em vista a melhoria das suas condições de vida, com garantia de continuidade futura. Desta forma, estes programas, que apresentavam linhas de ação tanto a nível internacional, como nacional, regional e local, obrigavam à reflexão crítica sobre os grandes problemas e questões que se apresentavam aos jovens, incentivando ao mesmo tempo a sua participação ativa na

⁴ A/RES/33/7: International Youth Year, de 3 de novembro de 1978.

sociedade e relevando a importância do seu papel na construção da democracia e no desenvolvimento dos territórios.

A partir desta data, a juventude passou a integrar de forma recorrente as agendas políticas, registrando-se a proliferação de iniciativas e também de legislação nesta área, que originaram a definição e implementação de diversas políticas públicas focadas nas problemáticas dos jovens. Um dos documentos mais relevantes, adotado em 1995, pela Organização das Nações Unidas, é o “Programa Mundial de Ação para a Juventude até e para além do ano 2000” (reconhecido pela sigla original de WPAY – World Programme of action for youth)⁵, considerado como a “primeira estratégia para a Juventude adotada a nível internacional e tem servido, desde então, de base para a formulação de políticas de Juventude ao nível global”, centrando-se, particularmente, “nas medidas destinadas a reforçar as capacidades nacionais no domínio da Juventude e a aumentar a qualidade e a quantidade de oportunidades disponíveis para uma participação plena, efetiva e construtiva da Juventude na sociedade” (IPDJ, 2020, pp. 18-19).

Na sequência da linha de ação proposta no Programa Mundial, em 1998, durante a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, realizada em Lisboa, foi apresentada a proposta de comemoração do Dia Internacional da Juventude, que passou a ser celebrado, a partir de 2000, no dia 12 de agosto. Da Conferência de Lisboa, em 1998, saiu, igualmente, a “Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude”, que propunha a assunção de compromissos, por parte dos governos, nas seguintes áreas de atuação: participação, desenvolvimento, paz, educação, emprego, saúde, abuso de drogas e políticas e programas de juventude. Estes eixos eram considerados prioritários porque, por um lado, embora se entendesse que os jovens são fundamentais para o desenvolvimento das sociedades, havia, por outro, a percepção de que nem todos possuíam as mesmas ferramentas e competências para fazer face aos problemas. Questões relacionadas com pobreza, violência, desemprego, negligência, entre outras, evidenciavam a desigualdade e colocavam uma parte dos jovens em posição de vulnerabilidade. A Declaração de Lisboa, em 1998, e os compromissos que dela advieram, perspetivaram, desta forma, uma visão globalizada, com forte incidência

⁵ Assembleia Geral das Nações Unidas (1995), A/RES/50/81: World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond, de 14 de dezembro de 1995.

na defesa dos Direitos Humanos, dos Direitos da Criança e na eliminação de qualquer forma de discriminação. Além disso, enfatizava a importância da participação cidadã dos jovens, não apenas no contexto de serem formuladas políticas e programas específicos para eles, mas no próprio envolvimento direto dos jovens na atividade participativa, através da sua auscultação e abarcando os seus contributos nos processos de criação, implementação e avaliação das políticas definidas.

De alguma forma, pode-se entender a “Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude”, de 1998, como um elemento impulsionador para a mudança de paradigma no que se refere à participação dos jovens, baseado em processos de cogestão e diálogo estruturado, que se encontram atualmente em discussão nas esferas política e cidadã.

Nos anos seguintes à Conferência de Lisboa de 1998, foram emanados diversos documentos sobre as políticas de juventude, mas parece-nos importante relevar a resolução da Assembleia das Nações Unidas A/RES/62/126⁶, de dezembro de 2007, que prevê a expansão das áreas de atuação de 10 para 15, introduzindo os novos eixos prioritários da Globalização, Tecnologias da Informação e Comunicação; HIV/SIDA, Conflitos Armados e Assuntos Intergeracionais. Este alargamento de atuação está diretamente relacionado com o contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, apresentados no ano 2000 e que vigorariam até 2015. Há, assim, uma intenção clara de não deixar os jovens afastados da prossecução destes objetivos, conferindo-lhes um papel fundamental enquanto agentes sociais ativos e indispensáveis na concretização das metas estabelecidas.

Em 2010, é celebrado um novo Ano Internacional da Juventude, subordinado ao tema “Diálogo e Entendimento Mútuo”, que veio reforçar os compromissos anteriormente assumidos pelos Estados-Membros das Nações Unidas, no que se refere ao desenvolvimento de mecanismos que promovam a real participação de todos os jovens nas ações previstas e desenvolvidas no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio. Dois anos depois, em 2012, o Secretário-Geral das Nações Unidas incluiu a área

⁶ Assembleia Geral das Nações Unidas (2007), A/RES/62/126: Policies and programmes involving youth: youth in the global economy – promoting youth participation in social and economic development, de 18 dezembro 2007.

da juventude como prioritária na sua Agenda de Ação, reconhecendo a necessidade de incluir e aprofundar a perspectiva dos jovens nas diversas políticas e programas previstos para os mais diversos setores, como a saúde, a educação, a cidadania, o emprego e a participação política. A intensificar este ponto de vista, em 2013, foi criada a figura do “Enviado para a Juventude”, que “tinha como missão responder aos objetivos avançados na Agenda de Ação durante os cinco anos seguintes” (IPDJ, 2020, p. 22).

Outro marco importante é a realização em 2014, em Baku, no Azerbaijão, do I Fórum Global sobre Políticas Para a Juventude, com o objetivo de “elevar o debate político sobre questões de Juventude, com o propósito de estimular o desenvolvimento de políticas de Juventude e a sua efetiva implementação” (IPDJ, 2020, p. 22). Neste fórum estiveram presentes mais de 700 participantes, entre governos, organismos internacionais, organizações não governamentais, organizações juvenis e outras entidades da sociedade civil, em representação de 165 países. Do debate e das abordagens analisadas ao longo dos três dias, saiu o Compromisso de Baku, um documento que recolhe as principais conclusões sobre as linhas orientadoras para a definição das políticas de juventude, adaptadas à realidade e à complexidade e diversidade sociais. O documento insere-se na lógica do desenvolvimento sustentável, e na importância de garantir o bem-estar de todos os jovens. Aliás, as recomendações e medidas propostas no Compromisso de Baku focam-se numa agenda em fase posterior a 2015, procurando ir além dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, e na linha do que, mais tarde, se viria a concretizar nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na Agenda 2030. Neste documento é explícito que políticas de juventude devem ser definidas tendo por base os direitos humanos, devendo ser inclusivas, participadas e não discriminatórias em relação ao género. Devem, ainda, ser definidas numa visão holística, abrangendo todos os setores que influenciam a vida dos jovens e o seu desenvolvimento, e devidamente fundamentadas em conhecimento e em evidências. Refere, ainda, que a definição de políticas de juventude deve acautelar o financiamento que permita a sua implementação plena, apresentando de forma transparente a fiabilidade das fontes e promovendo o mais possível a criação de parcerias e a procura de *stakeholders*. Por último, o documento apela à monitorização e à avaliação das políticas de juventude, numa perspectiva de possibilitar a prestação de contas, tanto a

nível local, como nacional, envolvendo de forma ativa os jovens nestes processos de análise de monitorização. Em termos gerais, os dez compromissos assumidos em Baku reforçam a relevância da partilha de responsabilidades, do trabalho colaborativo, da concertação de sinergias entre *stakeholders* e, também, da definição de políticas que permitam a implementação de medidas práticas e mensuráveis, nas quais esteja devidamente assegurada a participação ativa dos jovens ao longo de todo o processo, desde a tomada de decisão política até à execução. O Compromisso de Baku reforça, do mesmo modo, a perspetiva global e multinível das políticas públicas de juventude, não obstante poderem vir a ser executadas em contextos nacionais, regionais ou mesmo locais.

Em 25 de novembro de 2015, em Assembleia Geral das Nações Unidas, foi adotada a resolução “Transformar o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”⁷, que definiu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes objetivos passam a ser o alinhamento central para grande parte dos instrumentos políticos, que vão sendo adotados, publicados e promulgados, tanto a nível internacional, como nacional, regional e local. Aos jovens é dado um papel de destaque na mudança de paradigma e na construção do desenvolvimento sustentável, expresso tacitamente quando refere que “children and young women and men are critical agents of change and will find in the new Goals a platform to channel their infinite capacities for activism into the creation of a better world” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015, p. 10), pelo que os documentos de base das políticas de juventude passam a mencionar os ODS e a reforçar a importância dos jovens, e da sua participação ativa, no cumprimento das metas definidas para cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Do conjunto dos vários documentos produzidos após 2015, realçamos a Estratégia “Youth2030: The United Nations Strategy on Youth”, lançada em setembro de 2018, pelas Nações Unidas, e a “Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027”, aprovada, igualmente em 2018, pelo Conselho da União Europeia, e que vem na sequência da 1.^a Estratégia Europeia para a Juventude, que vigorou entre 2010 e 2018. São documentos que se apresentam como estratégias de cooperação entre Estados-

⁷ Assembleia Geral das Nações Unidas (2015), A/RES/70/1: Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, de 25 de setembro de 2015.

Membros, catalisadores de concertação política e diplomática, que vêm reforçar a sua presença institucional numa escala internacional. Para terminar, salienta-se, ainda, como marco importante na promoção e definição das políticas de juventude, a realização, em Lisboa, em junho de 2019, da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude e o Fórum da Juventude Lisboa +21, organizada em parceria pelo governo português e o Conselho Nacional da Juventude de Portugal. Deste evento saiu a “Declaração Lisboa+21”, que apresenta no seu documento final, um conjunto de 19 compromissos, que servirão como base para a conceção de políticas e programas para a juventude, do ponto de vista nacional e internacional. Os compromissos englobam oito áreas de atuação: participação, desenvolvimento, paz, educação, emprego, abuso de drogas e políticas e programas na área da Juventude. Para além da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, existe uma clara identificação dos compromissos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, salvaguardando-se a urgente promoção e proteção dos mesmos, garantindo um desenvolvimento pleno a todos os jovens, com especial enfoque às jovens mulheres e aos jovens pertencentes a grupos mais vulneráveis, como jovens migrantes, jovens portadores de deficiência ou marginalizados e discriminados por quaisquer outros motivos.

Em 2022, voltou a celebrar-se o Ano Internacional da Juventude, proposto pela Comissão Europeia e aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia. Subordinado à temática “Ouvir e Agir pela Juventude”, realizaram-se diversas atividades, conferências e cimeiras, com o objetivo de robustecer a importância dos jovens e, nomeadamente, reiterar a força que a participação ativa dos jovens tem na construção das sociedades democráticas.

1.2.4 Políticas públicas para a juventude

Como anteriormente mencionado, a elaboração e implementação de políticas públicas é uma competência do Estado, embora partilhada com outros agentes da sociedade civil. Desta forma, optámos por falar na produção e implementação das políticas da juventude em Portugal, no contexto atual. Em consequência de pertencermos à União Europeia, muitas das políticas de juventude implementadas no nosso país, acabam por

estar em linha com as recomendações emanadas pelos organismos europeus, da mesma forma que também refletem as diretrizes ou linhas de pensamento de outras organizações internacionais como a ONU. Ao nível da União Europeia, destacam-se quatro órgãos cujo trabalho tem maior impacto na área da juventude, consubstanciados, essencialmente, nos artigos 165.º e 166.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. São eles o Conselho Europeu, o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia. Embora a legislação na área da juventude seja competência direta dos Estados-Membros, estes órgãos da UE lançam diversos documentos-chave, que devem ser considerados em contexto nacional, aquando da produção de instrumentos legislativos, garantindo, desta forma a cooperação e a uniformidade na área da juventude, em toda a União Europeia.

Na VII Revisão da Constituição da República Portuguesa, de 2005, a juventude e os seus direitos estão consagrados no artigo 70.º, referindo o n.º 2 do mesmo artigo que “a política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.”

Atualmente, em Portugal, para além dos vários ministérios que tratam transversalmente temáticas que dizem respeito aos jovens, existe a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, com responsabilidades acrescidas sobre a temática. Também o Ministério da Educação, em função do seu trabalho para a população escolar, apresenta-se como um ator de peso na produção de documentos que vão ter reflexo imediato sobre a vida dos jovens. Além destas estruturas governamentais, existem outras entidades que trabalham mais diretamente com a área da juventude, como é o caso do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude), o CNJ (Conselho Nacional da Juventude), o Centro de Juventude de Lisboa (que recebeu o selo de qualidade em 2014, pelo Conselho da Europa) ou a FNAJ (Federação Nacional de Associações Juvenis).

Como vimos anteriormente, as preocupações com os jovens e com as suas necessidades particulares surgiram em meados do século XX, no entanto, em Portugal, ao nível do Estado e da institucionalização de órgãos deliberativos e legislativos específicos para

esta área, a questão surgiu apenas em 1985, no ano em que se celebrou o primeiro Ano Internacional da Juventude.

1.2.4.1 A Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027

A Resolução 2018/C 456/01, do Conselho da União Europeia, publicada em 18/12/2018, também conhecida como “Estratégia da União Europeia para a Juventude para 2019-2027”, é atualmente o principal documento que rege as políticas europeias para a juventude. Ela surge na continuidade da primeira Estratégia Europeia para a Juventude, e mantém a lógica de cooperação dos Estados-Membros no domínio das políticas de juventude, resultando de um processo de diálogo com os jovens de toda a Europa, decorrido em 2017 e 2018.

A partir desta auscultação, e sob divisa “Envolver, Ligar e Capacitar”, foram definidos 11 objetivos prioritários para a juventude europeia, transversais a todas as áreas que afetam a vida dos jovens e sobre as quais se reconhecem dificuldades e desafios futuros: 1) Conectar a União Europeia com a Juventude; 2) Igualdade para todos os géneros; 3) Sociedades inclusivas; 4) Informação e Diálogo construtivo; 5) Saúde mental e bem estar; 6) Impulsionar a juventude rural; 7) Trabalho de qualidade para todos; 8) Educação de qualidade; 9) Espaço e participação para todos; 10) Europa verde sustentável e 11) Organizações de juventude e programas europeus.

Um dos eixos centrais da Estratégia é a promoção da participação dos jovens na vida democrática, observando a importância fulcral do seu envolvimento permanente em todas as circunstâncias da vida quotidiana, pelo que “todas as políticas e atividades relativas aos jovens deverão defender o direito dos mesmos participarem no desenvolvimento, na execução e no acompanhamento de políticas que os afetam, através de uma participação significativa dos jovens e das organizações de juventude” (Conselho da União Europeia, 2018). O documento frisa veemente a necessidade de se promoverem políticas para a juventude que garantam a igualdade de oportunidades e a igualdade de direitos para todos, dando particular importância aos grupos mais vulneráveis, devendo-se explorar novas e alternativas formas de participação. Em termos de governação participativa, apela ao diálogo permanente entre jovens,

instituições de juventude e os órgãos políticos, numa participação constante e representativa dos jovens, dado que a “participação aumenta não só a visibilidade dos jovens e das suas preocupações, como também a visibilidade dos decisores da política de juventude aos olhos dos jovens” (CUE, 2018), sendo importante a criação de uma plataforma que facilite a coordenação e o desenvolvimento do “diálogo cívico regular” (CUE, 2018).

Para cada um dos 11 objetivos, são apresentadas metas, que, de forma geral, se cruzam com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, verificando-se uma ligação entre os dois documentos. A Estratégia da UE para a Juventude consubstancia-se, assim, num documento fundamental para a concretização dos ODS, revelando a importância da participação dos jovens para a realização destes objetivos.

1.2.4.2 O II Plano Nacional para a Juventude (2022-2024)

Como referido anteriormente, as políticas para a Juventude em Portugal estão em linha com as diretrizes e recomendações da União Europeia e, também, das Nações Unidas. O mais recente instrumento político nacional para a juventude é o II Plano Nacional de Juventude (PNJ), aprovado em agosto de 2022, e publicado em Diário da República, a 13 de setembro de 2022, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022. O II PNJ tem o prazo de vigência de 2022-2024, e advoga na mesma linha de outros documentos internacionais como a Agenda 21, a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 ou a Declaração Lisboa+21. Apresenta-se como a continuidade, numa versão revista e aumentada, do I Plano Nacional de Juventude, que vigorou entre 2018 e 2021, tendo sido realizados, na fase de avaliação do I PNJ e de preparação do II PNJ, diversos processos de consulta que permitiram fazer o reconhecimento da situação das políticas municipais para a juventude, em Portugal. Um dos estudos foi desenvolvido pelo Observatório Permanente para a Juventude, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2019), que, através da auscultação aos 308 municípios portugueses, complementado pela pesquisa documental nos sites municipais e noutros documentos disponibilizados pelas autarquias,

procurou conhecer a situação das políticas municipais de Juventude relativamente a três domínios: estrutura de intervenção municipal na área da Juventude ...; formas de intervenção municipal na área da Juventude ...; e, ainda, o diagnóstico (principais problemas dos jovens) e as soluções (prioridades e propostas) postas em prática no mandato autárquico 2013-2017 e previstas para o mandato ... 2018-2021 (IPDJ, 2020, pp. 144-145).

O principal objetivo do II PNJ é “reforçar o compromisso para com as pessoas jovens, incentivar a sua emancipação, bem como a sua participação ativa e desenvolvimento pessoal, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável nas suas vertentes económica, social e ambiental” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022).

A entidade promotora deste Plano é o Instituto Português do Desporto e Juventude (à semelhança do I PNJ) e o documento apresenta a proposta de mais de 400 medidas que podem influenciar, direta ou indiretamente, a vida dos jovens, numa perspetiva intersetorial. Estruturalmente, o II Plano Nacional da Juventude é composto por cinco eixos prioritários, a saber: 1) Emancipação e autonomia; 2) Educação, formação e ciência; 3) Cidadania e participação; 4) Estilos de vida saudáveis; 5) Cultura e criação livre. Estes eixos, subdividem-se em objetivos, primeiro estratégicos e posteriormente operacionais, que, por sua vez, vão ser decompostos em medidas específicas, que se pretendem exequíveis e mensuráveis, e que possibilitem a sua efetiva concretização.

1.2.5 O papel dos municípios – políticas de dimensão autárquica

As políticas municipais para a juventude em Portugal são um conjunto de ações e estratégias desenvolvidas pelos municípios para promover o desenvolvimento e a participação ativa dos jovens na sociedade local e podem abranger diversas áreas de intervenção, como a educação, o emprego, a cultura, o desporto, o lazer, a saúde e a participação cívica. Os objetivos dessas políticas podem ser variados, incluindo a promoção da igualdade de oportunidades, a prevenção do abandono escolar, a promoção da empregabilidade, o combate à exclusão social, o estímulo à participação cívica, entre outros, criando condições para que os jovens possam desenvolver as suas capacidades, melhorar a sua qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Da mesma forma que no caso das políticas nacionais, as políticas de nível autárquico baseiam-se, prioritariamente, nas orientações e recomendações que são emanadas pelas entidades internacionais e nacionais, desconstruindo-as e adaptando-as à realidade de cada concelho. Ainda assim, há pontos convergentes, transversais a todos os municípios, e, por isso, muitos dos documentos de referência para as políticas de juventude reconhecem, atualmente, a importância dos municípios na promoção das políticas para a juventude e incentivam à participação ativa dos jovens na sua elaboração e implementação. Uma das mais recentes referências para a formulação das políticas municipais para a juventude é a “Carta Europeia da Juventude e da Democracia”, publicada em finais de 2022, que define princípios e áreas de atuação prioritárias para a promoção dos direitos e do bem-estar dos jovens, sendo que das 49 recomendações apresentadas, 13 são expressamente direcionadas à intervenção nas escalas local e regional. O mesmo se passa com a Estratégia da União Europeia para a Juventude e o II PNJ, que nas suas redações incentivam a criação de políticas locais para a juventude que sejam alinhadas com os seus objetivos.

Cada município pode ter, igualmente, regulamentos e programas próprios para a promoção de políticas para a juventude, de acordo com as suas realidades e necessidades específicas. Esses instrumentos podem incluir a criação de conselhos municipais de juventude, programas de apoio ao empreendedorismo jovem, programas de formação e de apoio à empregabilidade, de apoio ao voluntariado, entre outras medidas.

No que diz respeito a mecanismos de participação de jovens, facilitadores de processos de cocriação, coprodução e cogestão de políticas municipais, podemos dar como exemplo de boas práticas as assembleias de jovens, os projetos de orçamento participativo jovem ou os fóruns municipais de juventude, possibilitadores de diálogo e ações estruturadas.

1.3 CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

1.3.1 A participação dos jovens na definição das políticas de juventude

A análise da legislação (leis, resoluções, diretivas, declarações, recomendações), referida no capítulo anterior, permite-nos perceber a existência de uma evolução positiva em relação a esta problemática, verificando-se que o assunto está cada vez mais presente nas agendas políticas internacionais, nacionais e locais.

A “Declaração de Lisboa +21”, publicada em 2019, na sequência da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, reconhece a importância do envolvimento e empoderamento dos jovens, afirmando que a sua participação é crucial em todas

as fases dos processos de formulação de políticas para a juventude e tomada de decisões que afetam as suas vidas a nível local, nacional, regional e internacional, e que as/os jovens continuam amplamente excluídas/os do processo formal de tomada de decisões e da participação política (Declaração Lisboa +21. 2019).

por isso o 6.º compromisso do documento visa

assegurar o direito a uma participação relevante de rapazes e raparigas, organizações lideradas por jovens e centradas na juventude a todos os níveis (do local ao global) e em todas as fases dos processos de tomada de decisões e implementação de todas as políticas que direta ou indiretamente afetem as suas vidas” (Declaração Lisboa +21. 2019).

numa perspetiva de garantir a integração plena dos jovens, em todos os campos sociais, incluindo o económico e político.

A construção da democracia é um ato coletivo, que deve ser participado por todos, desde cedo. Para Guerra (2010), a necessidade da democracia participativa é atribuída a três principais pontos: a “complexidade crescente da sociedade, exigência de clareza e de informação por parte dos cidadãos, necessidade funcional de aumentar a eficácia da democracia” (p. 3/11). De facto, a democracia participativa pode, numa perspetiva de maior proximidade, aumentar a eficácia da administração, uma vez que, por um lado,

potencia o envolvimento e conhecimento efetivos do que se passa nos territórios e, por outro, aumenta a capacidade de regulação por parte dos cidadãos em relação ao trabalho desenvolvido pelas entidades públicas e à concretização das políticas sociais e económicas, que têm reflexo direto sobre o seu quotidiano.

Esta realidade é transposta para a participação particularizada de grupos sociais, como é o caso da juventude. Assim, a tomada de consciência por parte dos Estados de que a juventude tem um papel preponderante na sociedade e que possui necessidades e interesses específicos, levou a que, ao longo dos anos, fosse publicada diversa legislação sobre políticas direcionadas à juventude, tanto a nível internacional e nacional. Estes diplomas servem como base para a implementação de medidas e para a criação de instrumentos políticos próprios para fomentar e possibilitar a participação dos jovens. Da análise dos diversos instrumentos legais e políticos (estratégias, recomendações, declarações, entre outros), conseguimos perceber que tem sido feito um esforço para envolver cada vez mais os jovens na vida cidadã e política, definindo diretrizes sobre diversas formas de participação e fomentando a criação de mecanismos eficazes, que vão ao encontro das características e expectativas dos jovens.

A participação dos jovens tem sido objeto de vários estudos, tanto internacionais, como nacionais. A importância do tema parece ter progredido em paralelo com a crescente relevância dada a este grupo social e às suas dinâmicas, e à própria evolução do conceito de “juventude”. Em Portugal, o primeiro grande inquérito exaustivo, com levantamento estatístico sobre os mais jovens (Inquérito Nacional à Juventude) decorreu em 1982, coordenado e financiado pelo Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (Sagnier & Morell, 2021, p. 13).

1.3.2 Participação cívica e política dos jovens

Como referem Novaes e Vital, citadas por Perondi (2021, p. 239) “compreender a juventude de hoje é compreender o mundo de hoje”, assegurando-lhes um papel fundamental enquanto produtores sociais e culturais e agentes promotores de mudança e da consolidação das sociedades democráticas. A participação social dos jovens tem

por isso evoluído a par das transformações sociais e eles tendem a criar novas formas de participação.

A construção de uma democracia tem de passar, indubitavelmente, pela participação dos cidadãos. As decisões políticas não podem ser tomadas sem ter em consideração, para além das necessidades diagnosticadas, as opiniões e as perceções dos seus destinatários. Em Portugal, vivemos numa democracia representativa, ou seja, “nem todos integram o governo, mas todos participam na sua escolha” (Silveira, 2022, p. 18) e, por isso, a nossa opinião está delegada em representantes que foram escolhidos pelo povo nos diversos atos eleitorais. Mas, a participação das pessoas não se esgota nestes momentos, e os representantes políticos não podem tomar decisões unilaterais, sem envolver, em contínuos processos participados, as pessoas para quem trabalham, numa lógica de defesa do bem público. No caso das crianças e dos jovens, a participação nas eleições encontra-se obviamente limitada por conta da idade mínima obrigatória para o exercício de voto, porém eles não deixam de ser cidadãos e parte interessada nas decisões e nas políticas, não só nas que são emanadas diretamente para a sua faixa etária, mas em todas as que contribuem para o bem-estar dos territórios e para a sustentabilidade do planeta. Desta forma, entendemos por participação cidadã e política dos jovens todas as formas de ação protagonizadas pelos mesmos ou outras em que estão ativamente envolvidos, que possam ajudar a adquirir ou a reforçar a convicção de que as suas opiniões podem influenciar as tomadas de decisões políticas. Nesta perspetiva, o jovem é visto como participante ativo do desenvolvimento e não como mero espetador ou recetor dessas mesmas medidas e políticas.

No caso particular da participação política e cidadã dos jovens, o assunto foi, ao longo dos anos, objeto de estudo, sendo que em 2021 a Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com vários centros de estudos e institutos nacionais, realizou o “Estudo sobre a Participação Política da Juventude em Portugal”⁸, que, conforme referido no site da Fundação Calouste Gulbenkian, pretendeu analisar a

⁸ <https://gulbenkian.pt/forum-futuro/participacao-politica-dos-jovens-em-portugal/>

participação política dos jovens em Portugal de forma comparativa ao longo das últimas décadas e retratando as suas atitudes e os seus comportamentos na política, nomeadamente a sua relação com os partidos políticos e as estruturas associativas, bem como as formas emergentes de ativismo juvenil (FCG.2022).

Deste estudo resultaram a publicação de diversos relatórios, que ajudam a traçar um retrato atual dos comportamentos dos jovens ao nível das práticas participativas.

A análise dos diversos estudos sobre a juventude que foram realizados em Portugal até aos dias de hoje e alguma da bibliografia que foi produzida com base nos mesmos (cf. Cruz, 1990; Ferreira, 2008; Lobo & Sanches, 2017; Magalhães, 2022), permite-nos traçar, de forma sucinta, a evolução da participação dos jovens portugueses, desde 1974. Assim, sabe-se que as ações de contestação estudantil ou as manifestações juvenis contra o regime, nomeadamente contra a Guerra Colonial, foram também força motriz para o desencadear da Revolução de Abril. Esta forte presença dos jovens na vida política e social do país levou à formação de organizações partidárias de juventude (cf. Cruz, 1990, p. 224). Na década de 80, a participação juvenil cingiu-se ao trabalho desenvolvido por juventudes partidárias, denominadas por Braga da Cruz por “elites políticas juvenis” (Cruz, 1990, p. 223), uma vez que eram compostas na sua maioria por estudantes, predominantemente do género masculino, entre os 20 e 30 anos, de classes sociais média e alta. A partir de 1990, começou a perceber-se algum afastamento dos jovens em relação às questões políticas, associado a uma crescente falta de confiança nos políticos, sendo que este comportamento de alheamento e de desmobilização de jovens face à política manteve-se até atualmente, registando inclusive aumento, se pensarmos numa lógica de participação política convencional. Por outro lado, quanto à participação política não convencional, a adesão dos jovens tem aumentado, envolvendo-se cada vez mais em novas formas de protesto, como manifestações, assinatura de petições, entre outros, como apresentaremos no subcapítulo seguinte.

1.3.3 Tipos e formas de participação dos jovens

Centramo-nos, agora, nos tipos e formas de participação cidadã e política dos jovens. Como é que os jovens participam na sociedade? Quais os seus hábitos de participação

política? E os mecanismos de participação e consulta dos jovens existentes têm-se revelado eficazes? Os jovens, afinal, participam muito ou pouco na sociedade? Eles reconhecem a importância da sua participação para a defesa e manutenção dos valores democráticos? E em relação aos jovens europeus, os portugueses participam mais ou menos? E em comparação com os restantes grupos sociais da população portuguesa, serão os jovens os mais alheados dos atos participativos? Participar civicamente é, ou não, uma forma de participação política?

Em primeiro lugar, importa dizer que a participação política tanto dos jovens como da restante população não se cinge ao exercício de voto, nem ao seu envolvimento direto com partidos políticos. Esta consciência de que a participação política vai além do voto e da integração em partidos e organizações políticas não é recente; Braga da Cruz, em 1985, já distingue dois tipos de participação política, apresentando-as como “participação eleitoral” e “participação organizacional” (Cruz, 1985, p. 1073), em que, segundo o autor, a participação não pode ser aferida apenas no contexto político, devendo de ser igualmente considerada e analisada noutros momentos, de maior informalidade, mas que geram discussão, debate e aumento de conhecimento sobre as questões políticas e sociais, como “os grupos sociais ou profissionais (sindicatos, associações de classe, etc.) e ainda os grupos culturais (religiosos, educativos, recreativos, etc)” (Cruz, 1985, p. 1074).

Posteriormente, a mesma linha de pensamento foi seguida por diversos autores, nos vários estudos que foram realizados sobre a temática. A nomenclatura pode variar, nalguns casos distinguida por participação convencional ou não convencional ou por participação formal ou não formal, para outros autores. No entanto, todos são unânimes na defesa que participar politicamente de forma ativa não significa, apenas, ir votar nos momentos eleitorais.

Neste trabalho, optámos por utilizar os termos “participação convencional” e “participação não convencional”, que podem ser definidas da seguinte forma: por participação “convencional” entende-se aquela que está mais ligada às instituições e ao sistema político, e que tem como finalidade influenciar as próprias decisões políticas e as estruturas democráticas; por sua vez, a participação “não convencional” diz respeito

ao envolvimento dos cidadãos em atos sociais em que, embora as ações não se reflitam de forma direta e imediata em alterações ou mudanças políticas, podem contribuir para a tomada de decisões políticas. Para Inglehart & Catterberg (2002) e Teorell, Torcal & Montero (2007), citados por Magalhães (2022) são atos participativos “que se realizam à margem ou mesmo em ‘desafio’ em relação às elites políticas (...) e aos processos representativos”(2022, p. 5), sendo que “na esfera da sociedade civil as várias formas de pertença e de participação em organizações/associações cívicas – desde o voluntariado ao sindicalismo – fortalecem a confiança social e geram capacidades associativas imprescindíveis à saúde das instituições democráticas” (Lobo & Sanches, 2017, p. 136).

Tomando como base a caracterização apresentada por Pedro Magalhães (2022) e estudada no seu relatório “Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019”, estão assimilados na participação convencional: a) o voto em eleição; b) o contacto com políticos; c) o trabalho para partidos políticos ou movimentos associativos e cívicos. Na participação não convencional situam-se a) o boicote ao consumo por razões políticas, b) a assinatura de petições e c) a participação em protestos e manifestações. Para além das apresentadas acima, podem ainda incluir-se outras como o voluntariado, doar bens ou valores pecuniários para determinadas causas, a participação online através de partilha nas redes sociais de conteúdos políticos e/ou de comentários ou a participação em fóruns de discussão. Daqui, depreende-se, então, que a ação cívica, do indivíduo enquanto cidadão, é também uma forma de participação política.

Como referido, este relatório é um dos que resultou da realização do estudo promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian. Resumidamente, “Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019”, publicado por Magalhães (2022), pretendeu obter o panorama evolutivo e comparativo da participação política da juventude portuguesa, de 2002 a 2019, utilizando para tal a análise dos dados recolhidos nas nove vagas realizadas do Inquérito Social Europeu (European Social Survey - ESS), nas quais os jovens portugueses participaram sempre.

As principais conclusões deste estudo mostram que embora em 2020 os níveis de participação dos jovens portugueses sejam baixos, eles não se distinguem assim tanto

dos registados em relação aos restantes países europeus. Ainda assim, de facto, nas últimas décadas os jovens portugueses têm participado menos do que a maior parte dos jovens europeus, mas no caso da participação convencional já não se regista um declive tão grande entre Portugal e os restantes países europeus, que também apresentam níveis bastante baixos de participação.

Assim, em relação aos restantes países participantes no Inquérito Social Europeu, os níveis de participação dos jovens portugueses foram mais baixos nas duas formas convencionais de contacto com os políticos e no envolvimento direto (de afiliação, por exemplo) em partidos políticos ou em movimentos cívicos, mas no que se refere à assinatura de petições, os jovens portugueses estão próximos da média dos outros jovens europeus.

Desta forma, o relatório conclui que ao contrário daquilo que perpassa na opinião pública, a participação política dos jovens, nos últimos 20 anos, à exceção do voto, não diminuiu, tendo-se registado um aumento da participação dos jovens nas formas não convencionais, como a assinatura de petições.

O estudo também analisa outras variáveis que contribuem para uma maior ou menor apetência dos jovens para participar, como a instrução escolar, o rendimento e a idade. Relativamente à última, e mais uma vez ao contrário do que se poderia pensar, “os resultados evidenciam os comparativamente mais baixos níveis de participação da população portuguesa em geral na comparação com a média europeia, independentemente das idades.” (Magalhães, 2022, p. 31), demonstrando um generalizado afastamento de toda a população portuguesa face à participação política e demonstrando que as elevadas taxas de abstenção não se devem apenas à diminuta participação dos mais novos. Lobo e Sanches já haviam retirado a mesma conclusão em 2017, decorrente do estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», realizado em 2015, referindo que embora o declínio na frequência de voto se verificasse mais acentuadamente nos jovens dos 18 aos 24 anos, ele é transversal aos vários grupos etários, e que embora exista uma “norma pro voto implícita” (Lobo & Sanches, 2017, p. 137), a importância dada ao voto decresceu de 90% em 2007 para 70% em 2015.

Em resumo, os diversos relatórios sobre a participação dos jovens, realizados nos últimos anos, mostram que os jovens portugueses participam menos convencionalmente, mas estão mais ativos através de outras formas informais de participação cívica, nomeadamente as que se desenvolvem em ambientes online. Também se sentem mais despertos e disponíveis para o associativismo, que é visto como “uma forma mais direta e imediata de obter resultados, de maior proximidade social e territorial e que dá maior voz aos participantes” (Costa et al, 2022, p. 3), sendo que os estudos concluíram, igualmente, que a juventude é o grupo da população portuguesa que se sente mais satisfeito com a democracia e consideram a política e participação política “como fenómenos multidimensionais nos quais sobressaem dois elementos: a pertença a uma comunidade e a intervenção tendo em vista o progresso e o bem comum” (Costa et al, 2022, p. 7), aproximando-os dos pilares da democracia e das linhas de ação previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1.3.4 A importância do associativismo na participação cívica dos jovens

No relatório n.º 3, denominado “As juventudes partidárias e os movimentos associativos”, publicado recentemente, no âmbito do estudo da Fundação Calouste Gulbenkian sobre a Participação Política da Juventude em Portugal, as autoras Patrícia Silva e Edna Costa referem que a sua investigação mostrou que os jovens portugueses atualmente tendem a apropriar-se “do conceito de política, valorizando a componente comunitária, de ação para o bem comum e de progresso da sociedade como um todo” (Silva & Costa, 2022, p. 59), o que, de alguma forma, vem corroborar a ideia defendida desde o século XIX por Tocqueville, na sua obra “Da Democracia na América”, de que as associações têm um plano fulcral na consolidação dos sistemas democráticos. Mais tarde, Robert Putnam (*cit. in* Vieira & Ferreira, 2019, p. 84) reforça a ideia de que o associativismo pode contribuir para uma maior consciência do papel dos jovens enquanto cidadãos, defendendo que os que participam em movimentos coletivos têm maior probabilidade de se envolver em atividades cívicas e políticas, porque as associações criam “um tipo de capital em que as redes e normas de cooperação social,

assim como a confiança estabelecida entre parceiros, proporcionam o desencadear de ações para alcançar objetivos em comum” (2019, p. 83).

Paulo Freire refere na sua obra “A Pedagogia do Oprimido” que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (citado em Souza, Silva & Oliveira, 2022, s/pág.), relevando que os movimentos coletivos são fundamentais para a construção da democracia, uma vez que permitem que as pessoas se organizem e atuem em conjunto, na procura dos seus direitos e pela transformação social.

Também Archon Fung, em 2003, defende que a participação dos jovens em associações contribui para o aumento da responsabilidade e do compromisso cidadão das pessoas perante a comunidade, assim como para o aumento dos níveis de participação na vida democrática. Fung (2003), referido por Ferreira (2008), aponta para que a existência de associações se plasma, por si mesma, como “a manifestação de um dos princípios fundamentais da democracia – a liberdade de expressão” (Ferreira, 2008, p. 109). Numa linha semelhante, Pedro Ferreira (2008; p. 124), apresenta-nos o conceito de “escolas de Democracia”, referindo que as associações têm um papel decisivo e preponderante para a construção das sociedades democráticas e que “a experiência associativa ajuda a consolidar o sentido de cidadania”. Este autor (2008) defende a mesma ideia de que o associativismo pode ser um meio efetivo para promover a participação cívica dos jovens. Segundo ele, ao envolverem-se em atividades associativas, os jovens aprendem a participar ativamente na vida em comunidade, desenvolvendo uma consciência cívica e uma compreensão dos mecanismos da democracia participativa, sendo “possível identificar nos jovens associados um sentido de responsabilidade colectiva mais consolidado e uma consciência de “dever” mais acentuada” (Ferreira, 2008, p. 114).

No caso de Portugal, parece-nos importante fazer referência à FNAJ (Federação Nacional de Associações Juvenis), uma organização sem fins lucrativos que representa as associações juvenis em Portugal. No que diz respeito à participação cívica e política dos jovens, a sua missão é promover e apoiar a participação ativa e responsável dos jovens na sociedade, através do desenvolvimento de atividades e projetos que incentivam a cidadania ativa e a intervenção social, oferecendo-lhes diversas oportunidades que possibilitem o seu envolvimento em atividades cívicas e políticas, como debates, fóruns, campanhas e outras iniciativas. Além disso, procura sensibilizá-los para a importância

do exercício da cidadania ativa, incentivando-os a participar em processos eleitorais e a envolver-se em projetos de voluntariado e de intervenção social.

1.4 CAPÍTULO 4 - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

1.4.1 Evolução do conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem sofrido muitas alterações ao longo dos tempos, quase sempre motivadas pelos contextos históricos e sociais. Alguns autores defendem o seu surgimento numa perspetiva biológica, a par do desenvolvimento dos seres vivos, e da necessidade de adaptação, entendendo-se que “a origem do conceito surge na biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas” (Santos et al, 2012, p. 46). Só mais tarde, no século XVII, é que se começou a utilizar a terminologia “desenvolvimento” num contexto social, tendo-se começado a perceber a importância deste conceito para a evolução da vida em sociedade e para a garantia do bem-estar dos cidadãos. Nesta medida, o conceito foi evoluindo numa perspetiva mais economicista, muito associado à economia do crescimento monetário, onde se entendia que o desenvolvimento de um país era medido através da acumulação de riqueza e o bem-estar da nação era quantificado pelo PIB per capita. Mais tarde, já no século XX, e em consequência da crise de 1929, que veio demonstrar que a acumulação de capitais não era a única variável que contribuía em exclusivo para o desenvolvimento, o conceito passou a ser objeto de investigação científica (Santos et al, 2012, p. 46). No entanto, outros autores como Rogério Roque Amaro (2003), defendem o aparecimento do conceito de desenvolvimento mais tarde, no período pós Segunda Guerra Mundial, associado à ideia de reconstrução da Europa, após a sua destruição massiva. Ainda assim, o mesmo autor não desconsidera a contribuição dada por fatores histórico-sociais vividos em período anteriores, considerando que

ainda que se possa, portanto, assumir que o conceito de desenvolvimento só ganhou estatuto científico fundamentado e continuado a partir deste período, as problemáticas da «mudança»,

«progresso», «bem-estar», «riqueza», ou mesmo explicitamente do «desenvolvimento», que normalmente estão associadas, surgiram muito antes, em vários campos disciplinares (2003. p. 41).

À parte da questão do aparecimento do conceito, os autores são unânimes quanto às características complexas e multidimensionais do mesmo e às constantes adaptações e inclusões, alicerçando-os aos contextos históricos e sociais e à própria evolução das sociedades. Assim, mais tarde, passou a falar-se em “desenvolvimento equilibrado” ou “ecodesenvolvimento”, muito associados à questão da natureza e à sua preservação (Amaro, 2003, p. 56), refletindo preocupação com os aspetos ambientais, com a necessidade de planeamento a médio e longo prazo e, também, com a utilização das inovações tecnológicas de forma compromissada com o respeito pela natureza.

Percebe-se, igualmente, que o conceito de desenvolvimento possui uma dimensão social, que não pode ser desassociada das restantes. E é nesta dimensão social que se encaixa a teoria do capital humano, que se concretiza por volta de 1960, e que traz a lume a ligação intrínseca que existe entre educação e desenvolvimento, defendendo que “quanto mais um país invista na educação, mais oportunidade terá de se estimular e instaurar o tal desejado desenvolvimento económico” (Cabugueira, 2002, p. 201). Com esta nova visão, o “desenvolvimento” desliga-se ainda mais da questão do crescimento económico, muito quantitativo, e centra-se noutras mais qualitativas como as pessoas e a sua importância para as sociedades.

Cada vez mais, percebe-se que crescimento e desenvolvimento não são sinónimos e que o segundo é muito mais abrangente e multidimensional, não se cingindo apenas às questões económico-financeiras e à acumulação de riqueza, e que deve incluir variáveis tão importantes como o próprio desenvolvimento humano, numa vertente mais social e participativa das pessoas. Como referem Santos et al “o desenvolvimento requer uma gestão participativa, em que a sociedade, a comunidade, a família e o indivíduo sejam protagonistas e não espectadores da ação do Mercado ou do Estado” (2012, p. 59). Desta postura decorrem, nos anos 80 e 90, novas abordagens ao conceito e surgem “conceitos de desenvolvimento alternativo” (Amaro, 2017, p. 90) como Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado, que

se insere numa perspectiva dos Direitos Humanos e da dignidade humana (Amaro, 2003, p. 55). Para Amaro (2017), estes conceitos distinguem sete principais inovações, a saber: apresentam perspectivas mais multidimensionais e interdisciplinares do desenvolvimento; denotam maior preocupação com a realização das capacidades, em detrimento da sua satisfação; são promotores do envolvimento direto das populações nas diversas atividades locais, o que também promove a cidadania e a participação; ao nível ambiental, defendem a “interdependência sistémica” entre o Homem e a Natureza; estendem a ideia de desenvolvimento a outros territórios como o local e o supranacional, deixando de estar apenas focado na lógica de “Estado-nação”; consideram importante o envolvimento de todo o tipo de agentes/atores nas ações para o desenvolvimento, levando, conseqüentemente, à sua coresponsabilização e, por fim, defendem a existência de diversas possibilidades de ação, em “oposição à lógica do *one best way*, predominante na visão convencional do desenvolvimento”(Amaro, 2017, pp. 90-91).

No caso dos conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento participativo, que são os que se encontram mais conectados ao objeto de estudo do nosso trabalho, Amaro insere-os no que denomina a “fileira das pessoas e das comunidades” referindo que o desenvolvimento é especialmente “o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos. A satisfação de necessidades é uma consequência, mas não a vertente principal do conceito” (2003, p. 57). Para este autor, o desenvolvimento local

exprime fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2003).

enquanto o desenvolvimento participativo é entendido como adotando uma “metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2003). Em paralelo, surgem novas linhas de pensamento, com diversos autores a avançar para a extinção do conceito de desenvolvimento,

assumindo-se como defensores do “pós desenvolvimento” e que sugerem diversos “conceitos alternativos ao desenvolvimento” (Amaro, 2017, p. 93), baseados na valorização da experiência e na herança e tradição dos países do Sul, como os conceitos “Buen Vivir”, “Felicidade Interna Bruta”, “Wellbeing”, “Florescimento Humano” ou “Ubuntu” (Amaro, 2017, pp. 95-97).

Estas novas abordagens introduzem outros indicadores sociais que possibilitam a avaliação do bem-estar pleno dos cidadãos e para isso é preciso definir políticas e medidas públicas, universais e transversais a toda a população, com o objetivo de garantir o bem-estar das pessoas, mas também envolvê-las diretamente e permitir-lhes uma intervenção ativa no seu direito à cidadania.

Atualmente, o conceito situa-se numa visão integrada, que continua a contemplar os campos social, político, ambiental e económico, mas com a preocupação e responsabilidade acrescidas de não deixar ninguém para trás, tentando mobilizar todas as forças no sentido de capacitar os cidadãos não só para o conhecimento, como para a própria realização dos seus direitos, para a sua potenciação e para o seu papel ativo e participativo na sociedade, porque, na linha do referido no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020*, “o desenvolvimento humano prende-se com a capacitação das pessoas para identificarem e percorrerem o seu próprio caminho para uma vida com sentido, assente na expansão das liberdades” (p. 6).

1.4.2 Desenvolvimento comunitário

No ponto anterior, referimos desenvolvimento comunitário como um conceito de desenvolvimento alternativo. Centramo-nos, agora, mais particularmente neste conceito e no seu papel nos projetos de intervenção social, desenvolvidos a nível local.

Hermano Carmo (2001), quando discorre sobre o desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social, defende que o desenvolvimento comunitário encerra em si a ideia da possibilidade de participação ativa dos cidadãos na sociedade onde se inserem, contribuindo de forma democrática e interventiva nas tomadas de decisão que lhes poderão dizer, diretamente, respeito. Esta participação do cidadão não deve ser superficial e deve ir além de uma abordagem de diagnóstico e, por isso, deve ser transversal a todas as fases do processo, quer seja no planeamento de medidas/ações,

quer seja no estudo, mas principalmente na sua execução. Se estas medidas concorrem para a melhoria de condições de vida da comunidade, faz todo o sentido que os seus participantes intervenham nela de forma ativa, contribuindo com a sua visão e perceção da realidade sentida. O conceito de desenvolvimento comunitário terá surgido, assim, da necessidade de resolver problemas de organização social, mas, ao longo dos tempos, foi evoluindo e adaptando-se às diferentes conjunturas políticas, económicas e sociais. No entanto, esteve-lhe, e está, sempre subjacente a ideia de proximidade, de que quanto mais perto estivermos do problema, maior será a nossa capacidade de o entendermos e encontrarmos soluções que possam ir, efetivamente, ao encontro das necessidades das populações.

Elencamos, ainda, os cinco princípios apresentados por Carmo (2001), que consubstanciam as ideias acima referidas. São eles: princípio das necessidades sentidas: o projeto de intervenção deve partir de realidades efetivamente vividas e necessidades sentidas pelos habitantes e não só pelas que são percecionadas pelos técnicos; princípio da participação: tem de haver um envolvimento profundo da população no processo de desenvolvimento; princípio da cooperação: articulação estreita entre o setor público e privado; princípio da autossustentação: os processos de mudança devem ser equilibrados e passíveis de serem, posteriormente, mantidos pela própria população alvo. Devem também ter previstos mecanismos de autorregulação; princípio da universalidade: tem de ter como objetivo provocar mudanças em toda a comunidade e não apenas numa franja ou grupo mais pequeno. A mudança tem de ter efeito e ser benéfica para todos.

Esta ideia de envolvimento e *empowerment* dos cidadãos é também defendida por Roque Amaro (2017), que situa o desenvolvimento comunitário na abrangência do “desenvolvimento alternativo”, e defende que é um conceito de “construção prática, vivencial e experimental e não meramente teórica e reflexiva, com um papel importante (decisivo mesmo) dos actores-sujeitos da acção, em interacção com a reflexão - sistematização, numa lógica de “Ecologia de Saberes” (Amaro, 2017, p. 99).

Relativamente ao conceito de desenvolvimento local, trata de programas de intervenção de desenvolvimento comunitário que podem ser desenvolvidos numa

escala ainda mais próxima das populações. Segundo Hermano (2001), o desenvolvimento local visa uma intervenção muito localizada e microssocial, com um conhecimento mais particularizado de grupos ou subgrupos de uma comunidade.

1.4.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos e participação dos jovens

Partindo do mote da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” e de que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizam, na sua essência, a ideia de transformar o mundo para melhor, parece não haver dúvidas quanto à importância do envolvimento ativo dos jovens neste desafio e quanto ao papel crucial que eles podem ter na sua concretização. Além disso, e sabendo que os ODS têm como principal objetivo o empenhamento de esforços para tornar o mundo “socialmente mais justo, ambientalmente mais sustentável e economicamente mais desenvolvido e menos desigual” (Ferreira, P.M. 2020, p. 4), é irrefutável a existência de ligação direta dos ODS com a promoção e defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos.

Como referido, os ODS estão integrados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e são compostos por 17 objetivos e 169 metas. O documento tem como prazo de execução o ano de 2030 e, ao contrário dos Objetivos do Milénio, já não tem como visados apenas os países em desenvolvimento, mas todos os países do planeta. Embora se mantenham as questões da erradicação da fome e da pobreza como principais desafios, os ODS passam a integrar outras questões associadas aos vários sectores da sociedade (educação, saúde, igualdade de género, crescimento económico, indústria, inovação, ação climática, entre outros), todos eles com o foco muito expressivo na questão da sustentabilidade, interna e externa dos países, de forma a garantir um desenvolvimento humano generalizado e global. Nos ODS, a sustentabilidade extravasa a temática ambiental, entendendo-se como transversal às condições de vida digna, avaliando o equilíbrio, a igualdade de oportunidades e a equidade.

Os ODS devem estar, da mesma forma, explanados nos programas e políticas de juventude, especialmente nos nacionais e locais, confirmando que os jovens são um

valor acrescentado no desenvolvimento das sociedades e são elementos-chave para a implementação dos 17 ODS e para o cumprimento das metas.

A Agenda 2030 e os ODS visam, da mesma forma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), reforçar a importância da defesa e proteção dos direitos de todos os cidadãos do mundo (por isso são universais), da dignidade e do valor da pessoa humana. São, igualmente, defensores da igualdade dos direitos dos homens e das mulheres. Aliás, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, no período pós II Guerra Mundial, surge como forma de reconhecimento da consciência histórica da humanidade sobre os valores e direitos fundamentais do ser humano e da necessidade de existirem normativos que evidenciem a suma importância da proteção dos direitos humanos. Contudo, a história também nos mostra que os direitos humanos são um processo em constante construção, que vão existindo avanços e retrocessos, e que, por isso, é urgente e estritamente necessário não baixar os braços e focalizarmo-nos na importância de educar para os direitos humanos, para os valores e para a cidadania, não deixando esquecer que o desenvolvimento humano é um bem comum e que deve ter o mesmo peso para todos. Por serem indivisíveis e interdependentes, os direitos humanos devem ser realizados em conjunto, o que também deve acontecer com os ODS, ou seja, nenhum dos direitos é mais importante do que o outro e nenhum dos ODS se evidencia globalmente mais do que outro. Se as metas dos ODS forem cumpridas, então estaremos perante um considerável avanço no campo dos direitos humanos.

Assim, o grande desafio das políticas públicas (mundiais, nacionais ou locais), face aos Direitos Humanos e aos ODS, no âmbito das nossas responsabilidades de cidadania e de respeito pelo outro, é ter a capacidade de garantir a sua proteção plena, possibilitando a todos um ambiente saudável, digno e igualitário, não discriminatório e sustentável.

No entanto, sabe-se que a democracia não está plenamente consolidada em todo o mundo e que, para além dos países onde ela simplesmente não existe, temos outros em que se afigura uma, cada vez maior, fragilidade ao nível dos valores democráticos. Como referido por Tavares (2022), “A confiança na democracia alimenta-se da partilha de um entendimento mínimo da realidade a que se soma a confiança na ação de um coletivo sobre essa realidade” (p. 21) e, por isso, é urgente a dinamização de processos

participados, envolvendo ativamente os cidadãos, construindo as bases de um pensamento crítico, informado e consciente da complexidade do mundo em que vivemos.

1.4.4 O papel dos municípios na implementação dos ODS

A nível local, os municípios têm um papel fundamental na implementação dos ODS. Os ODS integram novas dimensões, mais relacionadas com o estabelecimento de parcerias e com o envolvimento da sociedade civil no compromisso e no cumprimento das metas. Esta nova dimensão é promotora da implementação de ações mais concretas em termos territoriais, adaptadas ao contexto de cada país, numa espécie de “nacionalização” das metas e dos indicadores para a sua medição. No entanto, podem ainda evidenciar-se num nível mais micro, como no caso dos municípios, na implementação de medidas relevantes no âmbito das políticas locais, que estejam em linha com os ODS e que contribuam para a concretização das metas de cada objetivo. Conforme referido no Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2017) é de

assinalar o relevante papel desenvolvido pelas autarquias locais na implementação da Agenda 2030 nos seus territórios, através de um conjunto de iniciativas que, respeitando a autonomia própria do poder local, contribui decisivamente, pela proximidade e ação concreta, para a implementação a nível nacional (MNE, 2017, p. 9).

É, por isso, importante integrar os ODS no seu trabalho diário, envolvendo não só os serviços municipais, mas todos os restantes atores locais, onde se incluem obviamente os mais jovens, numa perspetiva de maiores índices de participação, focando-se em assuntos e temáticas que lhes digam diretamente respeito e que lhes suscitem natural interesse. Uma das possibilidades, por exemplo, é fazer uso (ou reajustar e readaptar) os mecanismos de participação já existentes para envolver os mais jovens.

Todavia, e porque as 169 metas apresentadas para os 17 ODS se reportam a um plano global, é importante que os municípios façam um esforço de desconstrução, adaptando-as à sua realidade concreta. Neste sentido, têm surgido diversas ferramentas e

plataformas de trabalho, que apresentam soluções para a desconstrução das metas e indicadores globais, como é o caso da *UN-Habitat – for a better urban life*⁹, agência da ONU para os Assentamentos Humanos, à escala internacional, ou, a nível nacional, os exemplos do projeto CESOP Local¹⁰, da Universidade Católica, ou da Plataforma ODS Local¹¹, um consórcio entre o CNADS (Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável), o Observa, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o MARE, da Universidade Nova de Lisboa e a empresa “2adapt”, especialista em serviços de adaptação climática. Todas estas soluções visam apoiar os municípios a desenhar estratégias locais de desenvolvimento sustentável, agregadas e em linha com os 17 ODS, da Agenda 2030.

A um nível mais micro, pretende-se, assim, que o processo de envolvimento das comunidades seja o mais inclusivo possível, possibilitando e assegurando a participação dos vários atores locais, perspetivando, da mesma forma, um modelo integrado, que trabalha todas as áreas do desenvolvimento, tanto humano, como físico, natural e territorial, mas de acordo com os recursos disponíveis e as especificidades de cada território.

1.4.5 A educação para a cidadania global e a participação dos jovens

Implementar a educação para o desenvolvimento e para a cidadania global é a sétima meta inscrita no ODS 4 “Educação de qualidade”, por isso importa também falar na importância que estas temáticas têm para a defesa dos valores democráticos e para a construção de jovens preocupados, informados, conscientes e politicamente ativos.

A participação dos jovens em “ações coletivas”, como defende Gohn (2011), citado por Souza, Silva & Oliveira (2022, s/pág.), pode desenvolver o espírito crítico dos jovens, levando-os a fazer parte de um ideal e a refletir sobre questões tão importantes como a defesa de uma sociedade democrática, a luta contra as desigualdades sociais ou até mesmo o reconhecimento de outras culturas e da diversidade religiosa, entre outras.

⁹ <https://unhabitat.org/>

¹⁰ <https://cesop-local.ucp.pt/>

¹¹ <https://odslocal.pt/>

Segundo os autores, muitas vezes, os movimentos ou associações sociais estão mais atentos para estas questões e um jovem informado é também um cidadão mais consciente dos problemas não só da sua comunidade, mas também do mundo.

Assim, quanto mais críticos, participativos e socialmente ativos forem os jovens, maior será a sua consciência em relação à necessidade de fazer cumprir as metas definidas nos ODS. Jovens atentos, participativos e críticos são fundamentais para agir conscientemente sobre a complexidade das sociedades atuais e dos problemas, existentes e emergentes, que decorrem dessas mesmas especificidades.

Mas como é que os jovens se podem tornar agentes na mobilização e na advocacia junto dos decisores políticos, contribuindo para a transformação social? Para Santos, Dias e Mah (2016), um dos pontos mais importantes para motivar e mobilizar os jovens para uma participação ativa passa pela educação para a cidadania global, cuja aprendizagem e concretização não se esgota apenas no contexto escolar, podendo ser desenvolvida e trabalhada nos mais diversos momentos da vida dos jovens. Segundo os autores, os jovens

têm o direito e a responsabilidade de apoiar a diagnosticar e resolver um problema que os/as afeta diretamente, sendo fundamental que sejam parte integrante na definição de soluções pois só assim poderão ver o seu papel reconhecido enquanto futuros líderes e enquanto membros ativos da comunidade (2016, p. 7).

No entanto, para que os jovens consigam ascender a este nível de consciencialização e de análise crítica sobre as suas próprias ações e sobre as causas e consequências das suas tomadas de decisão, têm de possuir competências específicas, que são desenvolvidas através da educação para a cidadania global, que permitam, para além do conhecimento teórico, o desenvolvimento de ações do ponto de vista prático, configurando aos jovens um papel central na transformação social, tendo em vista o alcance de sociedades mais justas, mais solidárias, mais pacíficas, numa perspetiva global. Esta ação comprometida é também defendida por Andreotti (2014), quando apresenta o conceito de Educação para a Cidadania Global Critical, que “procura capacitar os indivíduos para a reflexão crítica e para a responsabilização sobre as suas

decisões e ações, para que o compromisso assumido seja informado, responsável e orientado para uma ação ética” (2014, p. 57).

Recuperando a questão apresentada no início deste subcapítulo sobre a mobilização dos jovens para a transformação social, parece-nos que, não obstante as ideias defendidas pelos autores citados, ainda não conseguimos responder à mesma. De facto, podemos munir os jovens de diversas competências nas áreas da cidadania global, da justiça social, da literacia crítica, mas, como é que conseguimos que eles se envolvam ativamente e de forma comprometida? Que estratégias e mecanismos pode a sociedade ter e desenvolver para criar nos jovens uma efetiva vontade para participar ativamente?

Noémia Pizarro (2018), no *policy paper* “Jovens na Política – participar para a Cidadania Global”, elaborado a partir do estudo da Aidglobal “Jovens na política para a cidadania global”, apresenta diversas recomendações de estratégias específicas de ação para mobilização dos jovens para a vida cidadã e política, dirigidas a quatro agentes e decisores políticos nacionais, com papel preponderante na vida política do país: às Organizações de Juventudes Partidárias, às direções partidárias e parlamentares ao Governo e às ONGD e outras instituições da sociedade civil. Segundo a autora, grande parte dos mecanismos de participação não encoraja os jovens para um envolvimento ativo, porque estão afastados dos estilos de vida e dos hábitos de consumo cultural dos jovens. Como se percebeu anteriormente, os diversos estudos demonstram que os jovens não estão assim tão afastados das questões políticas e que pretendem ter um papel mais presente na vida política e participar mais. As recomendações apresentadas têm, de acordo com a autora, como objetivo promover uma maior interligação entre todos, na perspetiva de que os jovens possam ser, eles próprios, agentes de Educação para o Desenvolvimento, ou seja,

motores de transformação social no sentido da prevenção e do combate às desigualdades sociais, do combate à discriminação, da promoção do bem comum, da inclusão, da interculturalidade, da justiça social, da sustentabilidade, da solidariedade e da paz, tanto a nível local como a nível global (2018, p.2).

Também Santos, Dias e Mah (2016) defendem que para envolver os jovens é preciso, essencialmente, recorrer ao diálogo aberto e criar espaços de discussão, sítios onde eles possam expressar livremente as suas opiniões e em que a “conversa” não decorra de forma unilateral ou previamente formatada, na intenção de se chegar a um determinado resultado ou à justificação da decisão já tomada, sendo, por isso, “fundamental que os jovens europeus desenvolvam competências e conhecimento essenciais para que possam contribuir mais e melhor para o futuro da Europa e do Mundo” (2016, p. 8).

II METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta os diversos aspetos metodológicos que nortearam a ação da nossa investigação sobre a participação política e cidadã dos jovens do concelho de Torres Novas.

Assim, num primeiro momento, vamos, de forma fundamentada, apresentar a problemática do estudo, que, segundo Coutinho (2011) “tem a importante função de focalizar a atenção do investigador para o fenómeno em análise, desempenhando o papel de ‘guia’ na investigação” (2011, s/ pág.). Posteriormente, debruçamo-nos sobre a pergunta de partida e apresentamos os objetivos definidos para a investigação.

Num segundo momento, esboçamos o desenho da investigação, referindo o tipo de estudo escolhido, o paradigma em que se insere, assim como a população alvo e a amostra. Por último, focamo-nos nas técnicas de recolha e tratamento de dados que foram utilizadas ao longo da investigação.

2.1 PROBLEMÁTICA

Em setembro de 2021, por ocasião das últimas eleições autárquicas, o Comité Português da UNICEF lançou a ação “Tenho voto na matéria”, dirigida a todos os jovens e crianças residentes no país. Os resultados desta auscultação revelaram que dos cerca de 10 000 crianças e jovens envolvidos, 80% disseram que não eram ouvidos e que as suas opiniões não eram consideradas nas questões que lhes diziam diretamente respeito¹².

A complexidade das sociedades e a velocidade quase vertiginosa com que as mudanças acontecem atualmente, obrigam-nos a repensar e a redirecionar as nossas visões e perceções relativamente ao papel dos mais jovens na construção destas mesmas sociedades e a questionar, cada vez mais, a partir de quando podemos e devemos participar ativamente na sociedade e nas comunidades onde nos inserimos.

¹² <https://www.unicef.pt/actualidade/noticias/resultados-tenho-voto-na-materia/>

Os novos paradigmas do mundo atual mostram-nos que o conceito de desenvolvimento se centra cada vez mais no ser humano, afastando-se das questões económicas. Atualmente, a ideia de desenvolvimento está situada nas competências das pessoas, no seu processo de crescimento, tanto individual, como coletivo. E esta potencialidade não se manifesta apenas na idade adulta, ela deve começar a ser trabalhada desde cedo, nas crianças e nos jovens, focando-se no desenvolvimento do espírito crítico e na importância de se manter uma participação ativa e constante nas questões da vida social, política e económica, não só a nível local, mas extravasando para as dimensões nacionais e globais. O direito à participação não distingue género, classe ou idade. É um direito consagrado e está previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pelas Nações Unidas em 1989, e ratificada em Portugal em 1990, no seu artigo 12.º, que refere que as crianças têm o direito de dar a sua opinião livremente sobre os assuntos e questões que lhes digam respeito e que têm igualmente o direito de ver as suas opiniões consideradas. Desta forma, crianças e jovens devem ser entendidos como agentes ativos na sociedade, cuja opinião deve ser ouvida e validada. Muitos outros documentos oficiais, nacionais e internacionais, como a Estratégia Europeia para a Juventude, o Plano Nacional para a Juventude e mesmo o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória¹³, enfatizam a importância da participação ativa dos jovens, defendendo que os processos de diálogo aberto participado entre jovens e os diferentes atores políticos e da sociedade civil são fundamentais para a “construção” de cidadãos críticos e conscientes, pedras basilares para a defesa dos valores democráticos.

Contudo, em termos de envolvimento cívico e político, perpassa a ideia de que este grupo da população está muito alheado destes palcos, não se envolvendo verdadeiramente e de forma ativa, principalmente nas questões políticas e que, por si só, são os que mais acabam por contribuir para as elevadas taxas de abstenção a que se tem assistido em praticamente todos os atos eleitorais no passado recente.

Neste trabalho, pretendemos debruçarmo-nos exatamente sobre a participação política e cidadã dos jovens, para conseguir entender melhor as razões que podem motivar este tipo de comportamentos. Considerando o território onde nos situamos, optámos por

¹³ https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

estudar com maior detalhe os jovens do concelho de Torres Novas, apresentando como amostra os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, residentes ou com morada fiscal no concelho de Torres Novas.

2.1.1. Pergunta de partida e objetivos do estudo

Enquadrada a problemática da nossa investigação, torna-se necessário traduzi-la numa pergunta de partida, que segundo Quivy e Campenhoudt (2008), servirá como “primeiro fio condutor” (2008, p. 31) de toda a investigação. Como tal, ela deve ser formulada de forma clara e precisa e tem de estar diretamente relacionada com o problema que se pretende investigar e orientada para a ação, ajudando a definir os objetivos a alcançar. Além disso, uma pergunta de partida bem formulada pode ser uma mais-valia ao longo de todo o processo de investigação, não só no que se refere à definição dos objetivos, mas também durante a recolha, análise e interpretação dos dados.

Assim, a questão de partida da nossa investigação é:

Qual a perceção dos jovens de Torres Novas relativamente à importância da sua participação nas políticas públicas?

Ou seja, o nosso objetivo principal é refletir sobre a participação política e cidadã dos jovens do concelho de Torres Novas, tentando conhecer quais são os seus hábitos de participação política e cidadã, o que os motiva para a mesma, como e quando o fazem, quais as temáticas que mais os preocupam e se, institucional ou não institucionalmente, existem mecanismos de participação direcionados e conhecidos dos jovens, no concelho de Torres Novas.

Considerando este objetivo geral, foram definidos quatro objetivos específicos que entendemos relevantes para alcançar possibilidades de resposta à nossa pergunta de partida. São eles:

1. Identificar os movimentos/associações juvenis que existem no concelho;
2. Analisar as diferentes formas de participação dos jovens torrejanos;
3. Perceber o que motiva os jovens de Torres Novas à participação política e cidadã;

4. Perceber qual a percepção dos jovens sobre as políticas municipais para a juventude no concelho de Torres Novas.

2.2 TIPO DE ESTUDO

De acordo com Fortin (1996, pp. 135-138), existem duas categorias principais de investigações: as exploratórias-descritivas e as explicativas-preditivas, sendo que na primeira o investigador tem como objetivo conhecer um fenómeno específico de uma determinada população, sobre o qual não existe muito conhecimento, nem foi bem compreendido e que, por isso, não é possível apresentar explicações ou relações entre fatores. No caso específico do nosso estudo, partimos da premissa de que não conhecemos as características e os hábitos de participação cidadã e políticas dos jovens do concelho de Torres Novas. Assim, o nosso objetivo é descrever esta população, dizer quem são, mostrar como se comportam nesta matéria em específico e identificar relações entre as diversas variáveis, o que nos leva a concluir que a nossa investigação se insere num estudo exploratório-descritivo.

Neste tipo de estudos, a fase exploratória visa obter uma compreensão mais ampla do fenómeno ou do problema, identificando os seus principais aspetos e características. Na fase descritiva, o que se pretende é descrever o mesmo fenómeno ou problema de uma forma mais detalhada, identificando relações que possam surgir entre os seus componentes. O estudo exploratório-descritivo pode ser conduzido por meio de diferentes métodos, tais como entrevistas, observação, questionários, grupos focais, revisão bibliográfica e pesquisa documental de diversas fontes e suportes de informação.

No nosso caso, em termos metodológicos, optámos pela abordagem mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos, na ótica de obter uma compreensão mais completa e abrangente do fenómeno que vamos investigar. A metodologia mista é utilizada quando se pretende estudar uma temática de forma mais profunda, assentando, por um lado, nas percepções dos participantes, mas que, ao mesmo tempo, procure a validação dos resultados através de técnicas quantitativas. Vários autores, como Reichardt & Cook (1986 *cit in* Carmo & Ferreira, 1988, p.176), por exemplo,

defendem a combinação de métodos, porque permitem a obtenção de informações mais precisas e confiáveis, além de fornecer uma compreensão mais completa dos resultados da pesquisa. Também Patton (1990 *cit in* Carmo & Ferreira, 1988, pp.183 e 184) defende a “lógica da triangulação”, uma vez que “cada método revela diferentes aspetos da realidade empírica e conseqüentemente devem utilizar-se diferentes métodos da observação da realidade”. A mesma ideia é defendida por Creswell (2010), referindo que “pode-se obter mais insights com a combinação das pesquisas qualitativa e quantitativa do que com cada uma das formas isoladamente” (p. 238).

No nosso estudo foi elaborado e disseminado um questionário, composto por 28 questões de resposta fechada, direcionado à população jovem do concelho de Torres Novas (anexo 1).

Numa abordagem qualitativa, realizámos entrevistas semi-estruturadas a dois membros do executivo municipal da Câmara Municipal de Torres Novas, responsáveis pelos pelouros da Juventude e do Associativismo e Cidadania (anexo 2).

Analisámos seis atas das reuniões do Conselho Municipal de Juventude do Concelho de Torres Novas, realizadas entre dezembro de 2016 e dezembro de 2020. Durante o período pandémico, não se realizaram reuniões do CMJ, tendo-se retomado a sua realização em 22 de abril de 2023, não se encontrando, todavia, disponibilizada a ata da reunião até à data.

2.3 PARTICIPANTES

Fortin (1996) diz-nos que “a população alvo é constituída por elementos que satisfazem os critérios de seleção definidos antecipadamente e para os quais o investigador deseja fazer generalizações” (p. 202). Quer isto dizer que no caso do nosso estudo, interessamos estudar os hábitos de todos os jovens do concelho de Torres Novas.

No entanto, e dado que não existe definição precisa quanto ao intervalo de idades que compõe o grupo da população jovem, optámos, numa primeira fase, por balizar a nossa população nos indivíduos, residentes no concelho de Torres Novas, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. A escolha deste intervalo baseou-se

essencialmente na composição dos vários grupos etários apresentados no site Pordata¹⁴ sobre os “Censos 2021”, e, também, teve por base os grupos etários apresentados nos diversos relatórios elaborados no âmbito do estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, realizado em 2021, sobre “A participação política da juventude em Portugal”¹⁵.

Assim, considerando estes critérios de seleção, e tendo como fonte os dados estatísticos disponíveis em janeiro de 2023, sobre os Censos 2021, no site Pordata (consultado em 11/01/2023), o grupo etário 15-19 anos apresentava um valor absoluto de 1695 residentes no município de Torres Novas e o grupo etário 20-24 anos o de 1701 habitantes, o que totaliza 3396 jovens, que se traduzem na nossa população-alvo.

Relativamente à amostra, tentámos que ela fosse o mais representativa possível da nossa população-alvo, abarcando o maior número possível de jovens que se enquadrassem nestas características, nomeadamente no que se refere à aplicação do questionário, cuja descrição elaboraremos de forma detalhada no subcapítulo das técnicas de recolha de dados.

Deste modo, no caso particular do inquérito por questionário, procurámos definir um número de respostas aproximado ao que é recomendado para as amostras probabilísticas. Para tal, utilizámos a fórmula de amostragem para populações finitas, que no nosso caso era de 3396 jovens, conforme apresentado anteriormente. Sabendo que o número de respostas válidas poderia não corresponder às expectativas iniciais, devido a algumas dificuldades de operacionalização do processo de disseminação do questionário, optámos por definir um nível de confiança de 90% e um erro amostral de 7%. Aplicada a fórmula, obtivemos como tamanho ideal para amostra o número de 186 respostas. Este objetivo não foi atingido, sendo que no final foram consideradas 152 respostas válidas para o tratamento de dados.

Quanto às técnicas de amostragem optámos por duas possibilidades: a amostragem por conveniência e a amostragem em bola de neve.

¹⁴ <https://www.pordata.pt/municipios/>

¹⁵ <https://gulbenkian.pt/forum-futuro/participacao-politica-dos-iovens-em-portugal/>

No caso da primeira, contactámos, através de email, todas as associações e movimentos juvenis com sede em Torres Novas, associações culturais, recreativas e desportivas do concelho de Torres Novas, associações de estudantes dos dois agrupamentos de escolas, Escola Profissional de Torres Novas, assim como os partidos políticos, com representação na assembleia municipal, no sentido de solicitar a colaboração na disseminação do formulário junto dos seus elementos mais jovens. Além disso, apresentámos o nosso projeto, em reunião de escuteiros (pioneiros e caminheiros), disponibilizando no final da sessão o link para acesso ao formulário.

Relativamente à técnica de amostragem por bola de neve, iniciou-se a partir de contactos informais e pessoais, através de rede própria da investigadora, tanto composta por jovens, como por pessoas que trabalham diretamente com a população alvo, nomeadamente professores do ensino básico e secundário. Para além de solicitarmos o preenchimento do questionário, também foi pedido que o partilhassem, gerando-se, assim, uma maior proliferação do questionário.

Tanto na amostragem por conveniência como por bola de neve, o link do formulário foi partilhado nas redes sociais, o que impulsionou o número de respostas obtidas.

A amostra dos respondentes ao questionário é composta por 152 participantes (90 mulheres, 59 homens e 3 que preferem não indicar o género), com uma média de idades de 18,3 anos. Apesar de se ter obtido um número de respostas superior, foram consideradas 13 respostas não válidas, por se tratar de respondentes com idade superior a 24 anos (10 respostas) ou não residirem no concelho de Torres Novas (3 respostas). Foram rececionadas, igualmente, 3 respostas de jovens com 14 anos, mas as mesmas foram aceites, uma vez que os respondentes indicavam frequentar o 9.º ano de escolaridade e, por isso, tendencialmente, a probabilidade de fazerem 15 anos durante o ano de 2023 é elevada.

2.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Para a concretização do nosso estudo foram utilizados três instrumentos de recolha de dados: inquérito por questionário; entrevistas semi-estruturadas a dois elementos do

executivo municipal e análise documental das atas do Conselho Municipal de Juventude do concelho de Torres Novas. Para além disso, contribuíram também para o estudo a pesquisa e análise de diversas notícias, artigos e temáticas, disponíveis no site do município de Torres Novas, assim como se recorreu à observação direta do fenómeno em estudo, decorrente do conhecimento empírico da investigadora, por via da sua experiência profissional enquanto técnica superior, de cerca de 15 anos, nos serviços de educação da Câmara Municipal de Torres Novas e, mais recentemente, nos serviços de associativismo, juventude e cidadania, na mesma entidade.

A escolha das técnicas de recolha de dados esteve diretamente relacionada com os objetivos anteriormente definidos, tentando-se recorrer às que melhor conseguissem responder às questões que pretendíamos conhecer ou esclarecer.

2.4.1 O inquérito por questionário

Como anteriormente referido, o inquérito por questionário foi um dos instrumentos de recolha de dados deste estudo, tendo sido através dele que tentámos recolher os hábitos de participação dos jovens, as suas motivações, opiniões e perceções sobre as políticas municipais de juventude e também o seu conhecimento sobre alguns dos documentos e conceitos estratégicos, relacionados com a participação cidadã. Sem querermos graduar a importância das técnicas utilizadas, o inquérito por questionário, aplicado junto dos jovens torrejanos com idades entre os 15 e os 24 anos, assumiu um papel preponderante e fundamental para o nosso estudo, pois permitiu-nos responder ao objetivo geral do nosso estudo e a uma parte substancial dos restantes objetivos específicos.

A construção de um questionário obriga-nos sempre a considerar dois aspetos importantes: quem vão ser os nossos inquiridos e como vamos chegar a eles. Assim, ao longo deste processo tentámos ter sempre presentes algumas regras básicas, propaladas na revisão de literatura. Desta forma, seguindo as indicações de Carmo e Ferreira (1998, p. 137), procurámos cumprir os seguintes pressupostos: definir rigorosamente o objetivo do questionário; formular questões orientadoras, para as quais pretendíamos obter respostas; identificar variáveis relevantes e construir

questões adaptadas à experiência dos inquiridos. Desta reflexão, e após discussão com a nossa orientadora de estágio e validação do questionário junto de um pequeno grupo de jovens com idades de 20-21 anos e de várias pessoas que trabalham na área da juventude e cidadania, que sugeriram algumas alterações em termos de estrutura, chegámos à proposta final de um questionário composto por 28 questões, divididas em quatro blocos, a saber:

Bloco 1 – Caracterização dos respondentes - questões 1 a 5;

Bloco 2 – Participação Cidadã - questões 6 a 14 – participação em atividades; relação dos jovens com a participação: interesse, contexto e formas de participação;

Bloco 3 – A participação da juventude em Torres Novas - questões 15 a 25 – o caso concreto da participação no concelho de Torres Novas;

Bloco 4 – Os jovens e a perspetiva do desenvolvimento global - questões 26 a 28 – (re)conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Educação para o Desenvolvimento e o conceito de cidadania global.

Das 28 questões produzidas, existe apenas uma pergunta de resposta aberta, referente à idade. As restantes são questões de resposta múltipla ou com opções de escolha através de caixas de verificação. Nesta última tipologia, existe a opção de os inquiridos acrescentarem outras possibilidades de resposta, não elencadas no questionário.

O instrumento de recolha foi construído no Google Docs, do Gmail, (anexo 1) e, antes do início das questões, constava uma pequena descrição do âmbito em que se inseria o estudo, do objetivo pretendido, da garantia do anonimato e da confidencialidade no tratamento dos dados. Era também solicitado o consentimento informado aos inquiridos.

Conforme refere Fortin (1996), o questionário é um instrumento que “ajuda a organizar, a normalizar e a controlar os dados, de tal forma que as informações procuradas possam ser colhidas de uma maneira rigorosa”, podendo não possibilitar uma análise tão profunda como nas entrevistas, mas que, por outro lado, “permite um melhor controlo dos enviesamentos.” (1996, p. 249).

O processo de recolha de respostas decorreu entre 6 de fevereiro e 5 de maio de 2023, data em que se encerrou o questionário. Numa primeira fase, pretendia-se que o questionário fosse disseminado junto dos alunos do ensino secundário/profissional das três escolas do concelho com este nível de ensino, mas para que tal fosse viável o instrumento teria de ser autorizado pela DGEEC (Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência), do Ministério da Educação, através da plataforma *mime* (Monitorização de inquéritos em meio escolar). No entanto, o tempo de espera para autorização de aplicação do instrumento iria inviabilizar os *timings* para a consecução do nosso projeto, tendo sido discutidas com a nossa orientadora outras possibilidades de disseminação e divulgação do questionário, que agilisassem a receção de respostas em tempo útil. Assim, optou-se por, como referido anteriormente, utilizar outro tipo de contactos institucionais, nomeadamente o envio de email, com explicação do estudo e do seu objetivo, a todas as associações do concelho de Torres Novas que trabalhassem com jovens (grupos de escuteiros, bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, clubes desportivos, associações culturais, entre outras). Da mesma forma, contactámos e enviamos mail aos vários partidos políticos com assento na assembleia municipal, no sentido de divulgarem o questionário pelos seus membros mais jovens. No total, foram enviados 40 emails. A nível informal, recorremos a toda uma rede de contactos pessoais, tanto familiares, como de relações sociais e profissionais, no sentido de solicitar a participação do maior número de jovens possível na resposta ao nosso inquérito por questionário. De referir que esta foi, sem dúvida, a forma mais eficaz de atuação, no entanto, também tornou todo o processo mais moroso, uma vez que foi necessária alguma insistência e persistência da nossa parte, no sentido de conseguirmos coletar um maior número de respostas.

Antes da disseminação, procedemos à sua testagem, tendo enviado o questionário para cinco jovens com idades de 20-21 anos e para 3 adultos que trabalham na área da juventude e cidadania.

2.4.2. Entrevista semi-estruturada

Tendo como primeira finalidade a resposta ao nosso segundo objetivo específico, que era “analisar as diferentes formas de participação dos jovens torrejanos”, optámos pela

realização de entrevista semi-estruturada aos dois vereadores do executivo municipal, responsáveis pelo pelouro da juventude e pelo pelouro do associativismo e da cidadania. O nosso propósito era fazer o ponto de situação das políticas municipais para a juventude, em Torres Novas, questionar sobre a existência de mecanismos de participação especificamente dirigidos aos jovens e, ainda, perceber que apoios existem para as associações juvenis. Desta forma, a entrevista assumiu-se como complementar à técnica do questionário, porque embora este seja uma forma eficiente para obter informações quantitativas sobre um maior número de participantes, não permite a obtenção de informações qualitativas em profundidade sobre a perspetiva dos participantes. As entrevistas realizadas vieram, assim, ajudar a identificar questões e temas específicos relacionados com o trabalho desenvolvido a nível municipal para a juventude e também vieram aprofundar a compreensão dos temas que estamos a estudar. Além disso, ajudaram, igualmente, a interpretar os resultados obtidos através dos questionários, porque as informações dadas pelos entrevistados forneceram-nos uma visão mais completa e contextualizada, permitindo-nos enriquecer a análise dos dados obtidos no questionário.

Para a presente investigação foi elaborado um guião de entrevista semi-estruturada (anexo 2), dividido em duas categorias temáticas, tendo em conta o objeto de estudo, construído com o apoio da nossa orientadora de estágio. A primeira categoria estava relacionada com a identificação das políticas municipais de juventude e a segunda com a participação dos jovens, sendo que as questões elaboradas tiveram sempre como finalidade a obtenção de respostas aos objetivos do nosso estudo. No entanto, porque se tratou de entrevistas semi-estruturadas, e por isso mais flexíveis e com maior abertura no espectro das respostas, possibilitaram a introdução e discussão de outras temáticas relacionadas com a juventude.

A realização de cada uma das entrevistas esteve dependente da disponibilidade de agenda dos entrevistados e, por esse motivo, as duas aconteceram em momentos temporalmente diferentes. Assim, a entrevista à vereadora do pelouro do associativismo e cidadania ocorreu no dia 16 de fevereiro de 2023 e a entrevista ao vice-presidente, responsável pelo pelouro da juventude, realizou-se no dia 24 de abril de 2023. Antes do início de cada entrevista, informámos o entrevistado do objetivo do

nosso estudo e referimos a importância da sua participação para a realização do trabalho. Foi, igualmente, solicitado o consentimento informado a cada um dos entrevistados e autorização para gravação áudio da entrevista.

2.4.3. Pesquisa documental

No nosso trabalho, a técnica de pesquisa documental teve duas principais finalidades: por um lado, serviu como ponto de partida para identificar as associações juvenis que existem no concelho e para fazer o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo município, junto do público jovem; por outro, foi um importante recurso complementar à informação obtida através das entrevistas e do questionário. No caso do estudo em questão, foram analisadas as atas das reuniões do Conselho Municipal de Juventude, realizadas entre dezembro de 2016 e dezembro de 2020. Durante o período pandémico, não se realizaram reuniões do CMJ, e a sua realização foi retomada no presente ano, em 22 de abril de 2023, não se encontrando disponibilizada ata da reunião até à data.

2.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A etapa da análise dos dados recolhidos é a que mais nos aproxima dos objetivos finais da nossa investigação. Quivy e Campehoudt (2008) referem que para além da validação dos resultados esperados, o tratamento dos dados e a análise das informações têm uma segunda finalidade relacionada com a interpretação dos dados, que poderá ajudar a que, na parte das conclusões, “o investigador esteja em condições de sugerir aperfeiçoamentos do seu modelo de análise ou de propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro” (2008, p. 211).

Como referido no capítulo sobre as técnicas de recolha de dados, embora todas as técnicas utilizadas contribuíssem para dar resposta à pergunta de partida e para o objetivo principal da investigação, cada uma delas concorria diretamente para determinado objetivo específico. Desta forma, e como apoio à nossa investigação, elaborámos uma matriz de trabalho, que nos ajudou a clarificar cada um dos objetivos:

Tabela 1 - Relação entre objetivos específicos e técnicas de recolha e análise

Questão de investigação e objetivo principal	Objetivo específico	Técnica de recolha de dados	Técnica de análise de dados
<p>P.P.: Qual a perceção dos jovens de Torres Novas relativamente à importância da sua participação nas políticas públicas?</p> <p>Objetivo geral: Refletir sobre a participação política e cidadã dos jovens do concelho de Torres Novas</p>	<p>Identificar os movimentos/associações juvenis que existem no concelho</p>	<p>Pesquisa documental (informação solicitada junto do Município de Torres Novas; site do município; site FNAJ, site RNAJ)</p>	<p>Análise de conteúdo</p>
	<p>Analisar as diferentes formas de participação dos jovens torrejanos</p>	<p>Entrevista semi-estruturada a responsáveis do pelouro da juventude e do associativismo e cidadania; atas do CMJ; informação disponibilizada no site do município</p>	<p>Análise de conteúdo - qualitativa</p>
	<p>Perceber o que motiva os jovens de Torres Novas para a participação</p>	<p>Questionário</p>	<p>Análise de conteúdo - quantitativa</p>
	<p>Perceber qual a perceção dos jovens sobre as políticas municipais para a juventude no concelho de Torres Novas</p>	<p>Questionário</p>	<p>Análise de conteúdo - quantitativa</p>

Fonte: elaboração própria

Assim, relativamente ao questionário, a análise dos dados pela estatística descritiva foi feita com recurso ao Excel. A partir dos dados recolhidos, foram criados gráficos para cada uma das questões, o que nos permitiu verificar as tendências de resposta dos inquiridos. Estes gráficos também permitiram a conjugação de variáveis, possibilitando uma interpretação mais fina das respostas.

Quanto às entrevistas semi-estruturadas, após a transcrição integral, procedemos à sua leitura, e criámos, tendo por base o guião da entrevista previamente elaborado (anexo 2), um conjunto de categorias e de códigos, tendo em vista a análise descritiva do conteúdo. Para nos ajudar neste trabalho recorreremos ao software MAXQDA, o que nos permitiu a análise rápida e eficaz do número de incidências, relativamente aos códigos e categorias discriminadas.

No caso da análise de conteúdo das seis atas do Conselho Municipal de Juventude, das reuniões realizadas entre dezembro de 2016 e dezembro de 2020, procedemos à sua leitura integral e sinalizámos os temas abordados mais diretamente relacionados com os objetivos da nossa investigação. De forma a sistematizar a informação, foi elaborada uma tabela de exploração de conteúdo para cada uma das atas, de onde constavam as categorias, o número de incidências verificadas e as citações retiradas do documento. A definição das categorias foi, mais uma vez, feita tendo em conta a pergunta de partida e os objetivos que nos propomos atingir.

Relativamente à pesquisa documental realizada através da consulta dos sites do Município de Torres Novas e da RNAJ, os dados recolhidos foram analisados tendo em conta os objetivos pretendidos. O mesmo procedimento foi considerado no que se refere às informações obtidas em resposta aos emails enviados para estas duas entidades, assim como de outras informações fornecidas por elementos do Departamento de Educação, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Torres Novas.

III CONTEXTO DO ESTUDO – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO E POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA A JUVENTUDE EM TORRES NOVAS

O concelho de Torres Novas localiza-se na região Centro de Portugal, pertence ao distrito de Santarém e é um dos 11 concelhos que integram a Sub-Região do Médio Tejo. Torres Novas faz fronteira com os municípios de Ourém (a noroeste), com Tomar, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha (a leste), e com Golegã (a sudeste), Santarém (a sul) e Alcanena (a oeste). Com uma área territorial aproximada de 280 km², administrativamente o concelho está dividido em 10 freguesias. Demograficamente, os resultados definitivos dos Censos 2021¹⁶, do INE, indicam que a população total do concelho é de 34 111 habitantes, registando-se uma variação negativa em relação a 2011, cujos dados davam um total populacional de 36 717 habitantes. Relativamente ao grupo etário 15-24 anos, que é a população do nosso estudo, representa, em 2021, cerca de 10% da população total de Torres Novas, o que corresponde a um total de 3526 indivíduos. Também neste grupo se verificou um decréscimo de 5,4% de população face aos dados censitários de 2011¹⁷. Embora não venham a ser abordados em específico neste relatório, consideramos importante apresentar, igualmente, os dados da população dos 0 aos 14 anos do concelho de Torres Novas, porque são crianças que no futuro próximo vão entrar na juventude. Assim, em 2021, este grupo etário era composto por 4136 indivíduos, o que corresponde a 12% da população; se a esta percentagem juntarmos os cerca de 10% da população dos 15 aos 24 anos, temos quase um quarto da população torrejana que está, ou vai ser a curto prazo, visada pelas políticas, medidas e ações, desenhadas, projetadas ou implementadas, para a juventude.

No Município de Torres Novas, a área da Juventude não apresenta, no organigrama da Câmara Municipal, uma estrutura autónoma. O serviço encontra-se inserido no Departamento de Educação, Cultura e Desporto, numa área denominada “Associativismo, Juventude e Cidadania”, tutelada por dois vereadores: um para a parte

¹⁶<https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/torres+novas-569>

¹⁷<https://www.pordata.pt/municipios/populacao+residente+segundo+os+censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-22>

do Associativismo e Cidadania, e outro que tem o pelouro da Juventude. Por se tratar de áreas que se cruzam em vários domínios, a equipa destes serviços (composta atualmente por oito trabalhadores) não se encontra dividida pelos pelouros, trabalhando transversalmente nas três áreas acima referidas.

Relativamente a políticas municipais de base local, destaca-se o Conselho Municipal de Juventude de Torres Novas que foi instituído em 2016, tendo por base legislativa o artigo 27.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, entretanto alterada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro. A constituição do Conselho Municipal de Juventude foi aprovada pela Assembleia Municipal em junho de 2016, sob proposta da Câmara, tendo-se realizado a primeira reunião em 28 de dezembro de 2016. Desde essa data, realizaram-se sete reuniões do Conselho Municipal de Juventude de Torres Novas, tendo a mais recente ocorrido no dia 22 de abril de 2023. O Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Torres Novas foi publicado em Diário da República n.º 147, de 2 de agosto de 2016. De igual forma, o Conselho Municipal de Educação do Concelho de Torres Novas, instituído em 2016, é um outro mecanismo de auscultação e participação dos jovens, uma vez que as associações de estudantes estão representadas neste órgão consultivo.

Quanto a atividades e projetos que visam a participação cidadã dos mais jovens, o Município de Torres Novas, está a dinamizar desde o ano letivo 2021-2022, em parceria com a empresa My Polis e os dois agrupamentos de escolas, vários projetos de promoção de cidadania, como os “Transformadores Sociais” e os “Conselheiros da Cidadania”. Entre outras dinâmicas, os jovens participam em processos de criação colaborativa, onde definem e apresentam propostas de projetos que gostavam de ver desenvolvidos nas suas comunidades. Desta forma, eles são levados a conhecer, de modo mais profundo, o funcionamento das instituições locais, reconhecendo a importância da sua participação ativa nas decisões que lhes importam diretamente. Estes projetos envolveram cerca de 600 crianças e jovens nos dois últimos anos letivos. No caso dos “Conselheiros da Cidadania”, direcionado para alunos do ensino secundário, os jovens apresentaram ao executivo municipal, em fevereiro de 2023, as cinco propostas consideradas “importantíssimas”, de um total de 35 propostas/medidas trabalhadas pelos alunos: criação do Instagram do Município; realização de workshops e formação sobre cidadania ativa para jovens; assegurar e fomentar formas de diálogo

estruturado entre políticos locais e os jovens; criação de uma plataforma online que disponibilize informações políticas ao minuto, com caixa aberta para sugestões da população; existência de um espaço para convivência para jovens.

Por outro lado, o município integra desde 2016 o Programa Cidades Amigas das Crianças¹⁸, da UNICEF Portugal, que tem como principal objetivo promover a aplicação dos direitos da criança nas vilas e cidades portuguesas, adotando políticas de âmbito local que promovam o bem-estar de todos os cidadãos, e em particular das crianças, contribuindo para o desenvolvimento presente e futuro das comunidades. Um dos pilares deste programa é a participação, que prevê o envolvimento ativo das crianças nos assuntos que lhes dizem diretamente respeito e ao seu território, sendo compromisso dos governos locais ouvir os pontos de vista das crianças e jovens e tomá-los em conta nos processos de decisão. Torres Novas aderiu ao programa em 2016, tendo-lhe sido, posteriormente, atribuído o selo de “Cidade Amiga da Criança”, para o período de 2019-2022. Neste momento, encontra-se em novo processo de reconhecimento, para o ciclo 2023-2026. No âmbito do desenvolvimento destas ações, foi fomentado, em diversos momentos, o envolvimento de crianças e jovens, tanto na auscultação de necessidades, como na participação em algumas atividades previstas no plano de ação local. Além disso, os jovens das escolas do concelho participaram noutras ações promovidas pela UNICEF, como o “Tenho voto na matéria”, em setembro de 2021, antes das últimas eleições autárquicas.

De salientar ainda a participação do Município de Torres Novas, desde 2006, na Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras¹⁹, enquanto membro da AICE - Associação Internacional das Cidades Educadoras²⁰, o que tem contribuído para a implementação de alguns mecanismos de participação junto das crianças e jovens do concelho de Torres Novas. Por exemplo, em novembro de 2022, associado às comemorações do Dia Internacional das Cidades Educadoras, foram distribuídos postais a todos os alunos do 1.º ao 12.º anos, da rede educativa do concelho, onde podiam expressar opiniões, sugestões ou pedidos sobre algo que gostassem que existisse ou

¹⁸ <https://www.unicef.pt/o-que-fazemos/o-nosso-trabalho-em-portugal/programa-cidades-amigas-das-criancas/>

¹⁹ <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/>

²⁰ <https://www.edcities.org/pt/>

acontecesse no concelho ou na sua comunidade. Os postais podiam ser dirigidos a qualquer pessoa, como pais ou professores, mas também ao Presidente da Câmara, Vereadores, presidentes de juntas de freguesia ou outros. Em resultado, foram rececionados 732 postais, sendo 437 dirigidos ao Presidente da Câmara ou vereadores e 112 para as juntas de freguesia. Os restantes eram dirigidos a pais, professores ou outros destinatários.

Relativamente ao Orçamento Participativo (OP), um dos mecanismos de participação mais conhecido e disseminado nas autarquias, o Município de Torres Novas promoveu o projeto em 2016, tendo sido considerada a realização de uma modalidade exclusiva para os mais jovens, denominada Orçamento Participativo sub 18 (OP sub 18). Com um valor de 10.000€ reservado em orçamento municipal para a implementação de projetos valorativos de cidadania ativa, o projeto era destinado a todos os jovens residentes no concelho com idades entre os 10 e os 17 anos. Da sua concretização, resultou a apresentação de várias propostas, sendo que a mais votada foi a implementação de um skatepark, na cidade de Torres Novas. O OP sub 18 teve apenas esta edição.

Em 2023, o Município de Torres Novas obteve a renovação do reconhecimento como Município Amigo da Juventude, decorrente da sua integração na Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, um projeto da FNAJ (Federação Nacional de Associações Juvenis), que tem como principal objetivo promover a partilha de boas práticas municipais, que visem e estimulem a participação ativa de jovens, na definição e implementação das políticas municipais de juventude.

No concelho de Torres Novas existem três associações juvenis registadas no site do RNAJ (Registo Nacional do Associativismo Jovem), consultado em junho de 2023. São elas: Choral Phydellius (associação de carácter juvenil), Rancho Folclórico e Etnográfico do Casal Sentista e AJA – Associação de Jovens Aventureiros, ambos apresentados como associações juvenis. No entanto, de acordo com informações recolhidas no site do Município de Torres Novas (e abordadas pela entrevistada A), existem mais associações, que embora não registadas no RNAJ, são juvenis, devido às áreas onde desenvolvem o seu trabalho e ao seu público-alvo. O site institucional, consultado em maio de 2023, apresentava sete entidades como associações juvenis. De facto, segundo a Lei n.º

23/2016, alterada e republicada pela Lei n.º 57/2019, que estabelece o regime jurídico do associativismo juvenil, são consideradas como associações juvenis as que tenham cumulativamente os seguintes requisitos: mínimo de 80% dos associados com idade igual ou inferior a 30 anos; com órgão executivo composto por 80% de jovens com idade igual ou inferior a 30 anos e lideradas por um jovem com a idade mínima de 30 anos, à data da sua eleição. Apenas cumprindo estes critérios, podem inscrever-se no RNAJ, para, posteriormente, serem elegíveis para receber apoio financeiro, técnico e logístico.

IV APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Análise e comentário das entrevistas

Uma das questões colocadas aos entrevistados (identificados por A e B) foi sobre a definição e implementação das atividades municipais destinadas aos jovens e como são planeadas as políticas municipais de juventude. Em resposta, ambos os autarcas referiram que as mesmas são propostas e dinamizadas por vários setores do município, como por exemplo pelos serviços de cultura, do associativismo, do desporto, da educação, entre outros, não se cingindo apenas às atividades exclusivamente realizadas no âmbito do pelouro da juventude. Esta transversalidade da área da juventude a outros domínios de ação autárquica foi também uma das conclusões apresentadas por Vieira & Ferreira (2019), no estudo “Juventude(s) do local ao nacional – que intervenção?”²¹, quando dizem que “verifica-se que na maioria dos municípios não existe uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude, sendo que prevalecem sobretudo unidades orgânicas dedicadas à juventude em articulação com outros domínios de intervenção” (2019, p. 63).

Esta parece ser, igualmente, a explicação para o serviço de juventude ter um montante reduzido, no valor de 500€, previsto no orçamento municipal para 2023. Os dois autarcas referiram esta questão, justificando que isto não invalida a realização de atividades dedicadas e direcionadas para os jovens, muitas vezes proporcionadas no âmbito de outros serviços. Novamente, esta lógica vai ao encontro do que Vieira & Ferreira (2019) concluem no seu estudo, indicando que relativamente a recursos financeiros “a maioria dos municípios gere orçamentos limitados não possuindo, na sua maioria, orçamentos dedicados à juventude. No caso dos municípios com unidades orgânicas em coordenação com outras áreas de intervenção, a dotação orçamental dedicada à juventude é ainda mais reduzida” (2019, p. 65).

²¹ Estudo decorrente de uma pesquisa realizada entre novembro de 2017 e maio de 2018, no Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que teve por base a aplicação de um inquérito online junto dos 308 municípios portugueses, com objetivo de “identificar a intervenção dos municípios portugueses na área da Juventude, nomeadamente no que se refere a estruturas e metodologias de intervenção” (Vieira e Ferreira, 2019, p. 7)

Quando questionados sobre a forma como são diagnosticadas as necessidades dos jovens de Torres Novas e qual o seu contributo para a definição de políticas municipais para a juventude, foi dito por ambos que embora não existam muitos mecanismos formais de recolha de contributos dos jovens, há um esforço por parte do município em ouvir os jovens e tentar perceber o que pretendem e o que, eventualmente, lhes fará falta, nomeadamente através dos contactos que se desenvolvem com os jovens durante a realização de atividades mais direcionadas para eles.

“De facto, não temos um levantamento exaustivo daquilo que os jovens entendem como fundamental para eles, mas temos um conhecimento da realidade prática do dia a dia (...), e é assim que vamos fazendo e definindo muitas atividades” (entrevistado B)

“Nas múltiplas atividades que se fazem, quer na cultura, quer no desporto, quando fazemos alguma atividade, temos normalmente mecanismos de participação e acabamos por perceber quais são as ideias e os desejos, os anseios dos jovens, em Torres Novas” (entrevistada A)

Os mecanismos de participação não estão, assim, instituídos formalmente no município, nem apresentam regularidade constante, mas há registo de algumas atividades que permitem e valorizam a participação dos mais jovens.

Ambos os entrevistados referiram o Conselho Municipal de Juventude, identificando-o como um importante mecanismo de auscultação de jovens. Segundo Vieira & Ferreira (2019), os conselhos municipais de juventude são o meio privilegiado pelos municípios para ouvir os jovens, com uma prevalência de 66,9% (2019, p. 74). Tratando-se de uma exigência legal, é natural que o órgão esteja instituído na maioria dos municípios portugueses e que, por essa via, se proceda à auscultação dos jovens e se reflita sobre as suas necessidades mais prementes, contribuindo para o “desenvolvimento de ações concertadas que visem a melhoria desses problemas e desenvolvendo uma política de juventude adequada às necessidades do município, reforçando o entendimento político de que a implementação deste órgão é vantajosa” (2019, p. 78).

A entrevistada A mencionou, ainda, o projeto “Conselheiros da Cidadania”, dinamizado pela empresa My Polis, e a participação do município em programas europeus, como o

CERV (Citizens, Equality, Rights and Values), da Comissão Europeia. Neste âmbito, a entrevistada A referiu que estes projetos possibilitam o envolvimento dos jovens nas atividades e que desde 2022 o Município de Torres Novas está a coordenar a rede EUHRENET - European Human Rights Network of Towns. Referiu, ainda, que estão associados ao projeto, como parceiros locais, o Choral Phydellius (associação juvenil) e o Agrupamento de Escolas Gil Paes, através da participação dos alunos do curso de Artes Visuais, da Escola Secundária Maria Lamas.

A importância da participação dos jovens nestes projetos foi reforçada pela mesma entrevistada, quando diz que:

“Os próprios projetos europeus têm-se revelado eles próprios mecanismos de participação, por um lado, e por outro também têm ajudado os jovens a perceber as estruturas e órgãos da União Europeia, que existem e onde eles podem participar, inclusive sendo jovens.” (entrevistada A)

Nas entrevistas realizadas, os dois autarcas referiram-se à edição de 2016 do Orçamento Participativo Jovem, referindo, ambos, a necessidade de ser reimplementado no município, destacando tratar-se de um mecanismo de participação importante, que possibilita uma intervenção direta dos jovens, mas que para ser eficaz e mais abrangente, precisa de maior regularidade.

“[O OP] é uma ideia interessante, sempre, acho que temos um dia de voltar novamente a ter para que os jovens possam apresentar essas mesmas ideias, até porque estas coisas precisam de regularidade para que haja uma dinâmica maior. Em termos de participação, quando ela é feita só uma vez, fica muitas vezes cingida um grupo de jovens, que são mais ativos na sociedade. Os outros também têm boas ideias, mas como estão menos ativos acabam por não participar e ficam para trás.” (entrevistado B)

“Vou tentar que pelo menos o [OP] jovem continue. Como é uma verba mais reduzida, mais diminuta, para que eles possam também ter a sua participação e dizer o que é que pretendem para a cidade, o que é que pretendem para as suas freguesias; um projeto que possa ser agregador também daquilo que é opinião dos jovens.” (entrevistada A)

Como espaços privilegiados para a participação dos jovens, os autarcas referiram ainda o contacto direto com jovens feito pelos serviços de associativismo, desporto, cultura e educação, onde é possível aferir algumas das necessidades dos mesmos.

A inexistência de mecanismos formais de participação e de auscultação de jovens pode interferir com a produção de políticas públicas que vão realmente ao encontro dos interesses dos jovens, porque não se trata do que se conhece, mas do que se infere. Relembramos que a participação é um dos eixos centrais da Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 e que o documento diz que “todas as políticas e atividades relativas aos jovens deverão defender o direito dos mesmos participarem no desenvolvimento, na execução e no acompanhamento de políticas que os afetam, através de uma participação significativa dos jovens e das organizações de juventude” (Conselho da União Europeia, 2018).

Sobre os desafios que se colocam ao município, quanto à participação ativa dos jovens, foi referido como prioritário melhorar as vias de comunicação entre o município e os jovens. Esta falha de comunicação foi identificada como fator limitador à participação dos jovens, que não são mais ativos e participativos devido ao desconhecimento das formas como o podem fazer.

No que diz respeito ao apoio ao associativismo juvenil, foi referido pela entrevistada A de que não existe regulamento municipal de apoio específico para as associações juvenis, atribuindo-se os apoios ao abrigo do regulamento geral de apoio ao associativismo. Segundo a responsável do pelouro, o facto de existirem tão poucas associações com estatuto de associação juvenil certificado pelo RNAJ não justificou, ainda, esta diferenciação. A entrevistada A refere que apenas três associações do concelho estão inscritas no site do RNAJ, mas que existem muitas outras que contam com o envolvimento dos jovens, embora sejam associações juvenis “de forma informal”. No que concerne à participação de jovens nos movimentos associativos, a mesma entrevistada refere que a participação dos jovens tem aumentado:

“Tenho visto uma evolução positiva em relação à participação dos jovens nas associações, mesmo no que se refere aos cargos de direção. Por exemplo, na Banda da Mata, o presidente também é um jovem, que também já tinha estado numa associação

de estudantes. Os jovens estão a começar a entrar e trazem mais jovens. E já sinto isso em muitas associações, por exemplo, nas Marruas, que é uma associação recreativa e cultural, já são jovens também que estão nos cargos da direção”. (entrevistada A)

A importância de apoio aos jovens através do tecido associativo é uma das conclusões apresentadas no estudo de Vieira & Ferreira (2019), referindo que “o apoio ao associativismo, independentemente da natureza do mesmo, é um dos pilares de ação dos municípios em prol de uma maior inclusão dos munícipes e de um estímulo à participação cívica, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento local” (p. 94).

4.2 Análise e comentário dos dados documentais

Da análise documental das seis atas das reuniões do CMJ, realizadas entre 2016 e 2020, e fazendo a articulação com os objetivos e principais temáticas abordadas no nosso estudo, sobre a participação da juventude e as políticas municipais para a juventude, elaborámos a seguinte tabela de incidências:

Tabela 2 – Categorias de análise das atas do Conselho Municipal de Juventude

Data	CATEGORIAS					
	políticas e atividades municipais	divulgação de atividades	participação cidadã e política	voluntariado jovem	associativismo juvenil	ODS e cidadania global
20/12/2016	0	0	2	0	0	0
12/04/2017	5	2	0	2	2	0
18/12/2017	1	2	2	3	1	0
18/12/2018	8	0	1	1	0	0
20/12/2019	3	4	3	1	0	0
19/12/2020	6	2	2	2	4	0
22/04/2023	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23	10	10	9	7	0

Fonte: elaboração própria

Até à data, não foi disponibilizada a ata da última reunião do CMJ, pelo que a mesma não foi considerada na elaboração da tabela 2.

Quanto a resultados médios das várias reuniões, percebemos que as questões relacionadas com as políticas municipais para a juventude ou com as atividades dinamizadas para este grupo foram as mais abordadas nas reuniões do CMJ, com um

resultado absoluto de 23 unidades de registo, correspondente a 39%, e a categoria que foi menos vezes referenciada em sede de reuniões foi a dos ODS e da cidadania global, não se tendo registado qualquer alusão à temática em nenhuma das reuniões. As segundas categorias mais debatidas, em *ex-aequo*, são as que evidenciam momentos de discussão sobre a participação política e cidadã dos jovens e sobre a divulgação das atividades, com uma percentagem de 16,9%. Nas terceira e quarta posições, estão as temáticas do voluntariado jovem e do associativismo juvenil, com 15,3% e 11,9%, respetivamente.

Se analisarmos a evolução temporal das categorias, verifica-se que a participação cidadã e política dos jovens e o associativismo juvenil, registam uma evolução positiva nos últimos anos, o que poderá ser reflexo de um maior interesse pela discussão destes assuntos. As políticas e atividades municipais, a divulgação de atividades e o voluntariado jovem parecem ser os temas abordados com maior regularidade em todas as reuniões de CMJ. Quanto aos ODS e ao conceito de cidadania global, não encontramos incidências dos mesmos nas atas analisadas.

No que se refere a políticas para a juventude de base local, identificámos nas atas do CMJ, consubstanciado por informação retirada do site do município, a discussão sobre a criação do cartão jovem municipal, uma política para a juventude destinada a jovens residentes no concelho ou a estudar nos estabelecimentos de ensino, que tenham idades entre os 12 e os 29 anos. O cartão jovem municipal prevê a aplicação de descontos em diversos equipamentos desportivos e culturais, em espetáculos, nas taxas urbanísticas e administrativas camarárias e na utilização dos Transportes Urbanos Torrejanos. Esta referência foi feita nas atas 2, 3, 4, 5 e 6, o que demonstra a importância dada ao assunto²². Ainda sobre a maior incidência de discussão observada no campo das políticas e atividades municipais para a juventude em relação às restantes temáticas categorizadas na análise das atas, não parece estranho que tal aconteça, dado que um dos principais objetivos dos conselhos municipais de juventude é, conforme referido na alínea a) do artigo 3.º do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Torres Novas: “colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude,

²² Quanto à sua adesão por parte dos jovens, fomos informados de que não terá sido muito elevada, uma vez que os descontos aplicáveis são semelhantes aos que são obtidos através do cartão de estudante ou cartão jovem.

contribuindo para a sua articulação e coordenação com outras políticas setoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social”.

Relativamente à participação política e cívica dos jovens e ao associativismo juvenil, dois temas abordados neste estudo, os mesmos foram referidos dez e sete vezes, respetivamente, sendo que a participação de jovens foi discutida num maior número de reuniões de CMJ (em cinco das seis reuniões) do que o associativismo juvenil, que foi debatido em três reuniões do conselho.

4.3 Análise e comentário dos resultados obtidos no questionário

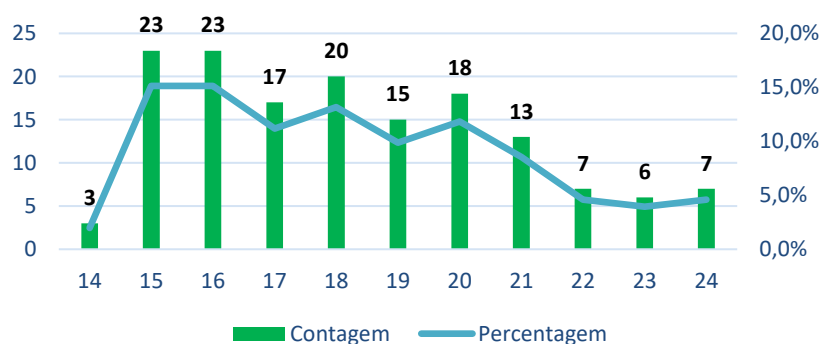
Neste ponto, iremos organizar, analisar e interpretar os dados obtidos no questionário aplicado junto dos jovens torrejanos.

Como anteriormente referido, o questionário foi elaborado com recurso à ferramenta Google Forms e teve como população alvo os jovens torrejanos, residentes ou com residência fiscal no concelho de Torres Novas, com o intervalo de idades entre os 15 e os 24 anos.

Para apresentação dos resultados, optámos por seguir a ordem sequencial das perguntas do questionário, que se encontravam divididas em quatro blocos temáticos, conforme acima referidos. Ainda assim, dentro de cada bloco, a sequência pode ser alterada, tendo em vista uma melhor leitura dos dados apresentados.

A amostra é composta por 152 inquiridos, com média de idades de 18,3 anos (gráfico 1).

Gráfico 1 - Idade dos participantes



Relativamente ao perfil dos participantes, compilámos os dados na seguinte tabela:

Tabela 3 - Caracterização por género, residência, habilitações literárias e ocupação atual

CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES		
Género	Homem	38,8%
	Mulher	59,2%
	Prefiro não responder	2,0%
Residência	Residente em Torres Novas	88,16%
	Não resido habitualmente, mas tenho morada fiscal em Torres Novas	11,84%
Habilitações	A frequentar o ensino secundário/profissional	50,7%
	A frequentar o ensino superior	25,0%
	Licenciatura	11,2%
	9.º ano	9,9%
	Mestrado	2,0%
	12.º ano	0,7%
	Curso Técnico Superior	0,7%
Ocupação atual	Estudante	82,9%
	Estudante, à procura do 1.º emprego	0,7%
	Trabalhador	5,9%
	Trabalhador-estudante	10,5%

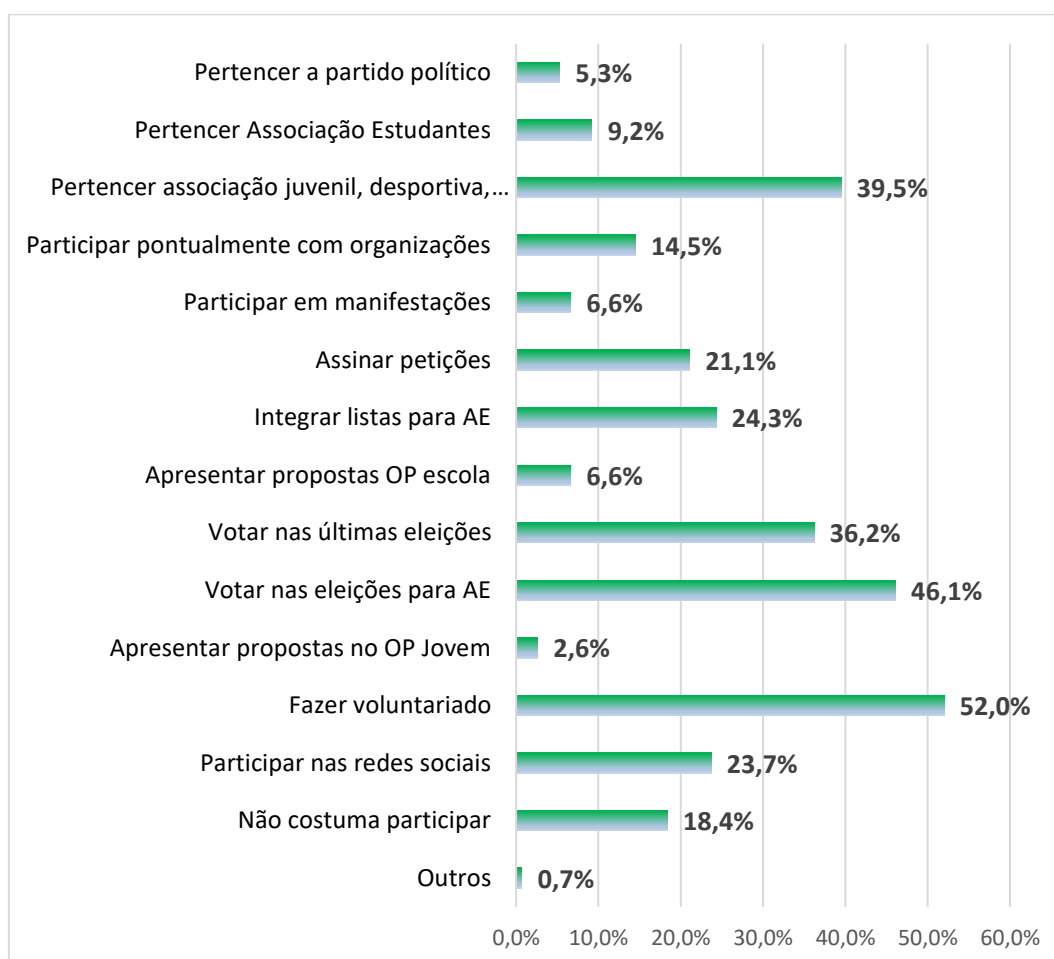
Fonte: elaboração própria

Na sua maioria os respondentes são do género feminino, com uma representação de 59,2%. Três respondentes preferem não indicar o género (2%). Dado que se trata de critério exclusivo, todos os inquiridos são residentes no concelho de Torres Novas, embora alguns indiquem não residir atualmente, mas manter residência fiscal. Cruzados os dados, verificámos tratar-se de jovens com idades superiores a 18 anos, estudantes ou trabalhadores-estudantes, remetendo para a possibilidade de serem jovens universitários. Quanto a habilitações literárias, a maioria dos inquiridos (50,7%), encontra-se a frequentar o ensino secundário/profissional, seguido de 25% que frequentam o ensino superior. Dos 152 inquiridos, 11,2 % possui licenciatura e 9,9% indica ter o 9.º ano. Os restantes 3,4% estão divididos entre 12.º ano, curso técnico superior e mestrado. A última questão do bloco refere-se à ocupação atual, apresentando-se estudante como principal, com a incidência de quase 83%. Com 10,5%, temos trabalhador-estudante, sendo que 5,9% afirmam ser trabalhadores.

Passando ao segundo bloco de questões, o mesmo pretende observar os hábitos de participação cidadã dos inquiridos, permitindo conhecer como e quando os jovens de Torres Novas participam política e civicamente e quais os assuntos que mais os motivam.

A primeira questão deste bloco, sobre o envolvimento em atividades, oferece um conjunto de possibilidades de resposta sobre diversos tipos de participação, tanto política como cidadã. Não existe limite de escolha de opções nesta pergunta e todas as possibilidades foram, pelo menos uma vez, escolhidas, conforme plasmado no gráfico 2.

Gráfico 2 - *Envolvimento dos jovens em atividades*



Nesta questão, apenas a opção “Faço ou já fiz voluntariado” recolheu uma percentagem superior a 50%, com registo de 52%. A relevância deste valor parece-nos fundamental para o futuro da participação dos jovens torrejanos na vida política e cívica, uma vez que “os jovens voluntários crêem mais na democracia e manifestam mais vezes satisfação com o seu funcionamento, experimentam menos frequentemente o sentimento de desafecção em relação ao sistema político e assumem-se politicamente mais competentes e interessados” (Ferreira, 2008, p. 120).

Em segundo lugar, com 46,1%, temos a opção que se reporta à participação no ato de votar para a associação de estudantes. Logo a seguir, temos 39,5% dos jovens que afirmam pertencer a uma associação juvenil (desportiva, cultural ou outra). Embora não seja um valor elevado, não deixa de ser significativo em termos de possibilidades futuras. Tal como o voluntariado, a revisão de literatura diz-nos que o envolvimento dos jovens a associações é um fator valorativo para uma maior e mais eficaz participação do indivíduo na sociedade, uma vez que “a experiência associativa ajuda a consolidar o sentido de cidadania” (Ferreira, 2008, p. 124) e que os jovens veem o conceito de política alicerçado sobre a vida comunitária, como uma “ação para o bem comum e de progresso da sociedade como um todo” (Silva & Costa, 2022, p. 59). Além disso, os estudos também referem que “os jovens dos 15 aos 24 anos apresentam uma participação mais ativa nos grupos desportivos e nas paróquias ou noutro tipo de associação religiosa” e que “a maior variação encontrada entre 2007 (15%) e 2020 foi nos grupos desportivos (20%)” (Costa, 2022, p. 46).

De seguida, temos, com 36,2% dos inquiridos, a opção “votar nas últimas eleições”. Como se trata de uma opção não transversal a todo o grupo, analisamos separadamente esta opção nos jovens com idade superior a 19 anos (considerando que o último ato eleitoral ocorreu em setembro de 2021), tendo-se verificado que dos 66 inquiridos com idade superior a 19 anos, 55 assinalaram esta opção, o que corresponde a 82% do universo em análise. Os números obtidos no nosso questionário para a participação dos jovens através do voto nas últimas eleições não estão, à primeira vista, alinhados com a percentagem apresentada no estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, de Pedro Magalhães (2022), que indicava que “em média, 47% dos jovens portugueses afirmaram ter votado nas eleições mais recentes” (2002, p. 7).

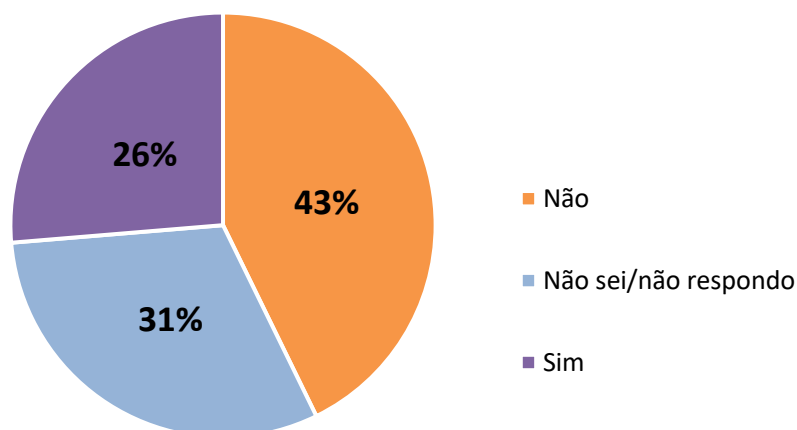
Considerando o intervalo de idades, optámos por fazer uma análise mais fina dos dados, dividindo-os em dois grupos: 15 aos 18 anos e 19 aos 24 anos. Neste caso, verifica-se que o voluntariado continua a surgir nas três opções mais votadas, em ambos os grupos, mas já não tem a maior percentagem. Assim, no grupo dos 15 aos 18 anos, as opções mais destacadas são: “votar nas eleições para a AE” (40%), “pertencer a associação juvenil” (36,5%) e “fazer voluntariado” (33%). No grupo dos 19 aos 24 anos, as quatro opções mais escolhidas são: “votar nas últimas eleições” (82%), “fazer voluntariado”

(77%) e “votar nas eleições para a AE” (54%) e “pertencer a associações” (44%). Verifica-se, ainda, que neste grupo o voluntariado, votar para a associação de estudantes e pertencer a associações também apresentam valores altos, o que parece demonstrar que a nossa amostra é constituída por jovens com participação cidadã e, por isso, com maior consciência política e cívica, corroborando a ideia defendida por Ferreira (2008) de que “as associações parecem funcionar como escolas de democracia, proporcionando aos seus membros competências sociais que os tornam mais aptos a intervirem politicamente” (2008, p. 122).

Voltando à análise do universo total, as opções menos escolhidas foram “integrar as listas para a associação de estudantes (24,3%), “participar nas redes sociais (23,7%) e “assinar petições” (21,1%). As cinco opções menos selecionadas, com percentagens abaixo dos 15%, dizem respeito à participação pontual com organizações (14,5%), à participação em manifestações e à apresentação de propostas no orçamento participativo das escolas (ambas com 6,6%). Temos ainda 9,2% dos jovens que dizem pertencer à associação de estudantes e 5,3% que pertencem a um partido político. De salientar os 18,2% que afirmam não costumar participar ou estar envolvido.

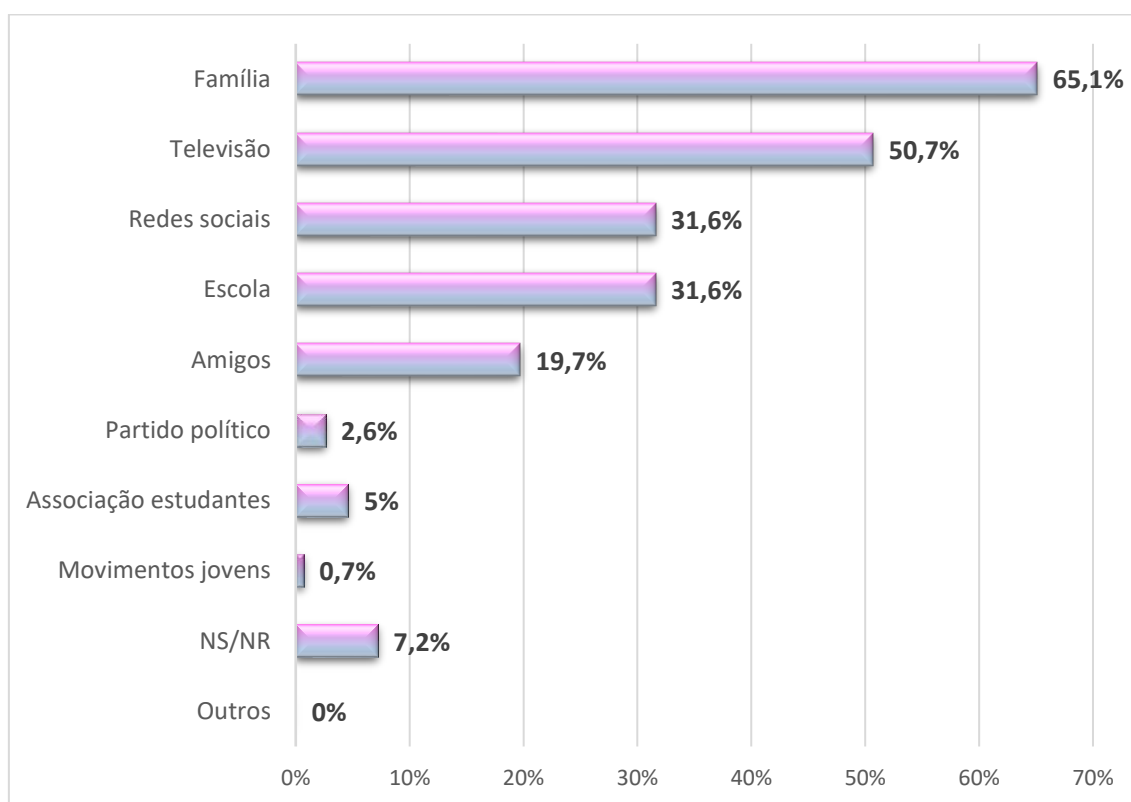
A seguinte questão era: “Consideras ter uma participação social e política ativa?”. Aqui, 43% dos inquiridos responderam “Não”, em oposição a 26% que responderam “Sim”. Nesta pergunta registou-se uma elevada percentagem de “Não sei/não respondo”, com 31% de respostas (gráfico 3).

Gráfico 3 - Ter participação social e política ativa



De seguida, questionámos os inquiridos sobre o seu primeiro contacto com política.

Gráfico 4 - Primeiro contacto com questões políticas

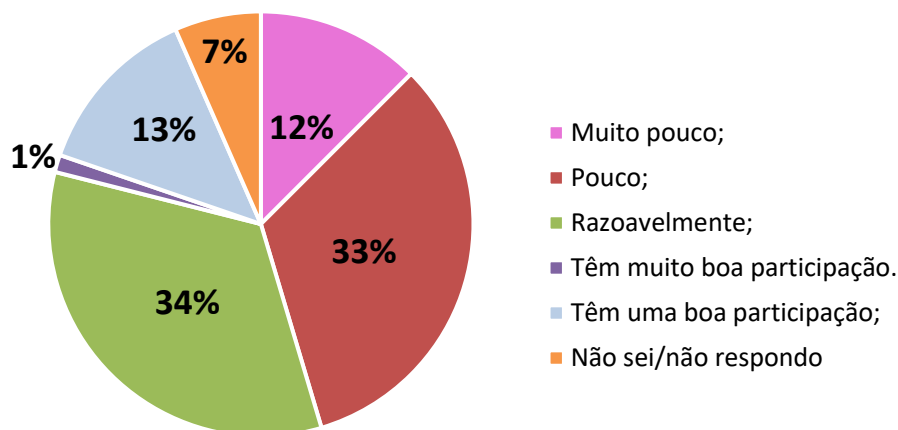


“Família” foi a opção mais escolhida pelos jovens, com 65% de incidência. Em segundo lugar, indicaram o contacto através da televisão, com 50,7% das respostas. Através das redes sociais e na escola foram as opções seguintes, ambas com 31,6%, seguidas da opção “através de amigos”, com 19,7%. Com percentagens mais reduzidas, regista-se o contacto através das associações de estudantes, de partidos políticos e de movimentos de jovens. A incidência de respostas “não sei/não respondo” registou 7,2%. Relativamente à utilização da televisão e das redes sociais, os nossos inquiridos parecem relevar-lhes a mesma importância que foi dada em estudos nacionais, como o realizado em 2020, pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que indicava que os meios preferidos dos jovens para informação sobre atualidade política e social eram a televisão (54%), a imprensa digital (24%) e as redes sociais (18%). (Sagnier & Morell, 2021, p. 301).

Quanto à regularidade de participação dos jovens (gráfico 5), as respostas são diversas, com a maioria dos inquiridos a considerar que atualmente os jovens participam “razoavelmente” (34%) e “pouco” (33%). A opção menos escolhida é “têm muito boa

participação”, com apenas 1% das respostas, correspondente a duas respostas. Nesta pergunta regista-se 7% de respostas “não sei/não respondo”.

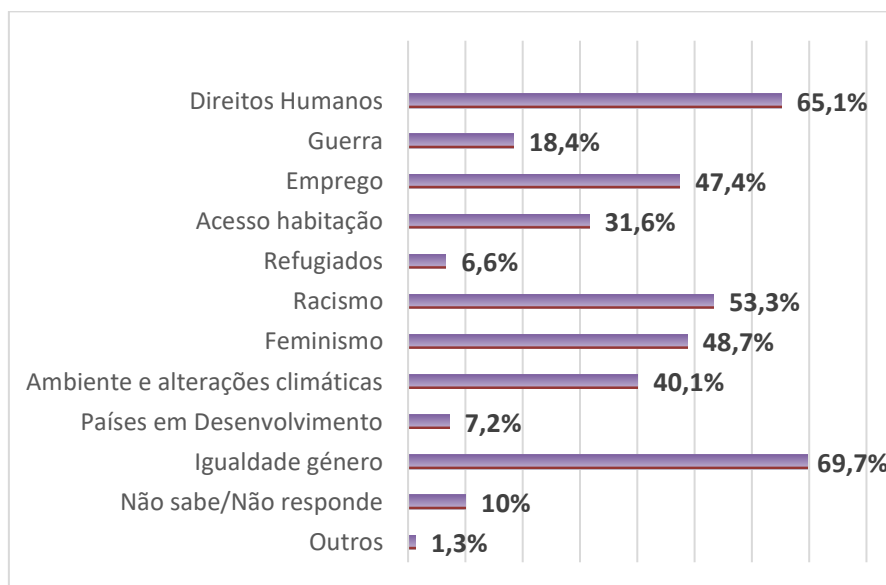
Gráfico 5 - Opinião dos inquiridos sobre a atual regularidade de participação dos jovens



A questão 10 pretendia conhecer quais os temas que mais motivam os jovens para a sua participação. Assim, foi-lhes apresentada uma relação de dez temas que integram a agenda atual, sendo-lhes, no entanto, dada a possibilidade de apresentar outras opções.

A análise do gráfico 6 permite concluir que os jovens de Torres Novas consideram como temas mais importantes e apelativos para a participação a “igualdade de género”, com 69,7% de respostas, e os “direitos humanos”, com 65,1%.

Gráfico 6 - Temas que mais motivam os jovens para participação



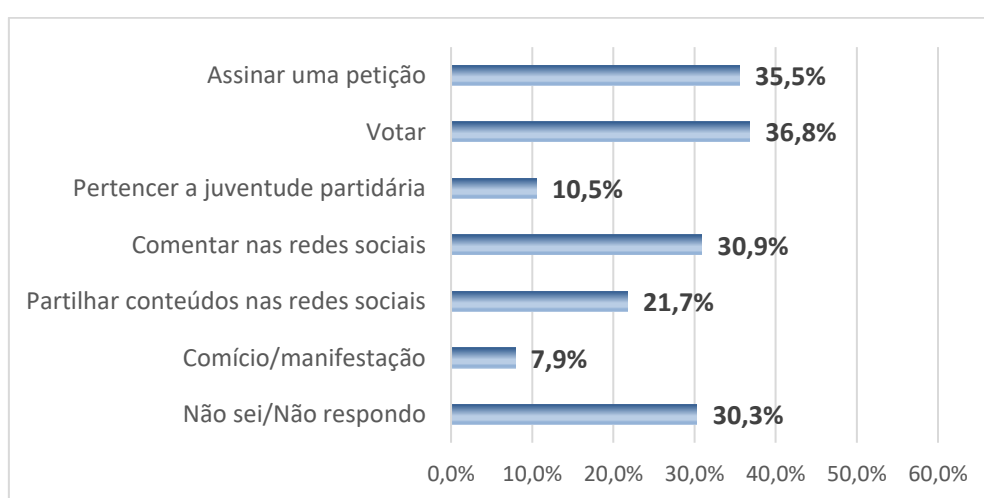
Acima dos 50%, regista-se a temática “racismo”, com 53,3% das respostas. Entre os 40% e os 50%, surgem o “feminismo”, com 48,7%, o “emprego”, com 47,4% e as “alterações climáticas e outras questões ambientais”, com 40,1%. O acesso à habitação recolhe 31,6%, seguido da temática “guerra”, com 18,4%. Com percentagens de 7,2% e 6,6%, respetivamente, estão os temas “desenvolvimento dos países em desenvolvimento” e “refugiados”. Foram igualmente apresentadas respostas na opção “outros” que referem os temas “luta contra a homofobia” e “direitos LGBT+”. Registaram-se 10% de “não sei/não respondo”. Como diz Machado Pais (1990), a juventude é um “problema social” (p. 141) e os jovens são afetados pelos problemas que mais lhe dizem respeito e que condicionam os seus comportamentos sociais. Por isso, devemos entender que, para a população do nosso estudo, as suas maiores preocupações, atuais, estão relacionadas com direitos humanos, igualdade de género, racismo, temas geradores de desigualdades sociais. Perante estes resultados, não podemos deixar de referir a importância dos jovens na implementação da Agenda 2030. Como referido no capítulo 1 do nosso trabalho, a Agenda 2030 defende o reforço da defesa e da proteção dos direitos humanos de todos os cidadãos, da dignidade e do valor da pessoa humana, pelo que os jovens, conscientes da pertinência destes temas, não podem ser deixados de fora da elaboração de políticas públicas. Os decisores políticos devem, conforme recomendado em vários documentos legais como “Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude”, de 1998, ou na “Carta Europeia da Juventude e Democracia”, de 2022, garantir que os jovens sejam ouvidos nos processos de criação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Como também referimos no enquadramento teórico do nosso trabalho, é fundamental que as necessidades específicas dos jovens se encontrem refletidas em todas as áreas da sociedade e, particularmente, nas políticas de juventude. Recuperando o que dizem Novaes e Vital, citadas por Perondi (2021, p. 239) “compreender a juventude de hoje é compreender o mundo de hoje”, e, por isso, os resultados apresentados no gráfico 6 mostram as atuais preocupações dos jovens torrejanos, merecendo, por parte dos responsáveis políticos, uma atitude reflexiva.

De seguida, questionámos sobre as formas de participação em que os inquiridos já haviam estado envolvidos. As respostas, plasmadas no gráfico 7, revelam-nos alguma

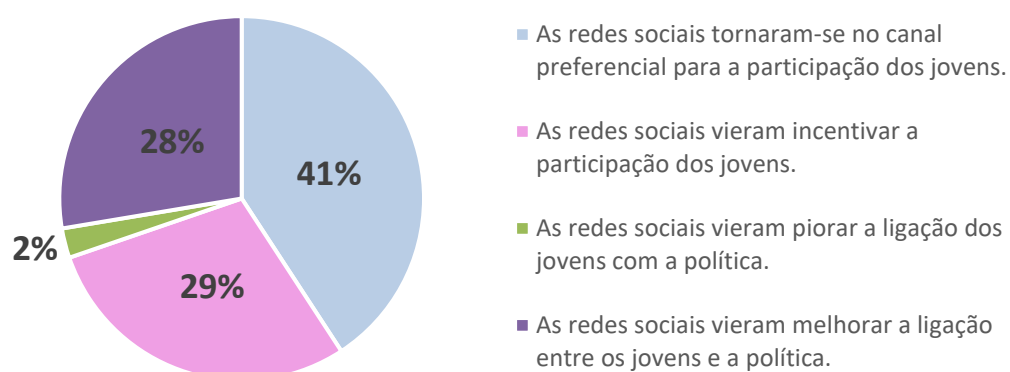
diversidade nos hábitos de participação dos jovens torrejanos, sem que nenhuma das opções se destaque em primazia. Assim, o valor percentual mais alto é de 36,8% para opção “votar”, o que vai ao encontro dos dados apresentados no gráfico 6, sobre o envolvimento em atividades, em que “votar nas últimas eleições” e “votar nas eleições para a AE” apresentavam valores de 36,2% e 46,1%, respetivamente. A segunda forma de participação mais identificada é “assinar uma petição”, com 35,5%, seguido de “comentar nas redes sociais”, que regista 30,9%. Nesta pergunta regista-se a percentagem de 10% de respostas “não sei/não respondo”.

Gráfico 7 - Formas de participação



Considerando a atual importância das redes sociais na disseminação de informações e a influência que têm na vida dos jovens, questionamos sobre a perceção do papel das redes sociais na participação política e cidadã dos jovens. Tratava-se de uma questão de escolha múltipla, onde lhes eram dadas quatro opções de resposta.

Gráfico 8 - Papel das redes sociais na participação dos jovens

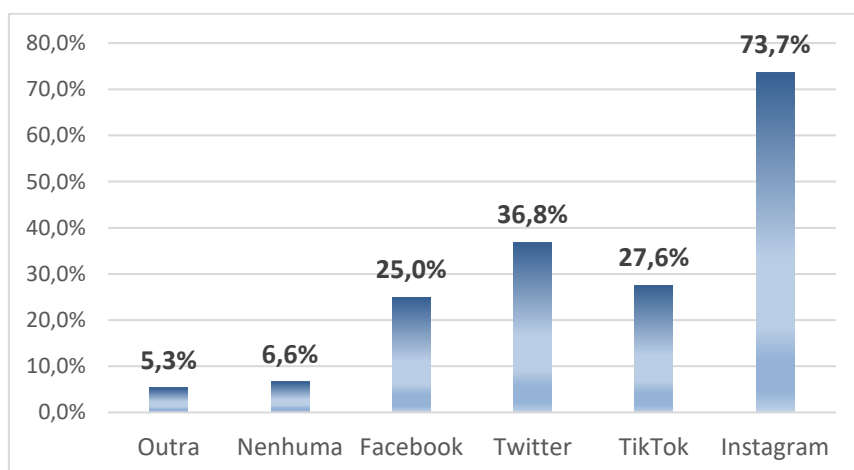


Os resultados apresentados no gráfico 8 parecem demonstrar que os jovens consideram que as redes sociais vieram contribuir para uma maior participação dos mais novos, uma vez que a opção “as redes sociais vieram piorar a ligação dos jovens com a política” apresenta uma percentagem residual de 2%. As restantes opções, por sua vez, registam percentagens equiparadas, sendo que a mais votada, com 41% das respostas foi “as redes sociais tornaram-se no canal preferencial para a participação dos jovens”. Esta percentagem mostra a importância do papel das redes sociais na vida dos jovens e reforça a necessidade de um investimento cada vez maior nestas ferramentas para estabelecer o diálogo com os mais jovens.

De seguida, quisemos saber quais as mais utilizadas pelos jovens de Torres Novas.

Os resultados, expressos no gráfico 9, mostram-nos que a rede social privilegiada pelos jovens torrejanos é o Instagram, com 73,7%, o que vai ao encontro de uma das medidas apresentadas pelos jovens no âmbito do projeto “conselheiros da cidadania”, referido no capítulo anterior. De seguida, os jovens distinguem o Twitter, com 36,8%, e o TikTok e o Facebook, com 27,6% e 25%, respetivamente. Dez inquiridos, correspondente a 6,6%, referem não utilizar redes sociais.

Gráfico 9 - Redes sociais mais utilizadas pelos jovens

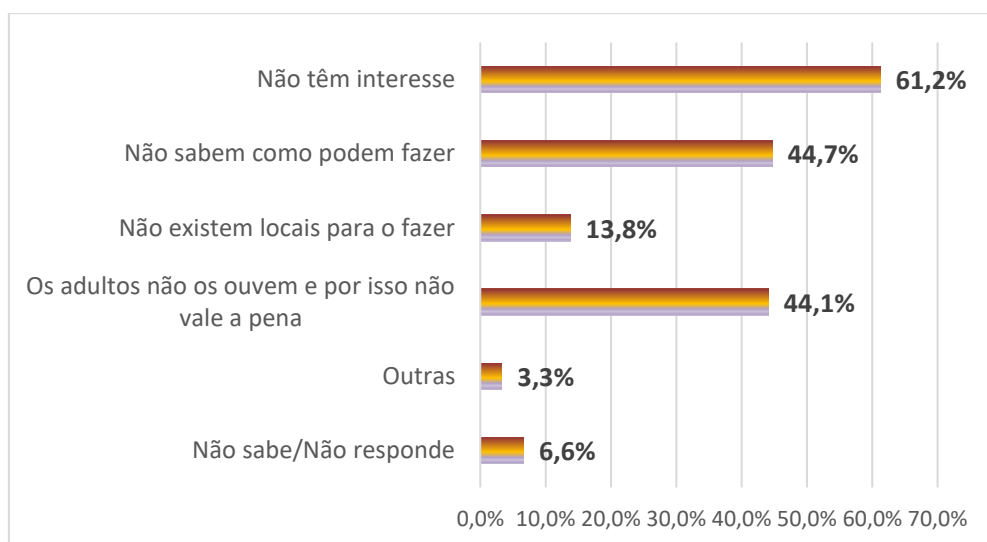


Os resultados apresentados nos gráficos 7, 8 e 9 vêm reforçar a atual importância das redes sociais na vida dos jovens e a relevância do seu papel em termos de participação social e política. Esta visão positiva dos jovens em relação à participação através das redes sociais, não convencional, é também uma das conclusões do estudo “A

participação política da Juventude em Portugal”, da Fundação Calouste Gulbenkian, referindo que a participação online é “o domínio em que os jovens têm um protagonismo especialmente destacado e distintivo no que toca à participação política” (Costa et al, 2022, p. 3).

A última pergunta do bloco 2 questiona sobre os motivos que levam os jovens a não participar de forma mais ativa na vida social e política. Os resultados obtidos, apresentados no gráfico 10, mostram que, na opinião dos inquiridos, o motivo mais presente é a falta de interesse dos próprios, com 61,2% dos inquiridos a escolherem esta opção. Ainda assim, os resultados também apresentam percentagens expressivas para as opções “não sabem como o fazer” (44,7%) e “sentem que os adultos não os ouvem e por isso não vale a pena participar” (44,1%). A inexistência de locais ou mecanismos onde os jovens possam participar e expressar as suas opiniões também são referidos, com uma incidência de resposta de 13,8%. Estes três últimos resultados parecem demonstrar alguma vontade de participação por parte dos jovens, desde que lhes sejam dadas condições para efetivar a sua participação.

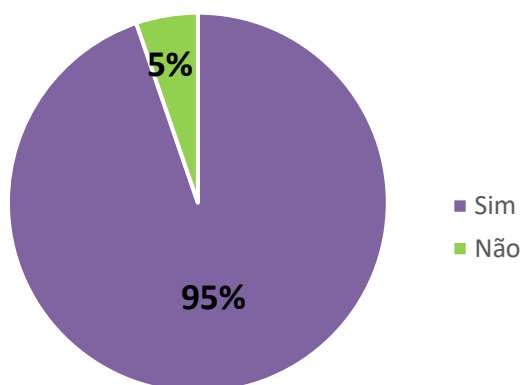
Gráfico 10 - Razões dos jovens não participarem mais ativamente na vida social e política



O terceiro bloco de perguntas é mais direcionado para as políticas municipais para a juventude, em Torres Novas, e pretende conhecer a perceção dos jovens sobre as mesmas e qual sentem ser o seu papel na sua definição, implementação e participação.

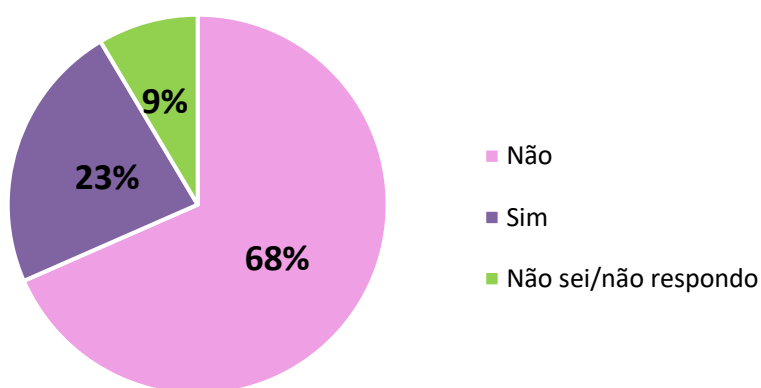
Em primeiro lugar, quisemos saber a opinião dos jovens sobre o concelho de Torres Novas, questionando se este era um bom concelho para se viver. Os resultados indicam, de forma inequívoca, uma opinião bastante favorável sobre o concelho, com 95% dos jovens a responder que “sim”, face a 5% que respondem negativamente (gráfico 11).

Gráfico 11 - Opinião sobre Torres Novas ser um bom concelho para se viver



Numa outra questão, foi perguntado se os jovens achavam que podiam dizer sempre o que pensam em todos os locais, sendo que a maioria, com 68%, afirmou não o poder fazer, face aos 23% que responderam positivamente. Registou-se, ainda, 9% que responderam não saber ou preferiram não responder (gráfico 12).

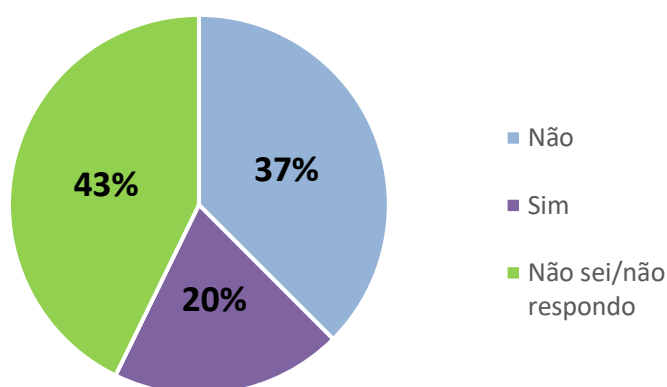
Gráfico 12 - Perceção dos jovens sobre poderem dizer o que pensam em todos os lugares



Relativamente às políticas municipais para a juventude, em Torres Novas, foram colocadas diversas questões, na perspetiva de perceber qual o grau de reconhecimento dos jovens face às mesmas. Assim, questionámos se os jovens consideravam que as suas opiniões eram tidas em conta pelos políticos locais, tendo-se registado uma forte adesão

ao “não sei/não respondo”, com 43% do número de respostas (gráfico 13). Este valor parece estar em linha com os dados obtidos na questão, apresentada anteriormente, sobre os motivos que levam a que os jovens não participem mais, tendo um elevado número de jovens referido que não sabe como o pode fazer. Desta forma, não sabendo onde e como o podem fazer, não têm a experiência efetiva de contacto com os políticos locais, não podendo avaliar se a sua opinião é considerada ou não.

Gráfico 13 - Valorização da opinião dos jovens pelos políticos locais



Esta questão vai relacionar-se, igualmente, com três outras perguntas do questionário, respeitantes à apresentação de ideias a políticos e à auscultação e participação dos jovens na definição das políticas municipais para a juventude. Assim, à questão “já alguma vez apresentaste as tuas opiniões a um político?” (gráfico 14), 86% dos inquiridos responderam “não”, o que mostra algum afastamento dos jovens das instituições. Por outro lado, no gráfico 15, que apresenta as respostas à pergunta “consideras que em Torres Novas a voz dos mais jovens é tida em conta na definição das políticas municipais?”, voltamos a ter uma elevada percentagem de indecisos, com 42% dos inquiridos a responder “não sei/não respondo”. As restantes respostas dão-nos um total de 37% para o “não”, sendo que apenas 21% dos participantes respondem que consideram que a opinião dos jovens é observada no momento da definição das políticas municipais para a juventude.

Gráfico 14 - Percentagem dos inquiridos que já apresentaram a sua opinião a políticos

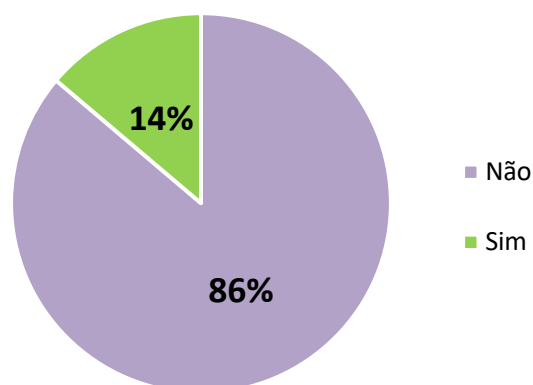
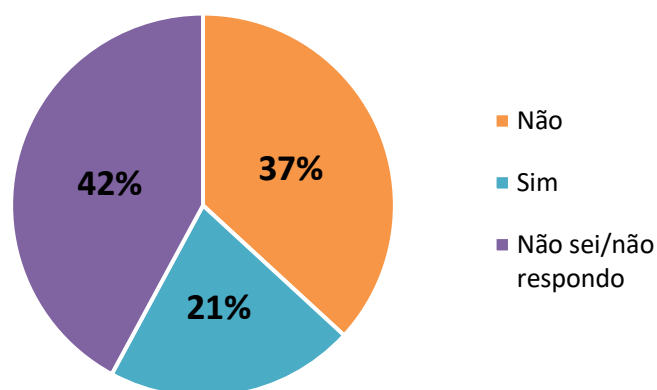


Gráfico 15 - Percentagem de inquiridos que considera que os jovens são envolvidos na definição das políticas municipais em Torres Novas

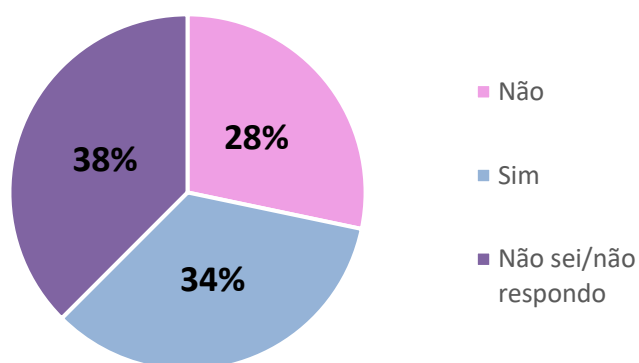


Uma análise conjunta destas questões leva-nos a concluir que os jovens inquiridos não se sentem ouvidos pelos políticos locais, nem envolvidos nos processos de definição das políticas municipais. A desvalorização da voz dos jovens pelos políticos é uma opinião muitas vezes apontada nos estudos que têm sido feitos, em Portugal, nos últimos anos, sobre a juventude. No relatório “A participação política dos jovens vista por dentro” (2022), os autores mencionam que, do universo total dos inquiridos nesse estudo, “Toda/os a/os participantes afirmaram que sentem não serem levados a sério por ‘adultos’ ou pela ‘sociedade’, em geral, ou seja, fora dos coletivos/movimentos a que pertencem, por diversos fatores” (Silva et al, 2022, p. 31). De salientar que numa outra questão (gráfico 10), os respondentes já tinham manifestado que sentiam que a sua opinião era desvalorizada pelos adultos, com cerca de 44% dos inquiridos a dizer que os jovens não participavam mais ativamente na vida social e política porque os adultos não

os ouviam, por um lado, e porque não sabiam como o podiam fazer, por outro, o que vem mostrar a urgência em criar mecanismos formais de participação dos jovens.

Ainda sobre as percepções face às políticas municipais, questionámos se acham que em Torres Novas existem políticas direcionadas para a juventude (gráfico 16). As respostas dos inquiridos dividem-se, equitativamente, pelas três opções, garantindo o “não sei/não respondo” um maior número de respostas, com incidência de 38%. Mais uma vez o desconhecimento ou ausência de certezas prevalece face ao binómio Sim/Não, que neste caso apresenta a percentagem de 34% para a resposta positiva e 28% para a negativa. Esta elevada percentagem de indecisos não nos permite avaliar se os jovens de Torres Novas reconhecem a existência de políticas de juventude no concelho.

Gráfico 16 - Existência de políticas direcionadas para a juventude, em Torres Novas



Na mesma lógica de perceber o grau de reconhecimento dos jovens face às políticas municipais, questionou-se sobre o Conselho Municipal de Juventude, um órgão consultivo que, como já foi referido, tem como finalidade, entre outras, contribuir para a definição e execução das políticas municipais de juventude. Quanto ao reconhecimento do CMJ, de Torres Novas, os dados dizem-nos que 78% dos inquiridos desconhecem a sua existência, contra os 22% que referem já ter ouvido falar no CMJ (gráfico 17). No entanto, apenas 21% diz saber o que é e o que faz o Conselho Municipal. Os restantes 79%, embora já tenham ouvido falar no órgão, não sabem qual o seu papel (gráfico 18). Aos que disseram saber o que faz o CMJ, foi pedido para assinalar, entre cinco opções, as que consideram ser desempenhadas pelo CMJ. Os resultados apresentados no gráfico 19 mostram que o maior número de respostas recai no debate

sobre temas fundamentais da vida dos jovens, seguido das opções “colabora na definição e execução das políticas municipais de juventude” e “apoia as associações juvenis”. Estes resultados mostram que estes jovens reconhecem o papel do CMJ e as suas principais finalidades.

Gráfico 17 - Conhecimento do Conselho Municipal de Juventude

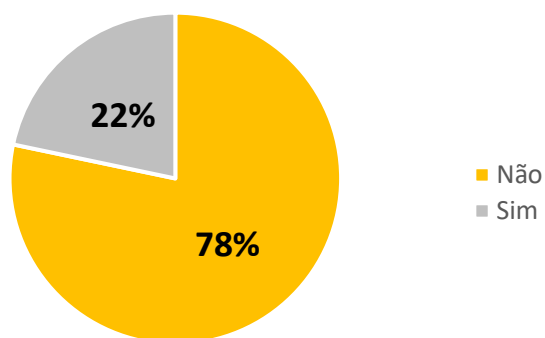


Gráfico 18 - Conhecimento do papel do Conselho Municipal de Juventude

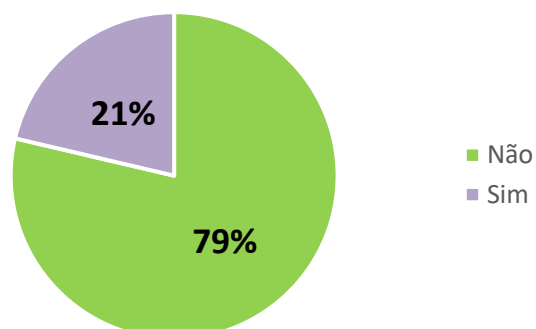
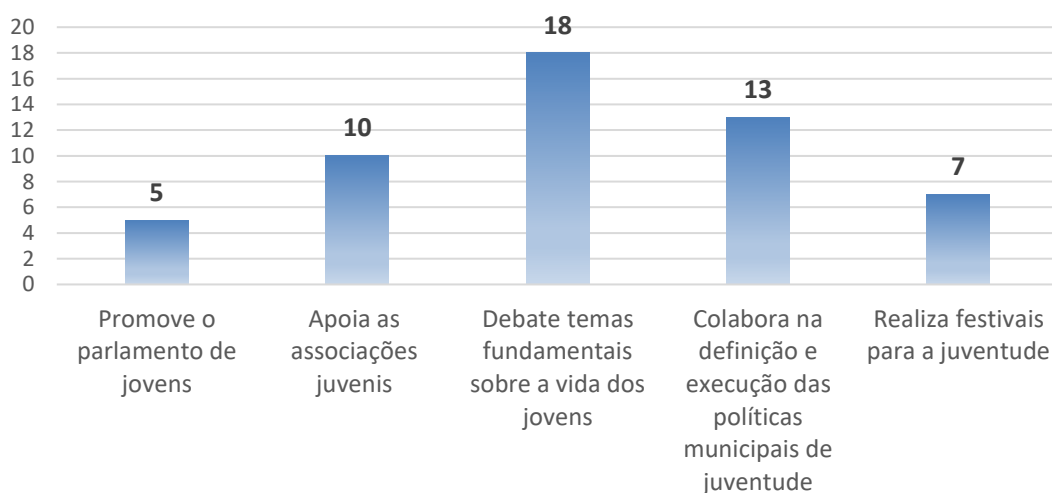


Gráfico 19 - Conhecimento dos Fins do Conselho Municipal de Juventude

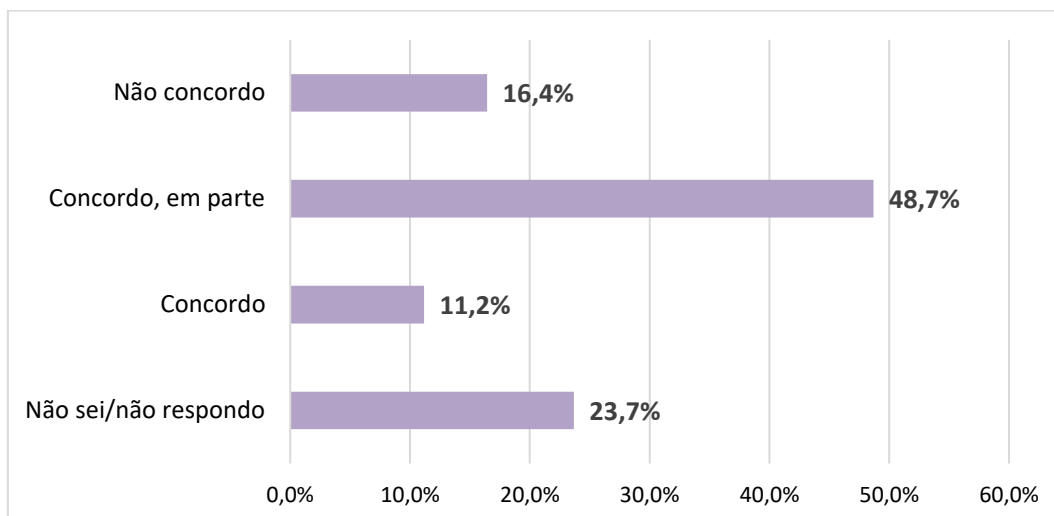


A questão do conhecimento sobre o Conselho Municipal de Juventude deve ser analisada em conjunto com as informações recolhidas nas entrevistas realizadas com os responsáveis políticos. Relembramos que o órgão foi referido, por ambos, como um mecanismo de auscultação das necessidades dos jovens. No entanto, eles mostram desconhecer a existência do CMJ, e dos que já ouviram falar, 79% não sabem o que se lá faz. Recuperando a revisão de literatura, os vários estudos, assim como os documentos normativos e legislação (como o 6.º compromisso da Declaração Lisboa +21, de 2019) reforçam, sistematicamente, a necessidade de ouvir os jovens e de envolvê-los ativamente em todos os processos inerentes às decisões políticas e sociais dos assuntos que lhes digam diretamente respeito. O cruzamento dos dados leva-nos a inferir que a divulgação, e mesmo a comunicação das decisões do CMJ de Torres Novas, não está a ter a eficácia desejada, afetando negativamente os dois lados: por um lado os jovens não têm conhecimento dos assuntos tratados em sede de CMJ, nem o que fazer para que as suas opiniões sejam consideradas; por outro, os decisores políticos não têm conhecimento das necessidades e ensejos da maioria dos jovens do concelho.

Na última parte deste bloco, quisemos saber a opinião dos jovens sobre as políticas de juventude em Torres Novas e sobre o que eles consideram importante fazer para motivar os jovens a participar mais.

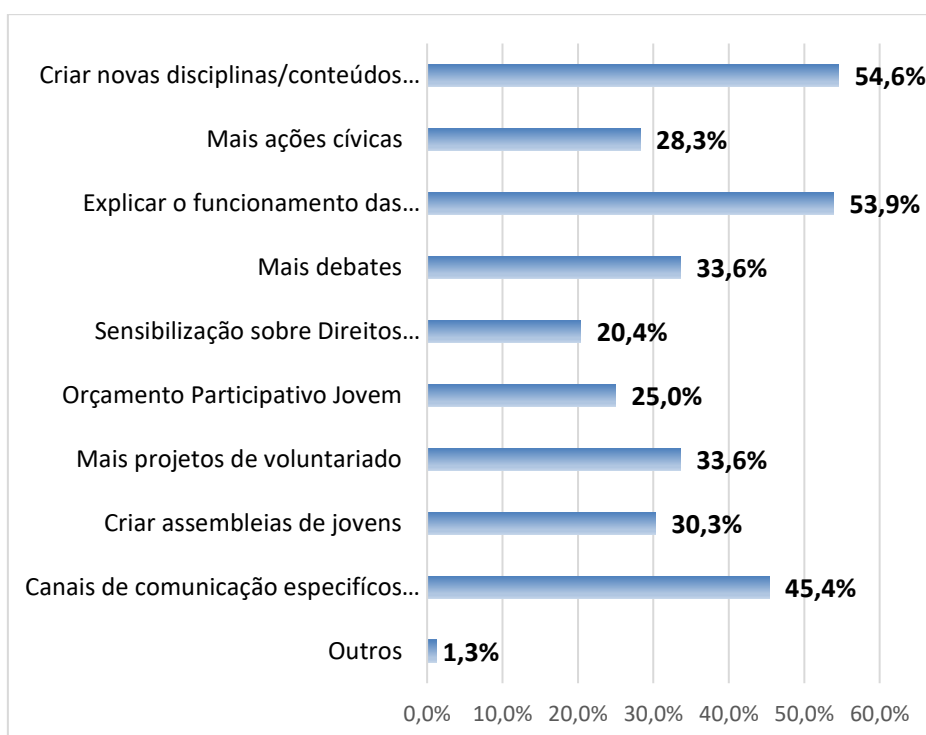
Assim, questionou-se se concordam com a frase: “Em Torres Novas, as políticas de juventude e as atividades dinamizadas para os jovens vão ao encontro dos interesses e das preocupações dos jovens”. Embora a resposta “concordo, em parte” seja a que registou uma percentagem mais elevada, com 48,7%, volta-se a verificar forte incidência no número de respostas “não sei/não respondo”, com 23,7% (gráfico 20). Ainda sobre os resultados a esta questão, de destacar os 16,4% dos inquiridos que afirmam não concordar com a frase, o que revela a sua insatisfação face aos processos de definição das políticas municipais de juventude.

Gráfico 20 - Nível de concordância com a afirmação: “Em Torres Novas, as políticas de juventude e as atividades dinamizadas para os jovens vão ao encontro dos interesses e das preocupações dos jovens”



Por fim, quisemos saber o que os jovens acham que pode ser feito para melhorar os níveis de participação juvenil em Torres Novas, perguntando: “se fosses tu a mandar, o que farias para motivar e aumentar a participação dos jovens?”. Foi-lhes solicitado que indicassem apenas 3 opções de 9 alíneas possíveis, mas muitos inquiridos assinalaram mais do que 3 opções, apresentando-se no gráfico 21 a totalidade de respostas.

Gráfico 21 - Ações que podem motivar e aumentar a participação dos jovens



Da análise do gráfico 21, percebe-se que 54,6% dos jovens destacam o papel preponderante da escola na formação cidadã, considerando que devem ser criadas disciplinas novas e conteúdos escolares, que abordem de forma mais significativa a cidadania ativa. Por outro lado, mostram preocupação em perceber o funcionamento das instituições, propondo que as mesmas sejam apresentadas através de uma linguagem acessível aos jovens, mais clara e informal (53,9%). A comunicação digital é um outro tema que os jovens consideram importante, sendo que 45,4% dos inquiridos sugere a criação de canais de comunicação digitais, especificamente dirigidos para os jovens. Este tópico cruza com a importância dada pelos jovens às redes sociais, apresentada acima. Realizar mais debates e promover ações de voluntariado são, também, atividades privilegiadas pelos jovens inquiridos, com o resultado de 33,6%. Logo a seguir, com 30,3%, os inquiridos propõem a criação de assembleias de jovens, a realização de mais ações cívicas, com 28,3%, a implementação do Orçamento Participativo Jovem (25%) e ações de sensibilização sobre Direitos Humanos (20,4%).

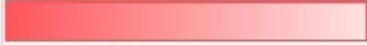

Os vários estudos que abordámos no nosso trabalho, como o da Fundação Calouste Gulbenkian, revelam que em diversos momentos da sua vida, os jovens não possuem níveis de literacia política altos, o que, por sua vez, limita a tomada de posição consciente e o posicionamento crítico em relação às questões políticas. Os jovens de Torres Novas parecem saber que apesar de, atualmente, existir acesso fácil a todo o tipo de informações, a escola mantém um evidente protagonismo sobre a conquista do conhecimento e, por isso, atribuem-lhe a maior importância nas suas respostas. É na escola que eles passam a maior parte do seu tempo e, para além dos conteúdos escolares, é um espaço comunitário, onde se desenvolvem inúmeros atos relacionais e onde se partilham, por vezes, algumas primeiras experiências, nomeadamente ao nível da participação, como é o caso das associações de estudantes, parlamentos de jovens ou programas de orçamentos participativos. Santos, Dias e Mah (2016) referem que os jovens “têm o direito e a responsabilidade de apoiar a diagnosticar e resolver um problema que os/as afeta diretamente” (2016, p. 7), mas para que consigam ascender a este nível de consciencialização têm de possuir competências específicas, que são desenvolvidas através da educação para a cidadania global. Não obstante a aquisição destas competências poder acontecer nos mais variados contextos, a escola terá aqui

um papel de crucial importância, cabendo-lhe a responsabilidade na educação e na partilha de boas práticas.

O último bloco do questionário apresenta três perguntas que pretendem saber se os jovens de Torres Novas conhecem a Agenda 2030 e os seus ODS, a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e o conceito de cidadania global. O objetivo é conhecer o nível de identificação dos jovens torrejanos com estes conceitos, que colocam em destaque as prioridades do desenvolvimento sustentável, à escala global, e a necessidade de serem trabalhados em conjunto, por todos.

Os resultados obtidos, e apresentados na tabela 4, indicam-nos, assim, que a maior identificação dos jovens de Torres Novas é com o conceito de cidadania global, com 59% a afirmar conhecê-lo, contra 41% que revelam não conhecer. Esta pergunta não nos permite aferir qual o significado que este conceito tem, eventualmente, para os inquiridos e se ele é bem entendido na perspetiva do global. Tendo em conta o resultado obtido nas outras questões do bloco, com percentagem menos valorativa para a resposta “sim”, receia-se que possa ter havido alguma confusão entre o conceito de “cidadania global” e o conceito de “cidadania”, no momento da resposta. Quanto à pergunta sobre a Agenda 2030 e os ODS, 43% afirmam conhecê-los, face a 57% que registam a resposta negativa. Finalmente, na questão sobre a ENED, os resultados são inequívocos: 84% referem não conhecer o documento, contra apenas 16% que indicam já ter ouvido falar nesta estratégia.

Tabela 4 - Conhecimento relativo aos ODS, à ENED e ao conceito de Cidadania Global

ODS	Sim		43%
	Não		57%
ENED	Sim		16%
	Não		84%
Cidadania Global	Não		41%
	Sim		59%

Fonte: elaboração própria

Os dados obtidos nestas questões levam-nos a concluir que a maioria dos jovens inquiridos não tem conhecimento destes conceitos e documentos. No caso da Agenda

2030 e dos 17 ODS, considerando que os mesmos estão em vigor há cerca de oito anos, e que, neste momento, estamos em metade da sua vigência, o facto não deixa de ser preocupante, até porque os jovens podem (e devem) ser agentes de mobilização junto dos decisores políticos. Se os jovens conhecerem a Agenda 2030 e trabalharem o conceito de cidadania global, conseguirão influenciar os decisores políticos. Para isso, é preciso, essencialmente, recorrer ao diálogo aberto e criar espaços de discussão, onde eles possam expressar livremente as suas opiniões e em que a “conversa” não decorra de forma unilateral ou previamente formatada, na intenção de se chegar a um determinado resultado ou à justificação da decisão já tomada, sendo, por isso, “fundamental que os jovens europeus desenvolvam competências e conhecimento essenciais para que possam contribuir mais e melhor para o futuro da Europa e do Mundo” (Santos, Dias e Mah, 2016, p. 8). Também a Estratégia da União Europeia para a Juventude aclama a centralidade desta participação ativa dos jovens, não apenas como sujeitos, mas como agentes transformadores da ação.

Em resumo, os resultados dizem-nos que os jovens inquiridos, embora considerem não ter participação social e política muito ativa e reconheçam que, no geral, atualmente os jovens têm níveis de participação relativamente baixos, são pessoas que mantêm envolvimento em diversos tipos de atividades da comunidade onde estão inseridos e que participam significativamente através das redes sociais, como comentar ou partilhar conteúdos nas suas redes ou assinar petições. Isto, a nosso ver, é indicador do desconhecimento, generalizado, de que a participação política não se resume ao voto ou a pertencer a um partido político. As formas de participação não convencional são atos políticos, que contribuem para a vida social e política, que influenciam as tomadas de decisão e obrigam à reflexão no momento de definição das políticas públicas, devendo ser, por isso, cada vez mais consideradas na agenda política.

Os responsáveis políticos deverão ter em atenção os temas que mais motivam os jovens. No caso dos inquiridos, os mais escolhidos foram a Igualdade de Género e os Direitos Humanos. No entanto, geralmente, os temas que mais preocupam os jovens não são os mesmos que preocupam a restante população e, por isso, não estão refletidos nas agendas políticas, muito centradas nas questões económicas, por exemplo. Isto provoca o afastamento dos jovens da política, porque não se sentem revistos nos programas

eleitorais, nas políticas existentes, e têm menos vontade para participar. A mobilização ou agregação de jovens para uma participação ativa tem de ser feita numa base de proximidade e de diálogo aberto e os jovens não podem ser só sujeitos da ação, mas agentes ativos.

No caso do nosso estudo, cerca de 61% dos inquiridos refere que os jovens não participam mais porque não têm interesse, seguido das opções, com valores aproximados de 44%, de não saber como o podem fazer e de que os adultos não os ouvem, por isso não vale a pena participar (cf. Gráfico 10).

Estes dados levam-nos a uma outra questão, relacionada com os mecanismos de auscultação e participação dos jovens. Em Torres Novas, percebemos que existem muito poucos mecanismos formais de auscultação de jovens, e mesmo os que existem como o Conselho Municipal de Juventude, não é conhecido por quase 80% dos inquiridos. Este valor é consentâneo com o facto de os jovens acharem que não são ouvidos no momento de definição das políticas municipais, nem que a sua opinião é considerada pelos políticos locais. Na nossa opinião, a falta de estratégia de ação exclusiva para a juventude observada no nosso estudo, nomeadamente a inexistência de um plano municipal de juventude, que agregue políticas e crie mecanismos de participação claros e eficazes, faz com que as políticas e/ou atividades dinamizadas apresentem um carácter avulso, não refletindo os interesses dos jovens, nem os mobilizando para uma participação mais ativa. O envolvimento dos jovens ao longo do processo de tomada de decisão é um aspeto considerado e valorizado nos diversos documentos orientadores para as políticas de juventude, como é o caso da Estratégia da União Europeia para a Juventude e o Plano Nacional de Juventude, porque só desta forma será possível conhecer as necessidades específicas dos jovens e conceber medidas que vão realmente de encontro aos seus interesses.

Parece-nos importante, ainda, referir a importância da cooperação e trabalho conjunto entre as instituições, nomeadamente as de âmbito local. As políticas de juventude têm de refletir as necessidades e interesses dos jovens nas diversas áreas da sociedade, como educação, emprego, saúde, habitação, desigualdades sociais, entre outras. Quando analisamos a resposta à questão “Se fosses tu a mandar, o que farias para

motivar e aumentar a participação dos jovens”, os respondentes focam a importância de utilizar linguagem clara e informal para explicar as instituições e de criar disciplinas e conteúdos escolares que versem a temática da participação dos jovens. Assim, na nossa opinião, as diversas instituições, como município, estabelecimentos de ensino, associações e, ainda, a sociedade civil, devem reforçar a aposta num trabalho conjunto, alavancado em políticas e medidas concretas para a juventude, e consubstanciado num plano estratégico para a juventude, de âmbito concelhio, mas que considerasse as perspetivas do desenvolvimento local, comunitário e global, focando o propósito e as metas definidas na Agenda 2030 e nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por último, referimo-nos à elevada incidência de resposta de “não sei/não respondo” ao longo de todo o questionário. A regularidade de escolha desta opção nas diversas questões parece reforçar a necessidade de melhorar a comunicação entre as instituições e os jovens, tal como havia sido indicado pela entrevistada A, na sua entrevista, como sendo um dos maiores desafios da autarquia, no futuro.

CONCLUSÕES

No decorrer deste trabalho, explorámos de forma abrangente a participação política e cidadã dos jovens do concelho de Torres Novas, enunciando as suas perceções quanto ao envolvimento social dos jovens e à importância da sua participação nas políticas públicas municipais. A análise dos dados obtidos de forma qualitativa e quantitativa destacou não apenas a importância crucial da inclusão deste grupo social nos processos de definição das políticas municipais, da sua influência para as mesmas e das motivações subjacentes à sua vontade de participar, como a necessidade contínua de adaptar as estruturas para os ouvir e envolver nos processos. Ao longo da nossa investigação, foi-se tornando evidente que a participação política e cidadã dos jovens não molda apenas o presente, mas perspetiva o caminho para um futuro mais informado, participativo e democrático.

Antes de apresentarmos a nossa proposta de resposta para a pergunta de partida, vamos debruçar-nos sobre os quatro objetivos específicos.

Relativamente ao primeiro objetivo específico “Identificar os movimentos/associações juvenis que existem no concelho” concluímos que embora existam muitas associações no concelho de Torres Novas que trabalham com e para os jovens, apenas três estão registadas como associação juvenil, no Registo Nacional de Associações Juvenis, da FNAJ. O principal motivo para este número reduzido estará relacionado com os critérios de admissão, definidos legalmente, que obrigam os corpos sociais a ter o mínimo de 80% dos seus elementos com idade igual ou inferior a 30 anos. Ainda assim, em Torres Novas existem algumas associações, que embora não inscritas no RNAJ, desenvolvem atividades com um envolvimento dinâmico e recorrente por parte dos jovens.

Quanto ao nosso 2.º objetivo específico, que foi “Analisar as diferentes formas de participação dos jovens torrejanos”, concluímos que em Torres Novas são dinamizadas algumas atividades municipais que contemplam a participação dos jovens, mas consubstanciam-se numa lógica de maior passividade por parte dos jovens, ou seja, são chamados a participar nas atividades, mas não são envolvidos na sua definição e no

desenvolvimento das suas linhas orientadoras. Como exemplo, refira-se projetos europeus ou o programa Cidades Amigas das Crianças.

O terceiro objetivo pretendia perceber o que motiva os jovens do concelho para a participação. Aqui, concluímos que as suas maiores motivações estão relacionadas com os seus próprios interesses e com um modo de vida geracional, muito associado à participação através das redes sociais, uma vez que as suas principais formas de envolvimento são o voluntariado, votar nas eleições para a associação de estudantes e pertencer a associações, que podem ser de cariz desportivo, cultural ou outro, e que as formas privilegiadas de participação são, para além do voto, assinar petições, comentar e partilhar conteúdos nas redes sociais. Aliás, 98% dos jovens defendem uma projeção positiva das redes sociais sobre a participação dos jovens. Quanto a temáticas, os jovens torresjanos mostram-se preocupados com temas sociais atuais, como a igualdade de género, os Direitos Humanos, o racismo e o feminismo e acham que estas são as temáticas que mais motivam os jovens para a participação. Outro dos pontos motivadores para aumentar, na perspetiva dos jovens, a sua participação seria apostar na criação de novas disciplinas escolares sobre estes temas e que as instituições conseguissem comunicar com os jovens de uma forma informal e clara, descomplicando o seu funcionamento. Quando questionados sobre o que leva os jovens a não participarem mais, o principal motivo apresentado é falta de interesse, seguido pelo facto de desconhecerem como podem intervir mais ativamente e de que não vale a pena participar, porque a sua voz não vai ser tida em conta pelos adultos.

O último objetivo específico estava relacionado com a perceção dos jovens sobre as políticas municipais para a juventude. Concluímos que os jovens consideram Torres Novas como um bom concelho para viver, mas a maior parte manifesta não existir ou não saber se existem políticas direcionadas para a juventude, no concelho. Além disso, revelam, na mesma linha, desconhecimento sobre a existência do Conselho Municipal de Juventude e sobre a sua área de ação. Quanto ao seu envolvimento na definição das políticas municipais, não se sentem envolvidos, nem que a sua opinião é considerada pelos políticos locais, sendo que apenas uma franja de 14% diz já ter apresentado alguma vez as suas opiniões a um político. Concluímos, assim, que a perceção dos jovens

está baseada no desconhecimento das estruturas políticas municipais e na ausência de envolvimento eficaz dos jovens por parte das mesmas.

Retomando a nossa pergunta de partida, que era “Qual a perceção dos jovens de Torres Novas relativamente à importância da sua participação nas políticas públicas?”, concluímos que os jovens do concelho de Torres Novas têm a perceção de que a sua participação não se revela muito importante no âmbito da definição e implementação das políticas públicas, nomeadamente nas políticas municipais. A ideia mais generalizada é de que não são ouvidos, que não têm locais onde possam intervir e envolver-se de forma ativa nos processos decisórios e de que as suas opiniões não são tidas em consideração.

Deste estudo, apresentamos como desafios para o futuro, para o concelho de Torres Novas:

- A importância de apostar na literacia política e de perceber que a participação política contempla outras formas de participação além da mais convencional, que é o voto.
- Para conseguir envolver os jovens é preciso recorrer ao diálogo aberto, criar espaços de discussão, locais onde eles possam expressar livremente as suas opiniões e onde a conversa não decorra de forma unilateral, propondo-se a elaboração de um plano municipal de juventude, com linhas estratégicas de ação e criação de mecanismos formais de participação, como assembleias de jovens ou orçamentos participativos.
- Melhorar os canais de comunicação institucionais com os jovens, para divulgação de atividades ou atos participatórios, adaptando-os à sua realidade. Para isso, mais uma vez, deve-se apostar numa participação ativa dos jovens nestes processos, para que se sintam comprometidos e envolvidos.

LIMITAÇÕES AO ESTUDO E ESTUDOS FUTUROS

Não obstante as conclusões retiradas, vamos referir as limitações e dificuldades encontradas ao longo do nosso estudo, nomeadamente no que se refere à divulgação e disseminação do questionário que elaborámos para ser aplicado junto dos jovens.

Primeiramente, tendo em conta a faixa etária dos potenciais participantes, a nossa opção, era contactar os dois agrupamentos de escolas da rede pública concelhia e a Escola Profissional de Torres Novas, solicitando a colaboração na disseminação do questionário junto dos alunos, em contexto escolar. No entanto, atualmente, todos os questionários aplicados neste âmbito têm de ser submetidos a aprovação na plataforma *mime* (Monitorização de inquéritos em meio escolar), processo que não se verificou célere o suficiente, tendo em conta a calendarização definida para a nossa investigação. Desta forma, tivemos de ponderar outras possibilidades de disseminação do questionário, contactando todas as associações culturais, desportivas, recreativas e outras, que trabalham diretamente com jovens, o que, de alguma forma, limitou o número de respostas ao questionário, por um lado e por outro, eventualmente, poderá ter enviesado os resultados obtidos, uma vez que muitos dos respondentes já têm, por si, uma participação mais ativa na comunidade decorrente da sua envolvência com as associações a que pertencem. Na nossa opinião, poderá ter ficado de fora um substancial número de respostas de jovens que não estão envolvidos diretamente em movimentos associativos e que poderiam ter opinião diferente, por conta da sua experiência individual. O facto de não termos conseguido uma maior transversalidade e aleatoriedade nos perfis dos participantes pode não pôr em causa a legitimidade do estudo, mas poderá não ser totalmente representativo da totalidade da população jovem, entre os 15 e os 24 anos, do concelho de Torres Novas.

Outra limitação identificada está relacionada com a necessidade de maior exploração em relação a algumas respostas do questionário. As elevadas percentagens de resposta “não sei/não respondo” em inúmeras questões encaminham-nos para a importância de uma análise mais profunda, através de técnicas de recolha de dados qualitativas, como entrevistas ou *focus groups*. Os prazos e a nossa disponibilidade pessoal não nos permitiram, neste trabalho, a realização destas técnicas, em tempo útil, mas temos consciência de que a análise qualitativa de algumas questões iria enriquecer o nosso estudo e dar mais pistas e conclusões sobre a participação dos jovens no concelho de Torres Novas.

Como estudos futuros, apontamos para esta análise mais fina da participação da juventude, relacionando variáveis que não foram consideradas analiticamente na

presente investigação, como a relação entre género, níveis habilitacionais dos progenitores e rendimento, ou mesmo posicionamento ideológico, num tipo de estudo de abordagem qualitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4.
<https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!, *Cadernos de Estudos Africanos*. 34, -1, 75-111.
<https://doi.org/10.4000/cea.2335>
- Andreotti, V. (2014). Educação para a Cidadania Global – Soft versus critical, *Sinergias – diálogos educativos para a transformação social*, nº 1, 57-66 <https://2013-2021sinergiased.org/index.php/revista/item/53-vanessa-andreotti-educacao-para-a-cidadania-global-soft-versus-critical>
- Cabugueira, A. C. C. M. (2002). Contributos reflexivos para o estudo das relações entre a educação e o desenvolvimento. *Gestão E Desenvolvimento*, (11), 193-229
<https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2002.92>
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação, Guia para a Auto-aprendizagem*. Lisboa. Universidade Aberta
- Carmo, H. (2001). *A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social*. Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) e ISCSP/UTL. In Actas da 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental, ISPA.
- Carneiro, I.F. (2007). *A Avaliação de Políticas Públicas no discurso político português (1926-2005)*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais]. Repositório da Universidade de Lisboa.
<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/282>

- Comité Português para a UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf
- Costa P. (2022). *Portugal em 2020*. Fundação Calouste Gulbenkian. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relato%CC%81rio-02-final_red.pdf
- Costa P. & Costa, E. (2022). *As juventudes partidárias e os movimentos associativos*. Fundação Calouste Gulbenkian. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relato%CC%81rio-03-final-1_red.pdf
- Costa, P., Magalhães, P., Costa, E., Menezes, I., Silva, P. & Ferreira, P. (2022) *Relatório síntese*. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-Sintese-PT-final.pdf>
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Observatório e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Creswell, John W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. - 3. ed. - Porto Alegre: Artmed https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/4226315/mod_resource/content/1/Creswell%20238-265.pdf
- Cruz, M. B. da (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, 21 (87-88-89), 1067-1088.
- Cruz, M. B. da (1990). A participação política da juventude em Portugal – As elites políticas juvenis. *Análise Social*, 25 (105-106).
- Direção-Geral da Educação (2023, março). *Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

- Ferreira, P. (2008). Associações e Democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, 109–130.
- Ferreira, P. M. (2020). *Rumo a 2030: os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Lisboa. Instituto Marquês de Valle Flor.
- Ferreira, V., Costa Lobo, M., Rowland, J., & Sanches, E. (2017). *Geração milénio? Um retrato social e político*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Fortin, M. (1996). *O Processo de Investigação. Da concepção à realização*. Loures. Lusociencia.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2022, dezembro). *Pordata. Censos de 2021*.
- Guerra, I. (2010). Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91. <https://doi.org/10.4000/rccs.4182>
- INE (2023, março). *Censos 2021. Resultados definitivos*.
- Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (2020). *Lisboa+21 – Políticas e Programas de Juventude numa Perspetiva Global*. Centro de Juventude de Lisboa do IPDJ. <https://ipdj.gov.pt/documents/20123/0/lisboamais21.pdf/b587b89b-2063-2078-53e7-440fcf50f3e3?t=1593715222903>
- Magalhães, P. (2022). *A Participação Política da Juventude em Portugal: Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019*. Fundação Calouste Gulbenkian. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relato%CC%81rio-01-final_red.pdf
- Maia, R. G. (2010). Juventude como valor: referencial e método para uma definição a partir do cotidiano. *Revista Brasileira De História & Amp; Ciências Sociais*, 2(4). <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10419>
- Município de Torres Novas (2023, março). *Juventude*.

- Município de Torres Novas (2023, março). *Associativismo*.
- Oliveira, V. M. & Navega, F. (Ed.). (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: Alguns contributos. *Análise social*, 1990, pp.139-165.
- Pappámikail, L. (n.d.). Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 20, 2017. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8809.pdf>
- Perondi, M. (2021). Juventudes e participação social: processos de socialização na contemporaneidade. *Revista Espaço Pedagógico*, 28(1). <https://doi.org/10.5335/rep.v28i1.11500>
- Pizarro, N. (2018). *Jovens na política – participar para a cidadania global*. [Policy paper]. https://aidglobal.org/site/uploads/paginas/documentos/89302D4C-FECD0_1.pdf
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. A próxima fronteira. O desenvolvimento humano e o Antropoceno (2020). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2020ptpdf.pdf>
- Sagnier, L. & Morell, A. (Coords). (2021). *Os jovens em Portugal, hoje. Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/os-jovens-em-portugal-hoje>

- Santos, E. L., Braga, V., Santos, R. S. & Braga, A. M. S. (2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento Regional em debate, Ano 2*, 44-61.
<https://ead.ipleiria.pt/2021-22/mod/folder/view.php?id=400372>
- Santos, I., Dias, S. P. & Mah, L. (2016). *Juventudes partidárias portuguesas : que visão sobre o desenvolvimento global?*. Instituto Superior de Economia e Gestão – CEsa / CSG - Documentos de Trabalho nº 144/ 2016.
<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11957>
- Silveira, P. (2022). *Governo de Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, M., Fernandes-Jesus, M., Loff, M., Nata, G. & Menezes, I. (2022) *A participação política de jovens vista por dentro: perspetivas de ativistas sobre as formas, as causas, os motivos e o futuro*. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-05-final.pdf>
- Souza, A., Silva, A. P., Oliveira, G. (2022). *Cidadania, Democracia e participação: práticas pedagógicas para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio*. Simplíssimo. Porto Alegre <https://biblioteca.wook.pt/reader/index.html>
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16.
<https://doi.org/10.1590/s1517-45222006000200003>
- Tavares, J. (2022). *Democracia, participação e pluralismo. Que futuros?*. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Gulbenkian-Brief-PT-final.pdf>
- Tocqueville, A. d. (2005). *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes.
- União Europeia (2023, janeiro). *Estratégia da EU para a Juventude*.
- UNICEF (2022, dezembro). *Programa Cidades Amigas das Crianças*.
- UNICEF (2022, dezembro). *Tenho Voto na Matéria*.
- Vieira, Maria Manuel; Ferreira, Vítor Sérgio (coords.). (2019). *Juventude(s) do local ao nacional– que Intervenção?*. Lisboa. Edições Afrontamento.

Legislação consultada

Assembleia da República (2005). *Constituição da República Portuguesa Sétima Revisão Constitucional* – 2005

Assembleia Geral das Nações Unidas (2015), *A/RES/70/1: Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, de 25 de setembro de 2015. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

Assembleia Geral das Nações Unidas (2007), *A/RES/62/126: Policies and programmes involving youth: youth in the global economy – promoting youth participation in social and economic development*, de 18 dezembro 2007. <https://digitallibrary.un.org/record/614249?ln=en>

Assembleia Geral das Nações Unidas (1995), *A/RES/50/81: World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond*, de 14 de dezembro de 1995. <https://digitallibrary.un.org/record/208774?ln=en>

Assembleia Geral das Nações Unidas (1978) *A/RES/33/7: International Youth Year*, de 3 de novembro de 1978. <https://digitallibrary.un.org/record/77070>

Assembleia Geral das Nações Unidas (1960) *A/RES/1572 (XV): Measures designed to promote among youth the ideals of peace, mutual respect and understanding between people*, de 18 de dezembro de 1960. [https://undocs.org/en/A/RES/1572\(XV\)](https://undocs.org/en/A/RES/1572(XV))

Assembleia Geral da ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (217 [III]A). Paris.

Carta Europeia da Juventude e Democracia (2022) <https://cor.europa.eu/en/our-work/Documents/Charter%20on%20Youth%20and%20Democracy/cor-2022-04574-02-01-psp-tra-pt.pdf>

Compromisso de Baku sobre Políticas de Juventude, de 2014.
<https://www.un.org/youthenvoy/wp-content/uploads/2014/10/Baku-commitment.pdf>

Conselho de Ministros de Portugal, *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018 -2022 (ENED 2018 -2022)*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018, DR 1.ª série, n.º 135, de 16 de julho de 2018.

Declaração Lisboa+21 sobre Políticas e Programas para a Juventude, de 2019
https://www.lisboa21.gov.pt/up/ficheiros-bin2_ficheiro_en_0051531001567615728-89.pdf

Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude, de 12 de agosto de 1998. https://digitallibrary.un.org/record/257878/files/WCMRY_1998_L1-EN.pdf

Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 (2018/C 456/01). Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218\(01\)&from=GA](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218(01)&from=GA)

Lei n.º 57/2019 da Assembleia da República (2019). Diário da República: I Série, n.º 150.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/57-2019-123770987>

Lei n.º 6/2012 da Assembleia da República (2012). Diário da República: I Série, n.º 30.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/6-2012-543065>

Lei n.º 8/2009 da Assembleia da República (2009). Diário da República: I Série, n.º 34.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/8-2009-602018>

Lei n.º 23/2006 da Assembleia da República (2006). Diário da República: I Série A, n.º 120/2006. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2006-359360>

Nações Unidas (2018) *Youth2030: Working with and for Young People – The United Nations Strategy on Youth*. <https://www.un.org/youthenvoy/youth-un/>

Regulamento 774/2016 do Município de Torres Novas (2016). Diário da República: II Série, n.º 147. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/774-2016-75078228>

II Plano Nacional para a Juventude, da Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022, de 13 de setembro

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário aplicado no Google forms

12/08/23, 19:14

A participação da juventude no concelho de Torres Novas

A participação da juventude no concelho de Torres Novas

No âmbito da realização do relatório de projeto, inserido no Mestrado em Ciências da Educação, Educação e Desenvolvimento Comunitário, do Instituto Politécnico de Leiria, pretendemos conhecer os hábitos de participação dos jovens torrejanos, as suas motivações e interesses e a visão que têm sobre as políticas municipais para a juventude.

Este questionário é completamente anónimo e confidencial e o tratamento dos dados obtidos garante esse mesmo anonimato, não se fazendo qualquer tipo de uso de dados que possam revelar a identidade dos participantes.

A participação no questionário é facultativa e o participante poderá desistir de participar no estudo. Se tiveres alguma dúvida, podes contactar para o endereço eletrónico indicado abaixo.

Desta forma, se tens entre os 15 e os 24 anos, pedimos-te que respondas a este questionário, anónimo e confidencial, que demora cerca de 15 minutos a preencher.

A responsável pela investigação

Luísa Graís Martins | email: luisagrais@gmail.com

** Indica uma pergunta obrigatória*

Declaração de consentimento informado

1. Declaro ter compreendido as informações que me foram fornecidas sobre os objetivos do estudo pelos responsáveis do projeto, bem como, a garantia da possibilidade de, em qualquer altura, recusar a participação sem qualquer consequência. Desta forma, dou o meu consentimento e aceito participar neste estudo, permitindo a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade que me são dadas pelos investigadores e colaboradores deste projeto. *

Marcar apenas uma oval.

Concordo

Não concordo

Caraterização

2. Qual a tua idade? *

3. Como te identificas? *

Marcar apenas uma oval.

- Mulher
- Homem
- Prefiro não responder

4. Resides no concelho de Torres Novas? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Sim
- Não
- Não resido habitualmente, mas tenho morada fiscal em Torres Novas
- Outra: _____

5. Quais são as tuas habilitações literárias?

Marcar apenas uma oval.

- 9.º ano
- a frequentar o ensino secundário/profissional
- a frequentar o ensino superior
- licenciatura
- mestrado
- Outra: _____

6. O que fazes atualmente? Selecciona as opções que mais se adequam a ti? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- estudante
- trabalhador
- trabalhador-estudante
- desempregado
- à procura do 1.º emprego
- Outra: _____

Participação Cidadã

Participação em atividades

7. Assinala as atividades em que estás envolvido/a *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Pertença a um partido político;
- Pertença a uma associação de estudantes;
- Pertença a uma associação juvenil (desportiva, cultural, escuteiros, por exemplo);
- Participo em circunstâncias pontuais com diversas organizações;
- Participo em manifestações;
- Assino petições;
- Integrei as listas para a associação de estudantes;
- Apresentei propostas no orçamento participativo da escola;
- Votei nas últimas eleições;
- Votei nas eleições para a associação de estudantes;
- Apresentei propostas no orçamento participativo jovem, do município;
- Faço, ou já fiz, voluntariado;
- Participo nas redes sociais em assuntos de interesse social;
- Não costumo participar.
- Outra: _____

8. Consideras ter uma participação social e política ativa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei/não respondo

9. Como tomaste pela primeira vez contacto com questões políticas? *
Seleciona as opções que mais se adequam a ti.

Marcar tudo o que for aplicável.

- Em casa;
- Através da televisão;
- Através das redes sociais;
- Na escola;
- Através de amigos;
- Num partido político;
- Pela associação de estudantes;
- Num movimento de jovens;
- Não sei/não respondo
- Outra: _____

10. Atualmente os jovens participam: *

Marcar apenas uma oval.

- Muito pouco;
- Pouco;
- Razoavelmente;
- Têm uma boa participação;
- Têm muito boa participação.
- Não sei/não respondo

11. Na tua opinião, quais os temas, que mais motivam os jovens para a participação? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Direitos Humanos;
- Guerra;
- Emprego;
- Acesso à habitação;
- Refugiados;
- Racismo;
- Feminismo;
- Alterações climáticas e outras questões ambientais;
- Desenvolvimento dos "Países em Desenvolvimento";
- Igualdade de género.
- Não sei/não respondo
- Outra: _____

12. Já te envolvereste em alguma das seguintes formas de participação? Assinala as respostas que mais se adequam a ti. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Assinar uma petição;
- Votar;
- Pertencer a uma juventude partidária;
- Comentar numa rede social;
- Partilhar conteúdos políticos nas tuas redes sociais;
- Participar num comício/manifestação.
- Não sei/não respondo

13. Qual o papel das redes sociais na participação política e cidadã dos jovens? *
Assinala a frase com que mais concordas. Assinala apenas 1 frase.

Marcar apenas uma oval.

- As redes sociais vieram melhorar a ligação entre os jovens e a política.
- As redes sociais vieram incentivar a participação dos jovens.
- As redes sociais tornaram-se no canal preferencial para a participação dos jovens.
- As redes sociais vieram piorar a ligação dos jovens com a política.

14. No teu caso, quais as redes sociais que mais utilizas para procurar e obter informação? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Instagram;
- TikTok;
- Twitter;
- Facebook;
- Nenhuma;
- Outra: _____

15. Na tua opinião, porque é que os jovens não participam mais ativamente na vida social e política? Escolhe as opções que consideras mais corretas. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Não têm interesse;
- Não sabem como o podem fazer;
- Não existem locais/mecanismos onde os jovens possam participar e dar a sua opinião;
- Sentem que os adultos não os ouvem e por isso não vale a pena participar;
- Não sei/não respondo.
- Outra: _____

A participação da juventude em Torres Novas

16. Consideras Torres Novas um bom concelho para se viver? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

17. Sentes que em Torres Novas os políticos locais tomam em consideração a opinião dos jovens? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei/não respondo

18. Achas que em Torres Novas existem políticas direccionadas para a juventude? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei/não respondo

19. Já ouviste falar no Conselho Municipal da Juventude de Torres Novas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

20. Se respondeste SIM, sabes o que faz o Conselho Municipal da Juventude de Torres Novas?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21. Se respondeste SIM na questão anterior, assinala as opções que consideras corretas.

Marcar tudo o que for aplicável.

	Coluna 1
Realiza festivais para a juventude	<input type="checkbox"/>
Colabora na definição e execução das políticas municipais de juventude	<input type="checkbox"/>
Debata temas fundamentais sobre a vida dos jovens	<input type="checkbox"/>
Apoia as associações juvenis	<input type="checkbox"/>
Promove o parlamento de jovens	<input type="checkbox"/>

22. Já alguma vez apresentaste as tuas opiniões a um político? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

23. Consideras que podes dizer sempre o que pensas, em todos os lugares? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei/não respondo

24. Consideras que em Torres Novas a voz dos mais jovens é tida em conta na definição das políticas municipais? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei/não respondo

25. Concordas com a seguinte frase: "Em Torres Novas, as políticas de juventude e as atividades dinamizadas para os jovens vão ao encontro dos interesses e das preocupações dos jovens." *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo
 Não concordo
 Concordo, em parte
 Não sei/não respondo

26. Se fosses tu a mandar, o que farias para motivar e aumentar a participação dos jovens? Escolhe as 3 opções que consideras mais importantes. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Criar novas disciplinas/conteúdos escolares;
- Promover mais ações cívicas;
- Explicar aos jovens o funcionamento das instituições, através de uma linguagem informal e clara;
- Promover mais debates;
- Disponibilizar sessões de sensibilização sobre os direitos humanos;
- Promover projetos de orçamento participativo jovem;
- Promover mais projetos de voluntariado;
- Criar assembleias de jovens;
- Criar canais de comunicação digitais, especificamente dirigidos para os jovens;
- Outra: _____

Os jovens e a perspetiva do desenvolvimento global

27. Conheces a Agenda 2030 da ONU e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

28. Conheces a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

29. Conheces o conceito de Cidadania Global? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Secção sem título

30. Como tiveste conhecimento deste questionário?

Marcar tudo o que for aplicável.

Através dos meus professores;

Através da minha Associação de Estudantes;

Através da Associação a que pertenço;

Através de redes sociais;

Através de amigos.

Outra: _____

Obrigada pela tua resposta

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO 2

Guião para entrevista semi-estruturada

Designação dos blocos	Objetivos específicos	Tópicos, questões e observações
A) Legitimação da entrevista; Motivação do entrevistado	Informar sobre o âmbito do trabalho que conduziu à realização da entrevista; Motivar o entrevistado; Garantir a confidencialidade Solicitar autorização para gravação da entrevista	Como sabe encontro-me a frequentar o Mestrado em Ciências da Educação, na ESECS, no IP Leiria, e no âmbito deste trabalho foi-me sugerida a realização de uma entrevista com o responsável municipal pelo pelouro da juventude. O seu contributo é imprescindível para a realização do trabalho, pelo que, desde já, agradeço a disponibilidade e a colaboração. Como expreso no consentimento informado, todas as informações prestadas serão única e exclusivamente utilizadas no âmbito do trabalho e poderá, por opção, não responder a qualquer uma das questões. Não serão feitos, igualmente, quaisquer juízos de valores e a informação prestadas servirá apenas para os objetivos específicos da investigação
B) Caracterização do Entrevistado	Género Tempo de serviço como vereador/a Tempo de pelouro Experiência profissional anterior/formação académica	Há quanto tempo é vereador/a? Há quanto tempo tem o pelouro da juventude na sua alçada? O que fazia antes de ser vereador/a? Qual a sua formação académica?

<p>C) Políticas municipais para a juventude</p>	<p>Perceber o lugar da juventude na estrutura e na estratégia do município</p> <p>conhecer as políticas de base local desenvolvidas no município</p>	<p>(4 questões)</p> <p>Como são diagnosticadas as necessidades dos jovens em Torres Novas?</p> <p>Na estrutura orgânica do município, onde se insere a juventude? É uma estrutura autónoma? Quantos elementos compõem a equipa técnica de juventude no município?</p> <p>Qual o orçamento municipal para o setor da juventude, para 2023? Qual a percentagem no orçamento municipal?</p> <p>Quais as políticas de juventude de base local que são implementadas no município de Torres Novas? (p. ex. plano municipal de juventude, conselho municipal de juventude, orçamento participativo jovem, equipa técnica especializada, constituição de serviços municipais orientados para as necessidades dos jovens, plano de investimento no setor da juventude, espaços para o planeamento e execução dos projetos dos jovens)</p>
<p>D) Participação dos jovens</p>	<p>Identificar as formas e mecanismos que existem para os jovens poderem participar</p> <p>Perceber se os jovens são consultados nos processos de definição das políticas de juventude</p>	<p>(4 questões)</p> <p>Os jovens do município são consultados tendo em vista a definição de políticas, ações, medidas e atividades municipais na área da juventude? Se sim, como?</p> <p>Quais os mecanismos de participação para a juventude, promovidos pelo município?</p>
	<p>Entender como é feita a divulgação das atividades para os jovens</p> <p>Conhecer estratégia futura para a participação da juventude</p>	<p>Que espaços existem para os jovens poderem participar na definição das políticas de juventude e envolverem-se em processos de co-criação, co-produção e co-execução de medidas para a juventude?</p> <p>Como é feita a divulgação das atividades das iniciativas municipais dirigidas aos jovens?</p> <p>Quais os desafios que se colocam atualmente ao município, relativamente à participação ativa da juventude?</p>

<p>E)</p> <p>Apoio ao associativismo juvenil</p>	<p>- Conhecer as formas de apoio municipal às associações juvenis</p>	<p>(2 questões)</p> <p>Qual a intervenção do município no apoio ao associativismo juvenil?</p> <p>De que forma o município contribui para reforçar o envolvimento dos jovens nas associações juvenis?</p>
<p>F)</p> <p>Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável</p>	<p>- Conhecer a integração dos ODS nas políticas municipais, na área da juventude</p>	<p>- De que forma os ODS estão integrados nas políticas para a juventude, no município de Torres Novas? E como estão alinhados os objetivos da Estratégia Europeia da Juventude 2019-2027, no que se refere à participação? (igualdade de género, igualdade de oportunidades, etc)</p>

ANEXO 3

INFORMAÇÃO SOBRE O ESTUDO E CONSENTIMENTO INFORMADO

Entrevistas

O presente estudo encontra-se integrado na dissertação que nos encontramos a realizar no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação e Desenvolvimento Comunitário, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria. O estudo tem como tema a “Participação dos jovens do concelho de Torres Novas” e como principal objetivo refletir sobre as várias formas de participação dos jovens do concelho de Torres Novas, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Pretende, ainda, perceber o que motiva os jovens de Torres Novas para a participação e qual a perceção que têm para as políticas municipais para a juventude no concelho de Torres Novas.

As informações serão recolhidas através de uma entrevista audiogravada, caso assine a declaração de consentimento informado abaixo. As gravações serão transcritas por mim própria, Luísa Graís Martins, e guardadas numa pendrive para serem utilizadas apenas no âmbito desta investigação, sendo posteriormente destruídas dentro dos prazos legais. As transcrições serão mantidas separadamente do arquivo que contém informações pessoais sobre os participantes.

Não se preveem quaisquer riscos da sua participação, nomeadamente, sociais, psicológicos, legais ou financeiros. A sua colaboração voluntária torna-se um aspeto fulcral neste estudo, no entanto poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que disso resultem quaisquer prejuízos para si. Também é livre de recusar responder a qualquer pergunta que lhe seja feita. Este estudo respeita as normas éticas e deontológicas estabelecidas para a investigação científica. Para quaisquer informações ou esclarecimentos de dúvidas, assim como para efeitos de obtenção de informações sobre as conclusões do estudo, caso sejam do seu interesse, deixamos a seguir os nossos contactos.

Contactos:

Mestranda: Luísa Graís Martins

E-mail: luisagrais@gmail.com

Orientador: Professora Doutora Maria Antónia Barreto (ESECS – Instituto Politécnico de Leiria)

Declaração de consentimento informado

Eu, _____(nome), concordo com a participação voluntária no estudo sobre “Participação dos jovens do concelho de Torres Novas” - e declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela autora do estudo. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação.

Data: __/__/20__

ANEXO 4

Transcrição – entrevista A

P: Há quanto tempo é vereadora na Câmara Municipal? E durante quanto tempo esteve com o pelouro da juventude?

Sou vereadora há 9 anos. Com o pelouro da Juventude estive 2 anos e pouco. Atualmente, tenho o associativismo, a cidadania, a cultura, o museu, a biblioteca e o Teatro Virgínia. Tenho as novas tecnologias e a modernização administrativa. Tive o desporto até 2021, onde estava incluída a juventude, e era nestas áreas do desporto e da cultura que fiz muita a intervenção com jovens. Neste momento, o pelouro da juventude está com o vice-presidente e a cidadania está comigo, mas existe, dentro do organograma da câmara, um serviço denominado associativismo, juventude e cidadania, que trabalha as duas áreas.

P: O que fazia antes de ser vereadora?

Fui professora de filosofia, psicologia e afins.

P: Como são diagnosticadas as necessidades dos jovens em Torres Novas?

Bem, a propósito disso e para termos acesso àquilo que os jovens pensavam, e isso ainda foi comigo, propusemos, em 2016, a criação do Conselho municipal da Juventude exatamente para os ouvir. Mas, para além disso, nas múltiplas atividades que se fazem, quer no desporto (e ainda tive esse pelouro durante muito tempo), quer na cultura, quando fazemos alguma intervenção, alguma atividade, temos normalmente mecanismos de participação e nesses mecanismos de participação é que acabamos por perceber quais são as ideias e os desejos, os anseios dos jovens aqui em Torres Novas. Normalmente em múltiplas atividades que fazemos no serviço de apoio às bibliotecas escolares, quer nas propostas que fazemos para a nossa programação cultural, e muito daquilo que fazíamos em termos desportivos, e normalmente era até muito nessa área que nos colocavam muitas questões. Por exemplo, ter colocado tabelas de basquete em zonas informais, que não estivessem em estádios ou em ringues, em zonas distintas para o desporto informal, foi uma daquelas ideias que trabalhamos precisamente porque os jovens gostam de estar em determinados locais, e não praticavam, por exemplo, exercício físico por não ter equipamentos também nessas zonas informais. Estas ausências e necessidades eram muitas vezes manifestadas pelos jovens nas atividades desportivas, em que eles participavam, e fazê-las era uma forma, então, depois de ir ao encontro daquilo que eles pretendiam, ou seja, não era um mecanismo formal, mas informalmente é assim. É também assim que se percebe muito no associativismo, porque eu vou a muitas festas das aldeias e muitas dessas festas das aldeias são dinamizadas por comissões de festas onde a maior parte dos voluntários são jovens. É nessas festas, é indo junto de diferentes aldeias e freguesias que às vezes vamos também vendo e ouvindo aquilo que são as necessidades dos jovens.

P: Na estrutura orgânica do município, onde se insere a juventude? É uma estrutura autónoma? Quantos elementos compõem a equipa técnica de juventude no município?

Como já dito, a juventude insere-se no serviço de associativismo, juventude e cidadania, que está atualmente inserido no Departamento de Educação, Cultura e Desporto. Neste momento, o serviço é composto por 8 elementos. No associativismo temos todas as associações de todas as tipologias, desde o juvenil, o desportivo, o cultural. No campo da cidadania participamos em diferentes áreas de elaboração de projetos, também muitos europeus, também com a Juventude, quer nos Erasmus, quer na Europa Para os Cidadãos. Agora com o Cerv (Citizens, equality, rights and values), que engloba já alguns dos programas anteriormente existentes e a Juventude porque todos eles estão efetivamente ligados. Criámos, criei eu, este serviço precisamente porque ele existia só enquanto associativismo e tinha 1 ou 2 pessoas e não conseguíamos chegar a todo o lado; não havia, nem há para além deste serviço nenhum outro que se ocupe exclusivamente da Juventude. Por isso achei importante também criar um bocadinho criar um serviço que tivesse pessoas que trabalhassem efetivamente estas áreas. Este serviço existe há 2 anos, foi criado no último mandato.

P: Qual o orçamento municipal para o setor da juventude, para 2023? Qual a percentagem no orçamento municipal?

Não é nada, são 500 EUR. É aquilo que o senhor Presidente deixou para as questões da Juventude. É claro que pode ser reforçado, que é o que ele diz sempre. Pode ser sempre reforçado à medida que vão aparecendo as atividades, mas porque o orçamento era mesmo muito reduzido, eu quando comecei com a Juventude e tive mesmo pelouro da Juventude fazia questão de ter pelo menos 10000 euros para as atividades. Já tivemos também orçamento participativo jovem e também com 10000 EUR, e já houve outros vereadores que tiveram o pelouro e o orçamento era andava por aí, mas neste momento é 500 EUR. Mas como sempre com a possibilidade de se poder aumentar; o senhor Presidente pode aumentar e dotar a verba se necessário for. É claro que não havendo disponibilidade financeira nessa área, eu não deixo de fazer as atividades para jovens noutras áreas; portanto continuamos a ter a área de intervenção onde os jovens também podem participar na cultura, quer nos museus, quer no teatro, quer no serviço de apoio às bibliotecas. Nós temos uma biblioteca UNESCO, que é de acesso gratuito, associada à Comissão nacional da UNESCO, e todas as atividades que promovemos também para os jovens continuamos a promovê-las não retirando verba diretamente da Juventude, mas a dos outros projetos que nós temos.

P: Quais as políticas de juventude de base local que são implementadas no município de Torres Novas?

Para além do Conselho Municipal da Juventude, que já falei, também já fizemos orçamento participativo e vou e vou tentar que pelo menos o jovem continue. Como é uma verba mais reduzida, mais diminuta, para que eles possam também ter a sua participação e dizer o que é que pretendem para a cidade, o que é que pretendem para as suas freguesias; um projeto que possa ser agregador também daquilo que é opinião dos jovens. Para além disso, nós temos diversos projetos implementados, para além do

Conselho municipal da Juventude que eu criei mas que agora há outro vereador que eu tenho que dinamizar, nós temos outros mecanismos e este que nós temos agora dos conselheiros da cidadania é um projeto que é da cidadania, mas que é para os jovens. Eu consigo fazer vários projetos noutras áreas, mas que se direcionem aos jovens. Os conselheiros da cidadania criámos também este neste ano letivo precisamente para ouvir e dar mecanismos de participação aos jovens. Eles agora querem já um local para se reunir, já apresentaram aos vereadores as suas propostas. Chegaram a propostas, foram eleitos entre os seus pares, este mais com alunos de um agrupamento com quem trabalhamos. Temos esse mecanismo já em velocidade cruzeiro, e que já está no seu segundo ano de implementação. Já fizemos também com os 2 agrupamentos com os mais pequenos, com o primeiro ciclo. E também já fizemos a apresentação das propostas. Os meninos ficaram um bocadinho mais tristes por não verem seguimento das mesmas. Isto porque também não temos mecanismos de comunicação na Câmara adequados para chegar a todos. Isso foi um dos problemas que eles identificaram, por exemplo, nas propostas que nos apresentaram na Assembleia jovens, que é como chegar aos jovens, porque nós efetivamente até conseguimos realizar algumas das propostas do primeiro ciclo, mas os meninos não tiveram noção de que elas foram implementadas. A proposta deles já foi realizada, mas agora tenho que ver como é que eu faço chegar aos meninos o que é que foi realizado, porque aconteceu, eles propuseram, nós realizamos algumas, não todas porque nem todas eram exequíveis e eles não têm noção do que foi feito.

P: Como é feita a divulgação das atividades das iniciativas municipais dirigidas aos jovens?

Não divulgamos; a nossa comunicação é fraca nesse aspeto é fraca nesse aspeto, porque é uma comunicação institucional. Utiliza o site [isso também fui eu que criei], mas o site não tem tudo aquilo que é feito pelo município. Na altura em que também tive a comunicação [já foi um dos meus pelouros], pedi para criar um Facebook e na altura também pedir para criar um Instagram, mas as pessoas da comunicação não sabiam lidar com Instagram e disseram mesmo que não tinham essa disponibilidade, porque não sabiam mexer na ferramenta, então criámos apenas o Facebook. Portanto os jovens não usam o Facebook e também não vão consultar o site do município, logo não há divulgação. É uma falha. Através das escolas, a divulgação das atividades chega aos professores, não quer dizer que chegue aos alunos. As atividades que nós temos direcionadas para jovens chegam aos jovens. Por exemplo, no teatro Virgínia se temos uma atividade como foi por exemplo a do VOLVER, fez-se chegar. Nós vamos ter muitas atividades, umas mais direcionadas para o público A, B ou C, e chegamos lá. Por exemplo, eu notei que havia no Teatro Virgínia uma falha em relação ao público jovem e então refletimos sobre o que atraía os jovens ao teatro: são espetáculos de stand up comedy, que antes não fazíamos e que até com os diretores artísticos anteriores não havia espaço para acontecer, pelo menos com o último. Como não havia espaço para isso porque ele não gostava, fizemos apenas um ou 2 e daquilo que ele achava que era bom. Neste momento, sou eu que tenho essa função, com quem está no teatro para me apoiar, tenho espetáculos de stand up comedy, porque é isso que os jovens veem. Tenho o cuidado de escolher, porque há stand up e stand up, mas tenho espetáculos que levam os jovens teatro. E quando eles vão ao teatro começam a aperceber-se que há outras

coisas. Por exemplo, na música: tínhamos espetáculos para muitos, mas não para jovens, porque eles têm gostos distintos. Então, por exemplo, ter o Fernando Daniel no teatro levou um conjunto de jovens de uma determinada faixa etária ao teatro que antes não vinham. Eu não posso ter só espetáculos para uma determinada faixa etária. Tem que ter fado, sim, tem que ter jazz também, tem que ter piano tem, que ter diferentes expressões artísticas no teatro para se conseguir chegar aos diferentes públicos e um daqueles a quem nós não estávamos a chegar era público jovem. Então mudei um bocado a política de trabalho.

P: Os jovens do município são consultados tendo em vista a definição de políticas, ações, medidas e atividades municipais na área da juventude? Se sim, como?

Por exemplo, no projeto dos Conselheiros da Cidadania demos voz aos jovens, que é aquilo que eles não têm. Eu acho que os jovens sentem que não têm voz. Nós temos um conselho um conselho municipal da Juventude e a maior parte deles não sabe que existe e o que é. E a maior parte deles não sabe onde se dirigir para participar, por isso temos feito muito este trabalho na cidadania, e até muito com uma com uma empresa que está aqui na startup que eu conheço desde o início, a my polis, que é constituída por um grupo de jovens de Torres Novas, mas que estavam em Lisboa com mais um ou outro, que não eram Torres Novas. Mas é um grupo de jovens de Torres Novas, que criou esta estrutura que é a my polis. Há uns anos atrás quando eu tinha a comunicação e a modernização administrativa, eles vieram perguntar se não conseguirmos apoiar este grupo para fazer determinados projetos direcionados à Juventude e à cidadania. Nesta altura, estavam numa start up em Lisboa. O projeto avançou e está agora na nossa startup, mas eles têm trabalho efetivo e com eles nós temos feito muito dentro daquilo que são os nossos projetos europeus, a forma de chegar aos jovens e de lhes mostrar que mecanismos de participação é que eles têm ao seu dispor. E é muito isto que falta: como é que os jovens podem participar ativamente, seja na política, seja na cidadania, seja de que forma for. E eles têm que conhecer esses mecanismos de participação. Primeiro, nos nossos projetos europeus temos envolvido também já muito jovens, em diferentes áreas. Neste momento, no projeto europeu que temos, que é sobre os direitos humanos à escala local, estamos a trabalhar com jovens da escola Maria Lamas, porque eles têm o curso de artes e, no final, queremos construir um stencil, que possa depois ser replicado nas diferentes cidades; nas 12 cidades que participam deste projeto europeu. Também temos como parceiro no mesmo projeto uma associação juvenil, ligada à música, que é o Choral Phydellius, precisamente porque é uma associação juvenil [o seu presidente também é um jovem, tem 21/22 anos], que está também connosco a trabalhar para perceber que mecanismos de participação existem na nossa comunidade.

P: Quais os mecanismos de participação para a juventude, promovidos pelo município?

Entre outros que já falei, como os conselheiros da Cidadania, os próprios projetos europeus têm-se revelado eles próprios mecanismos de participação, por um lado, e por outro também têm ajudado os jovens a perceber as estruturas e órgãos da União Europeia, que existem e onde eles podem participar, inclusive sendo jovens. Temos feito com eles simulações de participação; já fizemos várias e em conjunto também com esta

entidade que chamamos para nos dinamizar esses mecanismos de participação que existem. Nestes últimos 3 anos, já conseguimos chegar seguramente a mais de 200 jovens, e até mais se considerarmos os alunos do 1.º ciclo. Desta forma, podemos falar em quase 400 envolvidos. Mas temos outros casos, como a Marcha para a Paz, ou como os postais das Cidades Educadoras. Na verdade, há uma participação efetiva de muitos jovens, e nós conseguimos atingir, se calhar, em todas as atividades que vamos fazendo no município, quer na educação, quer na cultura, quer no desporto, quer no associativismo, conseguimos chegar basicamente a todos, de uma forma ou de outra, o mais difícil é dar continuidade, fazem com eles se sintam comprometidos. Agora, eles terem mecanismos de participação é que estamos nessa fase de construção. Os jovens por exemplo participam nas associações de estudantes [existem nos dois agrupamentos], e o município também trabalha com eles, e permitimos também que eles utilizem espaços para promoverem as suas ideias, quando eles andam normalmente em eleições procuram o associativismo também para perceber que mecanismos têm para chegar aos jovens. Amanhã, por exemplo, vai realizar-se um projeto que parece menos importante, mas não é, que é o Miss e Mister Escola. É uma coisa simples, parece uma brincadeira, mas para eles não é propriamente uma brincadeira porque é uma forma de terem participação e construírem eles um projeto, seja ele qual for, e constroem em conjunto, os dois agrupamentos, que está completamente fora do âmbito de ação de qualquer um deles. Há duas associações de estudantes que se juntam para promover uma atividade simples, mas que envolve logística, que envolve som, que envolve luz, que envolve ter de chegar às pessoas, que envolve um convite à vereadora da cultura, por exemplo. E este convite nem sempre é pela via formal, porque eles não sabem utilizar esta via, não usam mails, e como é que eles chegam à vereadora? Pedem a uma mãe para contactar a vereadora pelo facebook, a dizer que o aluno vai contactar, para perguntar se estou disponível para os receber. Eles não sabem para contactar, mas chegam lá, por que via for. Os meios de comunicação que nós temos é que não são as os ajustados aos jovens e, por isso, eu propus nestas medidas a criação de um espaço jovem, na plataforma Acontece, para que eles também possam utilizá-lo como espaço de divulgação, mas também que exista uma forma de receber mensagens, por exemplo. Portanto aquilo que eu sinto falta são estes mecanismos de participação e como sinto falta, estamos a criar em setores diferentes também esse mecanismo, mas este trabalho é muito feito pelo associativismo.

P: Qual a intervenção do município no apoio ao associativismo juvenil?

Em termos de associativismo juvenil, nós, neste momento, só temos 3 associações juvenis no concelho, registadas na FNAJ (Federação Nacional de Associações Juvenis), embora existam muitas associações no concelho com muitos jovens. depois existem outras associações juvenis, mas de forma informal. Quanto ao apoio do município, concorrem todos da mesma forma, não são feitas exceções, porque este número tão residual de associações juvenis ainda não permitiu a diferenciação.

P: De que forma o município contribui para reforçar o envolvimento dos jovens nas associações juvenis?

O contributo do município vai na linha do que disse logo no início: a nossa disponibilidade é total para ouvir os jovens. Eu ouço-os e digo-lhes onde é que têm que

ir, normalmente aqui ao associativismo, para colocar as questões que são necessárias para eles se constituírem como associação, porque também temos essa função de os ensinar a constituir associações e damos muitas dicas do que é que eles podem fazer. E, por isso, se calhar é que temos tido ultimamente várias associações que têm como presidente jovens femininas, como é o exemplo da Sociedade Velha Filarmónica Riachense, que tem gerido uma banda filarmónica centenária, com 130 e tal anos, com muitos elementos, a gerir maestros, instrumentos, fardamentos, comunicação, tudo. Tenho visto uma evolução positiva em relação à participação dos jovens nas associações, mesmo no que se refere aos cargos de direção. Por exemplo, na Banda da Mata, o presidente também é um jovem, que também já tinha estado numa associação de estudantes. Os jovens estão a começar a entrar e trazem mais jovens. E já sinto isso em muitas associações, por exemplo, nas Marruas, que é uma associação recreativa e cultural, já são jovens também que estão nos cargos da direção. Noutros casos, passa-se que às vezes são pessoas mais velhas que estão na direção, agora se olharmos para a constituição das direções e até dos voluntários que participam em todas as atividades e que fazem com que elas aconteçam, vê-se que a maior parte são jovens. Nós temos à volta de 130 associações, não é uma coisa simples, e são elas que dinamizam as aldeias e às vezes podemos não estar a dar a importância devida às festas que existem nas aldeias que normalmente servem para atrair os visitantes, os emigrantes, e fazer com que as pessoas sintam assim tão pertencem a uma comunidade. E muitos do que se juntam para dinamizar estas festas e as aldeias são jovens.

P: Quais os desafios que se colocam atualmente ao município, relativamente à participação ativa da juventude?

Eles já se vão envolvendo, eles precisam normalmente de quem lhes dê um impulso, porque eles depois gostam de participar. Neste momento, os jovens não têm iniciativa, por si, isso eu reparo, são poucos aqueles. Há aqueles que a têm, que se destacam, e constroem coisas, às vezes sozinhas. Mas aquilo que nós temos feito muito é procurar esses jovens e dizer-lhes: vocês têm esta perspetiva e podem ser exemplo para os outros. Nós funcionamos sempre com os exemplos, e eu digo isso muitas vezes e mesmo enquanto professora, que são os exemplos que ajudam a que outras coisas novas surjam. E por isso é que eu, ainda não há muito tempo, numa gala do triatlo eu disse aos do triatlo de Torres Novas que eles eram um exemplo e que é um exemplo que têm que mostrar aos outros para que para conseguir atrair outros. E nós usamos muito nestes mecanismos de participação que vamos construindo os exemplos. Então atraímos os jovens que já conseguem por si só ter ideias e projetos e querer andar para a frente com eles, para dar exemplo a outros que não têm essa perspetiva e nas escolas eles funcionam muito com exemplo, mas não têm exemplos. E nesta fase em que eles deveriam ter exemplos é que nós temos que criar mecanismos para que eles possam exercer, ou seja, têm uma ideia: como é que podem construir, como é que podem pôr em prática?

O maior desafio para o município é mesmo melhorar as vias de comunicação, ou seja, os mecanismos existem, conseguimos chegar a mais, caso haja interesse da parte dos jovens, mas o desafio é melhorar a forma de comunicar com os jovens. Eles têm muitas formas de intervir, o IPDJ, por exemplo, tem imensos programas e projetos que têm financiamento para múltiplas situações e os jovens não têm noção de que podem

recorrer a esses mecanismos. A própria Europa tem imensos mecanismos para a juventude. Com este projeto dos conselheiros da Cidadania também pretendemos que este seja um canal de comunicação entre jovens: são pequenos observatórios onde atraímos alguns para fazer levar a mensagem a outros. Por exemplo, no Teatro Virgínia, eles podiam dizer: nós gostávamos de ver isto, eles podiam dar-nos essa informação. Eu ouço-os, mas informalmente, por isso o mais importante é criar um espaço onde eles o possam fazer.

P: De que forma os ODS estão integrados nas políticas para a juventude, no município de Torres Novas?

Primeiro, todas as ações que nós fazemos, todas as atividades que estamos a fazer no município, pelo menos na cultura, tem um ODS associado. E aquilo que aconteceu na última construção das grandes opções do plano, aqui de Torres Novas, dos nossos orçamentos, foi que falamos nisso aos diferentes departamentos e todos eles quiseram incluir os ODS nas suas atividades, nas suas políticas de ação. E neste momento temos GOP que estão todas ligadas aos ODS. Há questões que podemos ainda ter que limar, que é identificar os problemas. E quer no ambiente, quer na educação, quer na saúde, quer na cultura, quer na participação, no educar para a paz nós temos identificados, porque temos participado com a Universidade Católica e fazemos parte do índice de sustentabilidade municipal, que reflete exatamente como é que os ODS são concretizados ou refletidos na nossa política de ação, aqui dentro do município, E temos feito essa análise do que é que nos falha; não estamos muito mal, sabemos isso, mas temos agora que nos centrar [isso eu tenho falado com os meus colegas] no que é que podemos fazer para melhorar, que essa parte ainda não estamos trabalhar, mas já estamos com a identificação. Agora temos que dar o salto e embora não estejamos mal, perceber o que podemos fazer para melhorar. E esse trabalho fazemos em todas as áreas de ação do município e, felizmente, já estão todas as áreas com isso em mente, não é só reduzido aqui ao nosso gabinete. Agora temos que é ver uma coisa que não é feita, [eu não queria ser assim é dura, mas às vezes tenho que ser dura] que é normalmente, em muitas áreas de trabalho, as pessoas não cruzam as áreas de trabalho, não sabem trabalhar em conjunto. As obras trabalham as obras, a cultura trabalha a cultura, a educação trabalha a educação, o teatro está lá no seu espaço. É preciso cruzar áreas, porque todas elas têm impacto fundamental na vida das pessoas, não de forma individual, mas sim concertada. Nós temos 17 objetivos definidos e nós temos que concentrar-nos nesses 17 objetivos definidos e ver como é que podemos melhorar a nossa ação para chegar a todas as pessoas. E vamos fazendo, mas é uma das questões que eu quero trabalhar com a Universidade Católica é a concertação. Mas isso vê-se no país inteiro, é uma ideia que nós devíamos trabalhar mais. No caso dos jovens, eles conhecem os ODS, mas depois não sabem trabalha-lha. Focam-se em determinadas ideias que a comunicação social passa, como a Greta, e focam-se nisso, mas depois não se focam no objetivo global. Por exemplo, uma grande empresa tem um objetivo. Imagine-se que uma empresa quer vender, quer fazer sair um novo produto. As áreas diferentes trabalham para que esse produto seja vendido. Se olhássemos para os ODS como uma empresa, que é a ONU, tínhamos de pensar que áreas é que temos que trabalhar para que este produto seja vendido e tenha sucesso no mercado. Se olharmos para isso [eu também fiz cursos de direção de empresas para perceber] víamos que o

nosso target, o nosso público não é o A, o B ou C; temos de atingir todos. E por isso estamos a ser absorvidos. porque há quem tenha isso, a coca cola é um produto global, mas porque tem o seu target chegou a todo o lado. Como é que eles chegaram a todo o lado? Através de uma boa comunicação e de uma boa política de marketing. Ou seja, a forma como vendemos a ideia é que é importante. Como é que se passa a mensagem? Porque todos nós temos políticas, todos nós construímos coisas, nos 308 municípios. Há um governo central, que também nem sempre consegue passar a sua mensagem, temos ministérios e temos ministérios que não passam sua mensagem. E as pessoas alheiam-se das questões políticas porque as mensagens não passam e porque alguém faz e pensam “isto não tem nada a ver comigo”. Só o facto de eles estarem sentados na sua casa e terem uma casa, isto é uma política de habitação; que pagam o IMI, mas não sabem para onde vai esse valor. Se calhar também era importante terem um mecanismo de participação para poder dizer alguma coisa. A maior parte das pessoas não sabe sequer para onde é que vai esse dinheiro e que uma parte do irs que pagam até vem ter ao município. E que depois têm que escrutinar se calhar melhor para onde é que vai aquele pouco que elas contribuem para fazer com que tudo funcione. E que têm direito à saúde, há países em que tem que se pagar, e que aqui têm direito à saúde de forma quase gratuita; os jovens têm direito à saúde gratuita e à educação gratuita e têm noção disso? Esse escrutínio é muito pouco feito. Fazem poucos: aqueles que têm alguma perspectiva política, porque estão inseridos nalgum partido, é o pouco que há. E depois o voto, que é a questão democrática, que eu e o [REDACTED] chegámos a fazer num projeto “Europa para os Cidadãos”, que era irmos à prisão para tentar sensibilizar para a importância do voto e tentar aumentar o número de votos, por exemplo para as eleições europeias e fazermos chegar esta informação para que as pessoas tenham, então, ideia de que se há isto, então é melhor eu ir votar, para dizer que quero aquele e aquele ali. Nós vamos criando todos estes mecanismos, que informe, que sensibilizem, mas ainda devagar.

Muito obrigada. Não sei se tem mais alguma questão que queira abordar. Não tendo, agradeço-lhe muito a disponibilidade e atenção.

ANEXO 5

Transcrição – entrevista B

Só para contextualizar, queria dizer que as perguntas que vou fazer foram também feitas à vereadora [REDACTED], uma vez que o estudo é sobre a Juventude, mas também sobre a participação dos jovens e a cidadania e, por isso, fazia sentido entrevistar os dois.

P: Há quanto tempo está no executivo municipal e há quanto tempo é responsável pelo pelouro da juventude?

Este é o meu terceiro mandato no executivo municipal, mas o primeiro com o pelouro da Juventude.

P: Como são diagnosticadas as necessidades dos jovens em Torres Novas?

Efetivamente, não temos nenhum modelo para os jovens, para a investigação ou análise das necessidades dos jovens. Há uma perceção política ou dos técnicos da Camara que decorre da interação de uns com os outros. Ela existe desde a área do desporto, à cultura, educação, e obviamente todas elas se cruzam um pouco na questão dos jovens e, portanto, da perceção deste conjunto de técnicos e de políticos, consegue-se definir um conjunto de atividades que pensamos que vão ao encontro dos jovens. De facto não temos um levantamento exaustivo daquilo que os jovens entendem como fundamental para eles, mas temos um conhecimento da realidade e da prática do dia a dia, dos contactos pessoais e interpessoais com os jovens e entre eles e com todos, com todos, daquilo que se pode fazer e é assim que vamos fazendo e definindo muitas atividades, principalmente no âmbito do desporto, por exemplo, que é um pelouro que eu também tenho, e por isso estou a falar nele. Relativamente à questão desportiva, abrangemos um número muito, muito elevado de jovens. Há, portanto, os clubes, um trabalho feito muito pelos clubes, mais pelos clubes que pelo município.

Eu costumo dizer, porque é verdade, que os municípios têm uma componente nesta parte fundamental, que é criar condições no terreno para que os clubes possam exercer a sua atividade, ou seja, ter as instalações desportivas, ter os equipamentos desportivos e dando-lhe algum apoio financeiro que sabemos e temos conhecimento. Sabemos que é sempre pouco, mas, portanto, damos também algum apoio, alguma ajuda. No âmbito da organização desportiva, isto é um pouco do trabalho que fazemos relativamente aos jovens e ao conjunto de atividades com os jovens. E já se fez no município, em tempos, outras coisas, como, por exemplo, o orçamento participativo, participativo jovem, em que os jovens tiveram uma intervenção maior, em que participaram com propostas de atividades, tanto do ponto de vista material, como imaterial, mas a maior parte penso que foi material. As propostas que ganharam foram as da construção do skatepark. Portanto, foram algumas das iniciativas que tivemos nesse sentido e, pronto, o orçamento participativo. Que é uma ideia interessante, sempre, acho que temos um dia de voltar novamente a ter para que os jovens possam apresentar essas essas mesmas ideias, até porque estas coisas precisam de regularidade para que haja uma dinâmica maior. Em termos de participação, quando ela feita só uma vez, fica muitas vezes cingida

um grupo de jovens, que são mais ativos na sociedade. Os outros também têm boas ideias, mas como estão menos ativos acabam por não participar e ficarem para trás.

P: Entende assim que estas dinâmicas são importantes para a participação dos jovens...

Efetivamente é uma das formas a desenvolver na tomada de decisão. Podem vir coisas muito simples, mas temos de lhes dar a devida importância, porque desta forma eles percebem que são importantes na tomada de decisão. Obviamente que penso e era importante esta regularidade, porque apela mais à participação e que os jovens participem de uma forma mais ativa, e ajuda a que eles percebam a importância que é na tomada da decisão. Porque é fundamental ouvir as outras pessoas e, por vezes, o poder o poder político, apesar de ser sufragado eleitoralmente de 4 em 4 anos e, portanto, escrutinado pelo povo, os jovens até aos 18 anos, nem sequer podem participar, não é? E, às vezes as pessoas têm ideia de que sabem aquilo que os jovens querem, mas esquecem-se de lhes perguntar, o que é que eles querem?

P: Passamos à próxima pergunta; quais os mecanismos de participação para a juventude, promovidos pelo município?

Não existem muitos mecanismos formais, mas concordo em absoluto que devem ser criados e que é preciso criar mecanismos onde eles, onde se possam ouvir, efetivamente, os jovens, porque às vezes temos esta perceção do que ouvimos e sabemos que há coisas que ouvimos e sabemos e conversamos, até porque temos pronto poder político e temos esta predisposição de ouvir e de falar com as pessoas. Às vezes, os jovens nem sempre fazem parte dos nossos círculos mais próximos, dos nossos meios, apesar de termos sempre familiares e pessoas diretas e vamos conversando com muitos, com muitos jovens, mas é diferente, porque é uma amostragem e nunca será universal, ou pelo menos o mais universal possível. A de auscultação da Juventude. Por exemplo, o projeto dos Conselheiros da Cidadania, recentemente apresentado em reunião de executivo e na última reunião do Conselho Municipal da Juventude, é uma iniciativa interessante, de auscultação dos jovens, em que eles também percebem melhor os processos de tomada de decisão. Percebeu-se, também, que os jovens querem, de facto, mais informação, querem saber mais. No geral, os jovens parecem não se interessar muito pela vida política. Pelo menos a maioria dos jovens. Estas são formas de os trazer mais para a vida política, para a discussão. Mas lá está. É preciso que estes projetos não se confinem apenas a pequenos grupos. Por exemplo, no caso do parlamento dos jovens, o projeto é muito interessante, mas acaba por estar confinado a um pequeno grupo (muitas vezes nem é à turma inteira), apoiado por um professor. Este projeto dos conselheiros eventualmente pode conseguir ter mais amplitude pronto. Por outro lado, às vezes estes programas têm um perigo, que é o de certos partidos tenderem a aproveitar-se destas coisas. E tendem a fazer disto uma forma de angariação de jovens para as suas estruturas, para sistema, o que às vezes acaba por estragar um bocadinho o livre pensamento dos jovens e dos miúdos que participaram nisto. Mas é uma boa iniciativa, sem dúvida nenhuma.

Alias, em tempos tivemos aí uma coisa quase em cima da mesa. Depois não chegámos a implementar. Que era uma espécie de Parlamento jovem, era a Assembleia de Jovem. Portanto, chegámos a pensar nisso, depois nunca chegamos a concretizar. E isto, penso que esta iniciativa foi um bocadinho nesse sentido e, ao contrário do que as vezes se diz, se for feito pelas escolas e por outras estruturas, sem ser propriamente do poder político, pode até trazer uma maior independência e talvez fugir um bocadinho aquela questão que esta a falar há bocado, dos partidos quererem se apropriar das coisas, não é? Estou a dizer e contra mim falo, obviamente, que já fui e sou dirigente partidário. Há muita gente que tem esta tendência, que é uma tendência normal e legítima também, mas às vezes estraga um bocadinho o livre pensamento dos grupos.

P: Qual o orçamento municipal para o setor da juventude, para 2023? Qual a percentagem no orçamento municipal?

Em termos do pelouro da Juventude, o orçamento tem uma verba reduzida, muito reduzida e quase insignificante. Mas como já disse, as políticas de Juventude não se confinam ao pelouro da Juventude. Pronto, aliás, nunca fui dada muita importância à Juventude aqui na Camara, de facto. Em termos de estrutura o pelouro da juventude, está ligado ao associativismo e à cidadania, que faz algum sentido.

P: Como é feita a divulgação das atividades das iniciativas municipais dirigidas aos jovens?

Através dos meios de divulgação do município, nas redes sociais, principalmente. Recentemente criámos mais uma rede social que está mais próxima dos jovens, que é o Instagram. É importante cada vez mais divulgarmos nesse tipo de redes mais próximas dos jovens, eventualmente. Conhecer outras redes onde os jovens estejam mais presentes. Embora a Camara tenha a página no Facebook, esta tem uma importância num determinado nível de conhecimento que os jovens também vão lá de vez em quando, mas penso que cada vez menos e é importante a gente ter uma nova rede sociais e que estejam que estejam mais próximos dos jovens, nomeadamente o Instagram. E esta foi uma das propostas dos Conselheiros da Cidadania e já está implementada. De facto, o Instagram já estava para ser criado, mas os jovens apressaram a decisão.

P: Quais os desafios que se colocam atualmente ao município, relativamente à participação ativa da juventude?

Eu acho que, em termos dos jovens, era importante apoiarmos muito este tipo de iniciativas da participação ativa dos jovens na sociedade. E penso que é aqui que se pode fazer a distinção, independentemente de todas aquelas políticas de Juventude que temos. Temos que adquirir as condições para que os jovens, porque quando falamos de Juventude, se calhar é muito importante criar condições, por exemplo, de emprego de qualidade para que os jovens se fixem em Torres Novas e não vão só para as grandes cidades. Portanto, estas questões, quando falamos em Juventude, não é só festas, não é só essa parte, é importante, mas é de facto, criar condições para que os jovens possam próprio, e o município tem trabalhado pouco nisso. Temos valorizado as nossas zonas

industriais e temos previsto, de facto o alargamento para que haja condições económicas no Concelho, porque isto no fundo passa por condições económicas e o mundo gira sempre tudo a volta do dinheiro vivo. Costuma-se dizer que o emprego é que faz e cria efetivamente desenvolvimento numa cidade, porque podemos ter aqui as melhores políticas de Juventude, as melhores escolas, os melhores equipamentos desportivos, mas se as pessoas não tiverem emprego, vão-se embora daqui para outro lado a procura de emprego e, portanto, é fundamental ter essa qualidade nesse tipo de equipamentos, sejam eles educativos do ponto de vista de educação, culturais, desportivos, que são os três que mais dizem respeito aos jovens, mais diretamente. Mas depois é necessário criar condições para os pais, para que tenham um nível de vida capaz também de poder usufruir para o próprio jovem e para depois que ele possa regressar depois da universidade e que alguns deles regressem.

P: Qual a intervenção do município no apoio ao associativismo juvenil? De que forma o município contribui para reforçar o envolvimento dos jovens nas associações juvenis?

É importante irmos, se calhar, mais junto dos jovens, fazer chegar a informação junto dos jovens. Aquela questão da informação, há bocado, andamos sempre a falar de informação, mas nem sempre por baixo, diz aonde estamos a redes sociais, estamos, isto é, de facto importante conseguirmos junto dos jovens, através das redes sociais e através das escolas. Obviamente quando a gente encontra maior parte do jogo. E efetivamente nas escolas. Há de se conseguir uma interação com as escolas e com as direções das escolas. E para lhes transmitir melhor esta questão do civismo e mostrar-lhe a eles o que é que podem fazer também não é só o que é que nós podemos fazer por eles, mas o que eles podem fazer eles próprios em si, em conjunto, podem também fazer, quais são as possibilidades que eles têm, qual é a obrigação da Camara e dar-lhes os meios, se possível, e indicar os caminhos e depois eles é que devem escolher os caminhos.

P: De que forma os ODS estão integrados nas políticas para a juventude, no município de Torres Novas?

Cada vez há mais alguma preocupação de facto com essa ideia. Aliás, essa questão está na ordem do dia e faz parte da agenda e é fundamental que cada vez mais esse tipo de ação e de trabalho, de interação com os jovens e com todos para que se possa cumprir cada vez mais. E os ODS são um conjunto de medidas e de ideias excelentes. No geral, têm de ser feitas passo a passo, porque isto depois liga tudo um bocadinho com as questões económicas e, portanto, tem que ser feito com cuidado. Porque nós queremos criar mais emprego, mas muitas vezes mais empresas trazem mais poluição, por exemplo. Não queremos mais poluição, mas queremos mais emprego, porque as famílias têm de ter rendimento, portanto, é necessário ser muito bem feito com as medidas corretas para que possamos ter e valorizar sempre esta questão em termos de trabalho, mas também na parte do ambiente. E de alertar os jovens para as questões ambientais.

Importa valorizar mais, dar a conhecer, dar mais informação. E compete também ao município, depois fazer as coisas bem-feitas. Porque não se pode vender uma coisa e depois não se utilizar, não é? E como aquelas pessoas que dizem muito bem de uma coisa, mas depois não compram para eles. O município de facto tem que ter aqui algumas práticas e tem tido e tem vindo a melhorar nesse sentido, das suas práticas. No fundo funciona tudo com uma base de um exemplo e os bons exemplos que se transmitem. Aliás, e assim um pouco nas famílias, e é assim um pouco também que o município deve trabalhar relativamente a sociedade onde está inserido.

Não sei se tem mais alguma questão que queira acrescentar. Não tendo, agradeço a disponibilidade e atenção.

